





**Universidade Federal do Tocantins  
Comissão Própria de Avaliação - CPA**

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO  
INSTITUCIONAL - UFT  
(Ano 2014)**





**Universidade Federal do Tocantins  
Comissão Própria de Avaliação - CPA**

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO  
INSTITUCIONAL - UFT  
(Ano 2014)**



**Palmas-TO  
2015**

**Projeto Gráfico, Revisão de Texto & Impressão**  
ICQ Editora Gráfica e Pré-Impressão Ltda.

**Designer Responsável**  
Gisele Skroch

**Impresso no Brasil**  
*Printed in Brazil*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins – SISBIB

---

F981r

Fundação Universidade Federal do Tocantins.  
Relatório de Avaliação Institucional – Ano 2014. – Palmas, TO: EDUFT, Comissão Própria de Avaliação - CPA, 2015.

167 p.:il.

1. Avaliação Institucional - Relatório. 2. Ensino Superior – Avaliação. I. Título. II. Comissão Própria de Avaliação.

CDD 378

---

Copyright © 2015 por Universidade Federal do Tocantins  
TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



**Reitor**

Márcio Antônio da Silveira

**Vice-reitora**

Isabel Cristina Auler Pereira

**Chefe de Gabinete**

Emerson Subtil Denicoli

**Pró-reitor de Administração e Finanças**

José Pereira Guimarães Neto

**Pró-reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários**

George Lauro Ribeiro de Brito

**Pró-reitora de Avaliação e Planejamento**

Ana Lúcia de Medeiros

**Pró-reitora de Graduação**

Berenice Feitosa da Costa Aires

**Pró-reitor de Extensão e Cultura**

George França dos Santos

**Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação**

Waldecy Rodrigues

## **COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO** **Composição dos membros de 2014**

### **Presidente da CPA e representante da administração central da UFT**

Michelle Matilde Seminguen Lima Trombini Duarte

### **Representante docente do câmpus de Arraias**

Maurício Reis Sousa do Nascimento

### **Representante docente do câmpus de Araguaína**

Regina Lelis de Sousa

### **Representante docente do câmpus de Tocantinópolis**

André Teixeira Cordeiro

### **Representante docente do câmpus de Porto Nacional**

Enilda Rodrigues de Almeida Bueno

### **Representante da Administração Central da UFT**

Enedina Betânia Leite de Lucena Pires Nunes

### **Representante docente do câmpus de Gurupi**

Jacinto Pereira Santos

### **Representante discente do câmpus de Arraias**

Breno Suarte Cruz

### **Representante discente do Câmpus de Miracema**

Pedro Vinicius Martins Belarmino Júnior

### **Representante discente do câmpus de Araguaína**

Mariane Pereira Teixeira

### **Representante Técnico-administrativo do câmpus de Tocantinópolis**

Valdemy Leite de Castro

### **Representante Técnico-administrativo do câmpus de Porto Nacional**

Maria de Fátima da Conceição

# Sumário

INTRODUÇÃO .....	17
<b>Eixo 1 - Planejamento e avaliação institucional .....</b>	<b>21</b>
1.1. Política de autoavaliação da UFT .....	21
1.1.1. Organização do Processo Avaliativo Ciclo 2014-2015 .....	23
1.2. Relato institucional .....	27
1.2.1. Breve histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT) ....	27
1.2.2. Conceitos obtidos pela IES nas avaliações externas institu- cionais e de curso .....	28
1.3. Projetos e processos de autoavaliação .....	33
1.4. Plano de melhorias a partir dos processos avaliativos .....	37
<b>Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional .....</b>	<b>43</b>
2.1. Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional .....	43
2.1.1. Coerência entre o PDI e as atividades de ensino de graduação ...	44
2.1.2. Coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa e o ensino de pós-graduação .....	47
2.1.3. Coerência entre o PDI e as atividades de extensão .....	50
2.1.4. Coerência entre o PDI e as ações institucionais .....	52
2.2. Responsabilidade social.....	53
2.2.1. Produção Artística e Cultural .....	55
2.2.2. Inclusão Social .....	56
2.2.3. Medidas relativas à acessibilidade .....	57
<b>Eixo 3 - Políticas Acadêmicas .....</b>	<b>59</b>
3.1. Políticas para o Ensino da Graduação .....	59

3.1.1. Atualização dos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação ...	60
3.1.2. Estágios Curriculares .....	60
3.1.3. Acompanhamento dos Egressos .....	61
3.1.4. Programa de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) .....	62
3.1.5. Pacto Nacional de Fortalecimento do Ensino Médio .....	64
3.1.6. Programas para melhoria do ensino e da aprendizagem .....	64
3.1.6.1. Programa de Formação Docente Continuada (PROFOR) .....	65
3.1.6.2. Programa Institucional de Monitoria (PIM) .....	66
3.1.6.3. Programa Institucional de Monitoria Indígena (PIMI) .....	67
3.1.6.4. Programa de Monitoria Permanência (PMP) .....	67
3.1.6.5. Programa de Apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores (LIFE) .....	68
3.1.6.6. Programa de Educação Tutorial (PET) .....	69
3.1.6.7. Programa de Mobilidade Acadêmica (PMA) .....	69
3.1.6.8. Programa de Consolidação das Licenciaturas (PRODOCÊNCIA) .....	70
3.1.6.9. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) .....	70
3.2. Políticas para a pesquisa .....	72
3.2.1. Núcleo Inovação Tecnológica .....	73
3.2.2. Grupos de Pesquisas .....	77
3.2.3. Auxílio para Apresentação de Trabalhos em Eventos Científicos Nacionais .....	78
3.2.4. Auxílio para Formação de Novos Pesquisadores .....	79
3.2.5. Inter-relação Ensino-Pesquisa .....	81
3.3. Políticas para o ensino da pós-graduação .....	82

3.3.1. Políticas Institucionais para Criação, Expansão e Manutenção da Pós-Graduação <i>Lato e Stricto Sensu</i> .....	83
3.3.2. Editora Universitária (EDUFT) .....	87
3.4. Políticas para a extensão .....	88
3.4.1. Ações de Extensão na UFT .....	89
3.4.2. Programas de Bolsas de Extensão .....	90
3.5. A comunicação com a sociedade .....	91
3.5.1. Ações de Melhoria na qualidade e atendimento da comunicação Interna e Externa da UFT .....	92
3.5.2. Ouvidoria como mecanismo de comunicação .....	97
3.6. Políticas de atendimento ao estudante .....	98
3.6.1. Acesso, Seleção e Permanência dos Estudantes .....	98
3.6.2. Participação dos Discentes nas Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão .....	101
3.6.3. Bolsa Permanência .....	103
3.6.4. Alimentação, Transporte e Apoio Psicossocial .....	104
<b>Eixo 4 - Políticas de Gestão</b> .....	105
4.1. Organização e gestão da Instituição .....	105
4.1.1 Funcionamento e Representatividade nos Colegiados .....	106
4.1.2. Participação da Comunidade Acadêmica na Gestão .....	110
4.1.3. Escolha de Reitor, Diretores e Coordenadores .....	110
4.2. Políticas de pessoal .....	110
4.2.1. Política de pessoal para o corpo docente .....	111
4.2.1.1. Política de desenvolvimento na carreira docente .....	114
4.2.1.2. Política para formação do corpo docente .....	115

4.2.2. Política de pessoal para o corpo técnico administrativo .....	117
4.2.2.1. Desenvolvimento da carreira dos técnicos-administrativos .....	117
4.2.2.2. Política para Formação dos Servidores .....	120
4.3. Sustentabilidade financeira .....	121
4.3.1. Orçamento da UFT .....	122
4.3.2. Execução Orçamentária .....	125
4.3.2.1. Despesas Continuadas .....	130
4.3.2.2. Despesas de Capital .....	132
<b>Eixo 5 - Infraestrutura física .....</b>	<b>135</b>
5.1 Expansão da infraestrutura física da universidade .....	135
5.2 Bibliotecas .....	143
5.2.1. Política de Atualização, Manutenção e Expansão do Acervo das Bibliotecas .....	143
5.2.2. Serviços Oferecidos pelas Bibliotecas do Sistema .....	145
<b>Eixo 6 - Análise dos Dados e das Informações .....</b>	<b>147</b>
6.1. Análise da consulta pública .....	147
6.2. Aspectos positivos .....	156
6.3. Aspectos a aprimorar e ações .....	159
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	163
REFERÊNCIAS .....	165

## Índice de Quadros

Quadro 01 – Conceitos dos Cursos 2009 a 2013 .....	30
Quadro 02 – Os Programas em valores .....	72
Quadro 03 – Patentes depositadas no INPI .....	75
Quadro 04 – Registro de Marcas .....	77
Quadro 05 – Auxílios financeiros concedidos a servidores e discen- tes em 2014 por meio do PAF .....	79
Quadro 06 – Evolução temporal da quantidade de cursos de Pós Graduação <i>Lato Sensu</i> e <i>Strito Sensu</i> (Mestrados e Doutorados) .....	83
Quadro 07 – Número de estudantes com bolsas por programa.....	101
Quadro 08 – Demonstrativo do Programa de Concessão de Auxílios concedidos em 2014 .....	102
Quadro 09 – Modalidades, quantitativo de bolsa e área estratégica PNAES de auxílio permanência na Universidade Feder- al do Tocantins .....	103
Quadro 10 – Valores do auxílio alimentação e número de estudantes contemplados nos Câmpus de Palmas e Araguaína .....	104
Quadro 11 – Relação de servidores por Câmpus da UFT - 2014.....	111
Quadro 12 – Docentes da UFT: titularidade e regime de trabalho .....	112
Quadro 13 – Números proporcionais de docentes efetivos .....	113
Quadro 14 – Titulação dos servidores técnico-administrativos .....	117
Quadro 15 – Política de Captação e Alocação de Recursos .....	124
Quadro 16 – Orçamento da UFT 2014 .....	126
Quadro 17 – Despesas continuadas por Câmpus .....	131
Quadro 18 – Evolução Aproximada da Execução das Despesas Con- tinuadas por ano .....	131

Quadro 19 – Investimentos em infraestrutura nos câmpus em 2014.....	132
Quadro 20 – Investimentos em infraestrutura por câmpus em 2014 .....	140
Quadro 21 – Acervo adquirido por câmpus e por curso em 2014 .....	144

## Índice de Gráficos

Gráfico 01 – Evolução do Índice Geral de Cursos .....	33
Gráfico 02 – Quantidade de bolsas por câmpus/semestre .....	66
Gráfico 03 – Grupos de Pesquisas do CNPq vinculados à UFT por área de conhecimento no período de 2011 a 2013 .....	78
Gráfico 04 – Desempenho dos servidores técnico-administrativos por câmpus .....	119
Gráfico 05 – Desempenho dos servidores técnico-administrativos por indicador .....	119
Gráfico 06 – Médias das Respostas da Avaliação Discente .....	149
Gráfico 07 – Percentual das Respostas Não sei/ Não Conheço da Avaliação Discente .....	150
Gráfico 08 – Médias das Respostas da Avaliação Docente	151
Gráfico 09 – Percentual das respostas Não sei/ Não Conheço da ava- liação Docente .....	152
Gráfico 10 – Médias das respostas da avaliação dos técnicos .....	154
Gráfico 11 – Percentual das respostas “Não sei/ Não Conheço” da Avaliação dos Técnicos .....	155
Gráfico 12 – Avaliação por dimensão .....	155

## Índice de Ilustrações

Figura 01 – Página oficial UFT no Twitter .....	93
Figura 02 – Imagens da Rádio Universitária .....	95
Figura 03 – Capas do Jornal Presente .....	95
Figura 04 – Nova Identidade Visual da UFT .....	96
Figura 05 – Plano integrado favorece a mobilidade nos câmpus .....	137
Figura 06 – Intervenções paisagísticas mudando a paisagem do ambiente universitário .....	137



# Introdução

A matéria avaliação é antiga e suas origens perdem-se na história. Na constituição da palavra está o desafio: avaliar e “atribuir valor”. Para isto é preciso conhecer a realidade, de modo que seja possível ao conhecer cada parte conhecer o todo e conhecer o todo partindo de cada parte.

Implantar uma política de avaliação em uma instituição federal de ensino não é tarefa simples, nem tampouco fácil. Ao contrário, trata-se de buscar promover um mergulho de toda uma comunidade acadêmica no interior da instituição de modo que resulte a análise e uma avaliação global e integrada. Sendo, portanto, um desafio para todas as Instituições de Ensino Superior (IES) preocupadas em serem fieis a sua finalidade de promover ensino, pesquisa e extensão de qualidades.

A Avaliação das Instituições de Educação instituída pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) tem por finalidade:

[...] a melhoria da educação superior, a orientação da expansão de sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização da sua missão pública, da promoção dos

valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (Lei N° 10.86 1/2001, artigo 1º).

O SINAES buscou integrar os instrumentos de avaliação entre si, e com os instrumentos de informação. Nesse sentido, bases de dados como o Censo da Educação Superior, o Cadastro Nacional de Docentes, a plataforma Lattes, o Cadastro de Instituições e Cursos, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), Avaliação de Cursos de Graduação e Avaliação de Instituições, tornaram-se parte integrante deste processo avaliativo. Esta visão sistêmica da avaliação permite a geração, a gestão e a disseminação de indicadores e informações de grande interesse para as instituições e cursos, para constituírem as bases dos atos regulatórios a serem praticados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), tornando o processo de avaliação um fundamental instrumento para os gestores das IES.

Mais do que uma simples união de instrumentos de avaliação, o SINAES pretendeu alterar o paradigma da avaliação. O sistema tem três olhares: um olhar sobre a instituição, um olhar sobre o curso e um olhar sobre o estudante (avaliação institucional; a avaliação de cursos; a avaliação do desempenho discente). Estes olhares se completam, buscando a formação integral de cidadãos profissionais e o renascimento da lógica da educação como bem e direito, dever do Estado, independente de que seja oferecida ou mantida por ele.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade Federal do Tocantins (UFT) entende a autoavaliação como reflexão e sistematização permanente e continuada, tendo no projeto institucional e nas formas de sua concretização, os focos do seu olhar. Entende, também, ser o projeto de autoavaliação um processo de autocrítica sobre sua dinâmica institucional.

O presente Relatório pretende sintetizar de forma organizada as ações realizadas na UFT no ano de 2014, com o objetivo de atender aos procedimentos legais e institucionais, além de ser um instrumento para o aperfeiçoamento do desempenho acadê-

mico, do planejamento da gestão da instituição, da prestação de contas à sociedade e, ainda, como fonte de pesquisa para a comunidade acadêmica e sociedade em geral.

*Comissão Própria de Avaliação*



# Eixo 1

## Planejamento e avaliação institucional

O foco deste eixo é a descrição e identificação dos principais elementos do processo avaliativo da IES em relação ao seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), aos relatórios elaborados pela CPA e demais documentos institucionais avaliativos do período que constituiu o objeto de avaliação.

No Eixo 1, considera-se a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação) do SINAES.

### 1.1. Política de autoavaliação da UFT

A avaliação das instituições de educação superior, segundo o SINAES teve caráter formativo e objetivou o aperfeiçoamento dos agentes da comunidade acadêmica e da instituição como um todo. A participação efetiva de toda a comunidade interna, com a contribuição de atores externos do entorno institucional, contribui para a construção de uma cultura de avaliação.

A CPA conta com participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica, a comissão tem a seguinte composição de membros titulares:

- I – Um docente do quadro efetivo, representante de cada câmpus da universidade, e presidente da Comissão Setorial de Avaliação (CSA), preferencialmente, que tenha experiência em avaliação;

- II – Quatro representantes do corpo discente, regularmente matriculados em cursos de graduação ou pós-graduação da universidade, indicados pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) ou pela respectiva entidade representativa;
- III – Três representantes do corpo técnico-administrativo do quadro efetivo da Universidade;
- IV – Um representante da sociedade civil organizada, sem vínculo empregatício com a Universidade, convidado pela CPA;
- V – Um ex-aluno da UFT, convidado pela CPA;
- VI – Dois representantes da Administração Superior e referendados pelo Conselho Universitário (CONSUNI).

Embora haja uma preocupação por parte da Comissão e uma constante busca pela participação de um representante da sociedade civil e de um ex-aluno da UFT, esta Comissão ainda não conseguiu efetivar a participação destes dois membros.

A CSA se constituirá como responsável pela avaliação institucional interna de cada câmpus e será composta por um representante docente, de cada curso do câmpus, um representante discente e um representante técnico-administrativo.

Os procedimentos avaliativos são concretizados na UFT, mediante a iniciativa da CPA, mas com o apoio de todas as Pró-Reitorias, Diretorias Administrativas e câmpus responsáveis por disponibilizar informações confiáveis e fidedignas sobre os eixos apresentados.

A CPA trabalha de maneira autônoma para a realização do processo de Avaliação Interna, seguindo as recomendações da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, tanto para a coleta quanto para o tratamento dos dados.

Os objetivos da Avaliação Institucional na UFT são:

- a) Subsidiar a comunidade acadêmica para o planejamento e a tomada de decisões;

- b) Conhecer em profundidade os pontos fortes e fracos da instituição a fim de orientar a correção de rumos e o redimensionamento dos caminhos da UFT;
- c) Contribuir para a definição de políticas e a construção de uma cultura institucional de valorização da avaliação como pré-requisitos para o planejamento do desenvolvimento da universidade;
- d) Desenvolver um processo criativo de autocrítica permanente entre a comunidade acadêmica para a melhoria da qualidade do saber acadêmico, administrativo e para a cidadania;
- e) Promover a transparência pela publicização do desempenho da universidade em relação a processos e produtos acadêmicos e administrativos;
- f) Desencadear um processo pedagógico de aprendizado, pelo relacionamento dialético entre a avaliação e o planejamento institucional.

Este é um relatório que contempla as informações referentes às ações desenvolvidas pela CPA no ano de referência 2013. Todos os eixos são contemplados no relatório, tendo como base as informações das Pró-Reitorias, Diretorias e das Comissões Setoriais de Avaliação. Quanto a consulta à comunidade acadêmica, esta contempla o Eixo 4 – Políticas de Gestão: compreende a dimensão 5 do SINAES (Políticas de Pessoal), a dimensão 6 (Organização e Gestão da Instituição) e a 10 (Sustentabilidade Financeira).

### *1.1.1. Organização do Processo Avaliativo Ciclo 2014-2015*

A organização do processo de avaliação interna prevê a ocorrência de diferentes etapas:

## Planejamento

A elaboração do projeto de avaliação institucional realizado em 2011 para ser implementado no período de 2012 a 2015, compreendia na definição dos objetivos, estratégias, metodologia, das ações avaliativas.

Este Projeto de Avaliação Institucional 2012-2015 objetiva consolidar o processo de autoavaliação da UFT pautado na participação dos três segmentos e, na discussão das fragilidades e potencialidades surgidas neste caminho de expansão e consolidação da universidade. Como etapas do processo de Avaliação da Instituição a CPA – UFT definiu:

- Plano de ação anual;
- Sensibilização;
- Aplicação dos instrumentos;
- Recebimento dos relatórios de gestão e diagnósticos dos câmpus;
- Sistematização e análise de dados;
- Relatório de Avaliação Interna;
- Divulgação;
- Balanço crítico.

No ano de 2014, foi realizada a revisão do projeto a fim de adequá-lo às alterações dadas pela NOTA TÉCNICA N° 08 CGACGIES/DAES/INEP, sendo portanto objeto de consulta a comunidade acadêmica pelo formulário eletrônico o quarto eixo – Políticas de Gestão: compreende a dimensão 5 do SINAES (Políticas de Pessoal), a dimensão 6 (Organização e Gestão da Instituição) e a dimensão 10 (Sustentabilidade Financeira).

O plano anual especifica as ações a serem executadas, os prazos e responsabilidades a serem cumpridos pela CPA e CSA durante o transcorrer do ano.

## **Sensibilização e Aplicação dos instrumentos**

A segunda etapa a ocorrer no processo de autoavaliação constitui-se a sensibilização, que busca o envolvimento da comunidade acadêmica no preenchimento do instrumento de avaliação eletrônico.

Essa foi realizada nos câmpus e Reitoria pelos integrantes da CPA e CSA`s através do convite para a comunidade acadêmica participar no processo avaliativo. Também foi realizado através dos veículos de comunicação internos e, interagindo, também, nas redes sociais.

## **Recebimento dos relatórios de gestão e diagnósticos dos câmpus**

Esta fase compreende a orientação quanto aos procedimentos para a elaboração dos relatórios, Pró-Reitorias e Diretorias e Comissões Setoriais de Avaliação, de acordo com o calendário estabelecido pela comissão, bem como o recebimento dos respectivos relatórios anuais das ações.

## **Sistematização e análise de dados**

A sistematização e análise dos dados recebidos da Reitoria, Pró-Reitorias e Diretorias será feita pela CPA. A sistematização dos dados dos questionários de avaliação institucional e de disciplina/professor será feita pela Diretoria de Tecnologia (DTI). A sistematização e análise dos dados recebidos do câmpus será feita por sua CSA.

## **Relatório**

Este relatório parcial expressa o resultado do processo de discussão, análise e interpretação dos dados advindos, principalmente, do processo de autoavaliação referente ao ano de 2014. Os destinatários do relatório são os membros da comunidade acadêmica e toda a sociedade. Este relatório foi construído de maneira conjunta por todos os membros da Comissão Própria de Avaliação.

As fontes de informação para elaboração deste relatório foram os relatórios de gestão, os diagnósticos de câmpus e os dados resultantes das consultas à comunidade acadêmica.

## **Divulgação**

A divulgação, como continuidade do processo de avaliação interna, buscará oportunizar a apresentação pública e a discussão dos resultados alcançados nas etapas anteriores. Para tanto, serão utilizados diversos meios, tais como: apresentação nas reuniões dos Conselhos Universitários (CONSUNI; Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; Conselhos Diretores), documentos informativos eletrônicos, Seminário de Avaliação Institucional e disponibilização na página da Comissão Própria de Avaliação, através do *link* documentos.

Desse processo de avaliação interna, resulta o Relatório Anual de Avaliação Interna, contemplando os 5 eixos do SINAES. Nesta perspectiva a CPA/UFT tem o papel fundamental de levar adiante os procedimentos internos de avaliação e de prestar contas, não somente ao Ministério da Educação mas também à toda comunidade acadêmica, tornando estas informações públicas e desafiando as diferentes instâncias da vida institucional a refletirem sobre o seu significado para o desenvolvimento da universidade.

Para a divulgação dos resultados do ciclo 2014-2015 está previsto um seminário, sobre avaliação institucional e do curso com o título: Seminário de Avaliação Institucional – traçando os caminhos a seguir. Esse seminário será um espaço de discussão, análise e reflexão sobre os processos avaliativos da UFT.

A divulgação do Relatório de Avaliação Interna junto à comunidade acadêmica local será realizada pelas CSA's.

## **Balanco crítico do processo de autoavaliação**

Após a divulgação do Relatório de autoavaliação, a CPA realizará o balanço crítico considerando as contribuições realizadas pela comunidade acadêmica ao processo de avaliação institucional.

## 1.2. Relato institucional

### 1.2.1. Breve histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)

A UFT, instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente. Originariamente, o projeto de criação da UFT contemplava a autorização de uma universidade *unicampi*, depois apresentou um projeto substitutivo, indicando a criação de uma universidade na forma multicâmpus.

Com uma estrutura multicâmpus, a UFT atua em sete câmpus no estado do Tocantins, implantados nas cidades de Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis.

É a mais importante instituição pública de ensino superior do estado, em termos de dimensão e desempenho acadêmico. Atualmente, a Universidade oferece 48 cursos de graduação presenciais, na modalidade a distância são mais 26 cursos, além de 17 cursos de mestrado e quatro doutorados reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), além de vários cursos de especialização *lato sensu*, totalizando 886 docentes e 18.881 alunos.

A UFT desenvolve atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, atuando nas seguintes áreas de conhecimento:

- Ciência Animal;
- Ciências Agrárias e Tecnológicas;
- Ciências Humanas e Letras;
- Ensino de Ciências;
- Ciências Humanas;
- Ciências Humanas, Artes e Comunicação;
- Ciências Sociais Aplicadas;

- Engenharias e Computação;
- Saúde;
- Ciências Sociais;
- Gestão e Negócios;
- Hospitalidade e Lazer.

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocantinense. É, portanto, uma aspiração que vai aos poucos se consolidando numa instituição social voltada para a produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação.

### *1.2.2. Conceitos obtidos pela IES nas avaliações externas institucionais e de curso*

Com a instituição do SINAES buscou-se avaliar as instituições de uma forma mais abrangente, objetivando promover a melhoria da qualidade da educação superior, o aumento permanente da sua eficácia institucional e da sua efetividade acadêmica e social.

O SINAES integra três modalidades principais de instrumentos de avaliação, aplicados em diferentes momentos. Dos processos avaliativos obtém-se um conjunto de indicadores que auxiliam no acompanhamento do desenvolvimento de instituições e cursos, sendo eles:

1. Conceito Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) – em função do desempenho dos alunos, os cursos são avaliados em uma escala que vai de 1 a 5. Todos os anos algumas áreas são avaliadas de tal forma que no intervalo de 3 anos todos os cursos superiores são avaliados.
2. Conceito Preliminar de Cursos (CPC) – avalia individualmente os cursos superiores, considerando o desempenho

dos estudantes no ENADE, avaliação dos alunos sobre as condições do curso, infraestrutura, corpo docente, etc. O CPC, além da nota do ENADE, mede o grau de satisfação do aluno com a sua faculdade. A escala do CPC também vai de 1 a 5.

3. Índice Geral de Cursos (IGC) – avalia a instituição de uma forma mais ampla, computando os resultados de todos os cursos no ENADE, corpo docente, pós-graduação, infraestrutura, etc. O IGC faixa é calculado na escala de 1 a 5.
4. Conceito Institucional (CI) — Avaliação *in loco* feita pelos especialistas do MEC para validar ou não o IGC. O CI varia de 1 a 5.

Apresentamos no quadro a seguir os conceitos obtidos no ENADE e o CPC dos cursos da UFT no período de 2009 a 2013.

**Quadro 01 – Conceitos dos Cursos 2009 a 2013**

Ano ENADE	Curso	Nota ENADE contínuo	Conceito ENADE faixa	CPC contínuo	CPC faixa
2009	ADMINISTRAÇÃO	2,77	3,00	2,39	3,00
2009	DIREITO	3,38	4,00	2,46	3,00
2009	COMUNICAÇÃO SOCIAL	2,16	3,00	2,06	3,00
2009	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	2,49	3,00	2,80	3,00
2009	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	2,54	3,00	2,38	3,00
2010	MEDICINA VETERINÁRIA	2,36	3	3,09	4
2010	MEDICINA		SC		SC
2010	AGRONOMIA	3,41	4	3,51	4
2010	ENFERMAGEM		SC		SC
2010	NUTRIÇÃO		SC		SC
2010	SERVIÇO SOCIAL		SC		SC
2010	ZOOTECNIA	2,30	3	2,62	3
2011	ARQUITETURA E URBANISMO	2,83	3	2,48	3
2011	BIOLOGIA (BACHARELADO)	1,35	2	2,59	3
2011	BIOLOGIA (LICENCIATURA)	1,99			SC

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - UFT (ANO 2014)

Ano ENADE	Curso	Nota ENADE contínuo	Conceito ENADE faixa	CPC contínuo	CPC faixa
2011	BIOLOGIA (LICENCIATURA)	1,29	2	2,34	3
2011	CIÊNCIAS SOCIAIS (LICENCIATURA)	3,70	4	3,72	4
2011	COMPUTAÇÃO (BACHARELADO)	2,64	3	2,64	3
2011	ENGENHARIA (GRUPO IV) - ENGENHARIA DE ALIMENTOS	2,50	3	2,33	3
2011	ENGENHARIA (GRUPO VII) - ENGENHARIA AMBIENTAL	2,79	3	3,32	4
2011	ENGENHARIA (GRUPO VIII) - ENGENHARIA FLORESTAL	2,90		3,16	SC
2011	GEOGRAFIA (BACHARELADO)	2,59	3	2,90	3
2011	GEOGRAFIA (LICENCIATURA)	2,82	3	2,86	3
2011	GEOGRAFIA (LICENCIATURA)	2,20	3	2,65	3
2011	HISTÓRIA (LICENCIATURA)	2,55	3	3,17	4
2011	HISTÓRIA (LICENCIATURA)	2,02	3	2,58	3
2011	LETRAS (LICENCIATURA)	3,25	4	3,46	4
2011	LETRAS (LICENCIATURA)	1,56	2	2,11	3
2011	MATEMÁTICA (LICENCIATURA)	2,99	4	3,21	4
2011	MATEMÁTICA (LICENCIATURA)	1,67	2	2,43	3
2011	PEDAGOGIA (LICENCIATURA)	1,00	2		SC

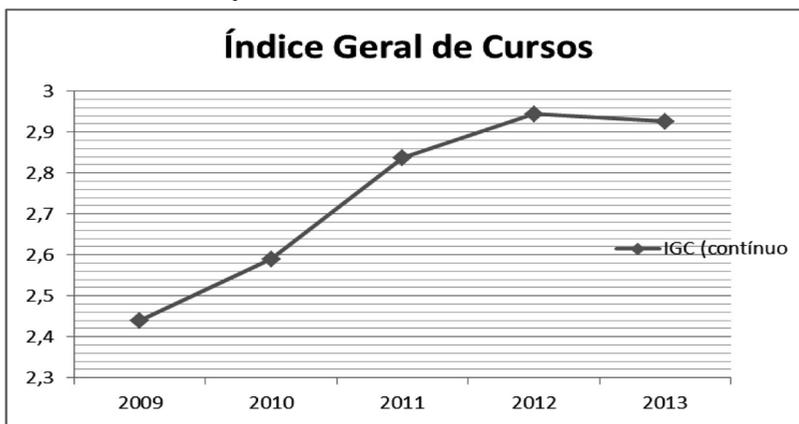
Ano ENADE	Curso	Nota ENADE contínuo	Conceito ENADE faixa	CPC contínuo	CPC faixa
2011	PEDAGOGIA (LICENCIATURA)	1,78	2	2,49	3
2011	PEDAGOGIA (LICENCIATURA)	2,57	3	1,77	2
2011	PEDAGOGIA (LICENCIATURA)	2,26	3	2,83	3
2012	ADMINISTRAÇÃO	2,47	3	2,49	3
2012	DIREITO	4,00	5	3,10	4
2012	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	2,91	3	3,36	4
2012	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	2,02	3	1,91	2
2012	TECNOLOGIA EM LOGÍSTICA	4,24	5	3,51	4
2012	JORNALISMO	3,08	4	3,31	4
2013	MEDICINA VETERINÁRIA	2,74	3	2,89	3
2013	MEDICINA	2,88	3	2,25	3
2013	AGRONOMIA	2,60	3	3,23	4
2013	ENFERMAGEM	3,17	4	2,78	3
2013	NUTRIÇÃO	2,91	3	2,84	3
2013	SERVIÇO SOCIAL	2,83	3	3,06	4
2013	ZOOTECNIA	1,99	2	2,78	3

Fonte: Elaboração própria.

Percebe-se da representação dos gráfico que 95% dos cursos da UFT no período de 2009 a 2013 obtiveram conceitos entre a faixa 3 e 4 pontos.

Apresentamos no gráfico abaixo a evolução do IGC da UFT no período de 2009 a 2013.

**Gráfico 01** – Evolução do Índice Geral de Cursos



Fonte: Elaboração própria.

Com a representação da evolução do índice Geral de Cursos visualiza-se a constante evolução dos conceitos institucionais, demonstrando a melhoria da qualidade dos cursos da Instituição.

### 1.3. Projetos e processos de autoavaliação

Em outubro de 2003, a UFT iniciou a discussão sobre Avaliação Institucional com a constituição de uma comissão para coordenar o processo de avaliação interna – Comissão Central de Avaliação da UFT. A comissão foi constituída por um representante docente de cada câmpus universitário (sete), dois representantes dos servidores técnico-administrativos e dois representantes dos

discentes. Em abril de 2004, foi necessária a adequação à Lei 10.861, com a inserção do representante da sociedade civil para compor a CPA.

No ano de 2004, a CPA realizou dois encontros com membros do Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e com o Diretor de Estatística da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) sobre os processos para avaliação da UFT. Essas participações auxiliaram na formatação do plano de trabalho e da proposta de Avaliação Institucional da UFT proposto à comunidade universitária.

Na elaboração da proposta de avaliação institucional interna da UFT considerou-se, como fundamental, que o processo se fundamentasse em princípios que garantissem a relevância do processo, tais como:

- *Participação* – Faz-se necessário que a comunidade acadêmica participe do processo de elaboração, efetivação, debate e revisão dos resultados para que a universidade, como um todo, possa visualizar melhorias na instituição.
- *Solidariedade* – A partir do processo de avaliação institucional podemos potencializar ações no sentido de que os câmpus possam obter uma visão de unidade, buscando com isto criar uma teia de solidariedade para o compartilhamento de experiências e solução de problemas, visando a melhoria da instituição.
- *Globalidade* – O processo de avaliação institucional deve tomar a instituição como um todo, evidenciando a pluralidade e o respeito de suas características, valorizando a universidade como uma instituição voltada para os problemas sociais, políticos, econômicos e culturais da sociedade brasileira.
- *Respeito à identidade institucional* – É necessário o respeito à identidade da instituição, visualizá-la e localizá-la em seu contexto institucional e social.
- *Não premiação e não punição* – A avaliação não deve visar mecanismos de premiação ou de punição. Deve visar a melhoria da instituição.

O primeiro documento de autoavaliação da UFT, construído ao longo do ano de 2004, expressava o desejo de participar do processo avaliativo da educação superior, e durante as discussões percebeu-se que a participação deveria ser desenvolvida a partir de dois movimentos: a apresentação de uma proposta de intenções para com o processo de avaliação e regulação da Universidade; e o próprio processo coletivo de avaliação institucional da Universidade.

Desde 2005, a CPA/UFT conta com uma estrutura física própria e os recursos básicos para o desenvolvimento do processo, onde foi realizado o primeiro Seminário de Avaliação, com a participação de Diretores de câmpus, Coordenadores de Curso, representantes discentes, técnicos administrativos e membros das Comissões Setoriais e Avaliação.

A coleta de informações acerca da imagem da UFT, junto à comunidade acadêmica, representa 14% do total de 9.020 (nove mil e vinte) membros.

Ao longo do ano de 2007, o Relatório Final 2004-2006 foi apresentado à comunidade acadêmica em diferentes momentos e neste ano se empenhou apenas em elaborar o seu regimento interno, sendo aprovado em reunião do CONSUNI em 04 de junho de 2008.

Em agosto de 2008, aconteceu o II Seminário de Avaliação Institucional, quando a palestrante Sandra Zakia, professora da USP, foi convidada a discutir com os membros da CPA sobre os resultados da avaliação institucional. Esse momento de discussão e reflexão apontou as falhas e as lacunas do Relatório Final de Avaliação Institucional 2004-2006, sinalizando as possibilidades para o novo ciclo de avaliação.

No segundo ciclo, referente a 2007 e 2008, não foi possível a aplicação dos instrumentos de consulta à comunidade acadêmica em virtude da desarticulação da CPA. O Relatório consistiu na descrição das ações executadas pelas Pró-Reitorias confrontadas com o PDI e PPI, já aprovados nos conselhos superiores da instituição.

No ciclo referente a 2009 e 2010, a Proposta de autoavaliação elaborada pela CPA previa a consulta a comunidade acadêmica (discentes, docentes e técnico administrativos) apenas

no ano de 2009, a aplicação do instrumento teve a participação de 14% da comunidade acadêmica.

No ano de 2010, encerrou-se o terceiro ciclo de avaliação. A proposta planejava a aplicação da metodologia de grupo focal, porém esta pesquisa não foi realizada, pois a CPA entendeu que a metodologia não se aplicava a problemática da Avaliação Institucional, por ser um universo extremamente complexo. Desta forma, o relatório de autoavaliação apresentou somente os diagnósticos dos câmpus, elaborados pelas Comissões Setoriais e os relatórios das Pró-Reitorias.

O Relatório Institucional de Avaliação referente ao ano de 2011 também foi elaborado com base nos diagnósticos dos câmpus elaborados pelas Comissões Setoriais e os relatórios das Pró-Reitorias.

Nos ciclos avaliativos de 2012 e 2013, as principais fontes de informação para a elaboração do relatório foram as seguintes:

- a) Relatórios das Pró-Reitorias e diretorias, com informações sobre as ações planejadas e realizadas em 2012;
- b) Relatórios das Comissões Setoriais de Avaliação, com informações sobre estrutura física, gestão e atividades de ensino, pesquisa e extensão junto aos cursos de graduação e pós-graduação;
- c) Questionário de avaliação institucional aplicado para toda a comunidade universitária.

Também foram utilizadas como fontes de informação para a elaboração do relatório, os relatórios das Pró-Reitorias e diretorias, com informações sobre as ações planejadas e realizadas no ano, bem como os relatórios das Comissões Setoriais de Avaliação, com informações sobre estrutura física, gestão e atividades de ensino, pesquisa e extensão junto aos cursos de graduação e pós-graduação nos diversos câmpus.

## 1.4. Plano de melhorias a partir dos processos avaliativos

O processo de planejamento da Universidade, foi programado para o período de 2014 a 2022. Este foi discutido de forma a permitir a participação de alunos, técnicos e docentes em todos os câmpus, em especial da CPA.

O Programa de Formação Continuada dos Docentes, criado no ano de 2013, é uma potencialidade relevante desenvolvida pela PROGRAD, posto que objetiva o aprimoramento da prática docente, do planejamento, do processo de ensino-aprendizagem e da avaliação.

Os Núcleos Docente Estruturante (NDE), que atualmente estão praticamente todos estruturados, foi outro aspecto positivo observado.

A proposta unificada para servidores, através da alteração da Resolução CONSUNI nº 16/2013 de que trata da concessão de bolsas de estudos, foi ampliada para que em 2014, docentes e técnico-administrativos sejam atendidos pelo programa, como forma de incentivar a formação acadêmica dos servidores e docentes em nível de mestrado e doutorado.

O aperfeiçoamento da gestão descentralizada e participativa deve ser construído através da realização de encontros entre gestores da reitoria e dos câmpus.

Quanto à expansão da infraestrutura física da UFT, nos últimos anos, houve grandes melhorias nos sete câmpus, como reformas e adequação de espaços físicos existentes, na busca de atender às necessidades do câmpus e, também, novas edificações. A UFT continua a adequar sua infraestrutura física, especialmente no que diz respeito às salas de aula, laboratórios, bibliotecas, equipamentos de informática, entre outros, para melhor atender às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Destaca-se também a elaboração do projeto de cunho arquitetônico, urbanístico e paisagístico, intitulado: Plano Integrado de Fortalecimento da Infraestrutura Urbanística dos câmpus da UFT.

Aprimoramento das ações de comunicação à comunidade acadêmica no que se refere ao planejamento, execução e

avaliação dos processos educativos nas dimensões financeira, administrativa e pedagógica.

Debate com vistas à atualização do PDI

Aprimorar o processo de avaliação dos cursos oferecidos no Programa de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) com o objetivo de identificar demandas e buscar a implementação de proposições complementares e/ou corretivas das ações implantadas.

Rediscussão do programa de capacitação dos técnicos com vistas a melhor definir os recursos a serem empenhados para o estabelecimento de convênios, quantitativo a ser liberado por período, os prazos para liberação, o recebimento de bolsas, dentre outros aspectos, nos diversos setores da Instituição.

Incentivo à articulação de pesquisadores nos Institutos Intercampi com vistas à consolidação de linhas de pesquisa, proposição e implantação de (novos) programas de mestrado e doutorado.

Proposição de ações indutoras da integração do ensino, pesquisa e extensão nos cursos de graduação e pós-graduação.

Pensando na melhor qualificação dos servidores, a UFT incentivou técnicos e professores a buscar aperfeiçoamento profissional por meio de cursos, palestras, workshops e outras ações voltadas para a atualização da carreira.

Destaque para os convênios de mobilidade internacional para professores, técnicos e alunos da Universidade com o intuito de promover programas conjuntos sustentáveis e de pesquisas em comum envolvendo brasileiros e estrangeiros, fomentar a pesquisa e a troca de experiência.

O último convênio foi assinado junto à Universidade de Coimbra, em Lisboa-Portugal, e vai proporcionar missões de estudo, mobilidade acadêmica em todas as áreas e, especialmente, uma parceria com uma das áreas mais cobiçadas em Portugal e no mundo, que é a área de Direito. Outros convênios com universidades estrangeiras estão em andamento.

Descentralização e aprimoramento da gestão de processos e procedimentos técnico-administrativos de todos os setores administrativos da UFT e de modo especial aos relacionados aos setores de Desenvolvimento Humano, Patrimônio e Materiais;

Compras; Secretarias e Setor de Documentação; Bibliotecas; Centrais de Estágio e demais setores administrativos.

Em 2014, a Universidade realizou seu último vestibular e passou a adotar, a partir de 2015, o Sistema de Seleção Unificada (SISU). Para o 2º semestre de 2014, a UFT disponibilizou 50% de suas vagas da graduação ao SISU/MEC e contabilizou 34.832 inscrições de candidatos para 747 vagas, aumento de 64% em relação ao processo seletivo anterior, um recorde para a instituição.

Ampliação do número de cursos de graduação prioritariamente nos câmpus que oferecem menos de 05 (cinco) cursos.

Destaca-se a implantação do curso de medicina no câmpus de Araguaína, que contará com o suporte para estágios e pesquisas na Fundação de Medicina Tropical (FUNTROP) e Hospital de Doenças Tropicais (HDT), na Pós-Graduação, a UFT possui 26 mestrados e cinco doutorados. Sendo que para esse grupo foram inclusos três novos mestrados, sendo eles MINTER em Ciências Contábeis e os mestrados em Ensino em Ciências e Saúde e em Medicina Veterinária - Sanidade Animal e Saúde Pública nos Trópicos. Já os novos doutorados são dois DINTER's, sendo um em Nutrição e o outro em Artes.

Já na categoria *lato sensu*, são 25 cursos de especialização, sendo que em 2014 houve a implantação de quatro novos cursos no câmpus de Palmas. São dois MBAs - em Consultoria e Gestão de Negócios e em Gerenciamento de Projetos - e dois novos cursos na área do Direito - Direito e Processo de Trabalho e Direito e Processo Constitucional.

Manutenção de uma ouvidoria operante no portal da transparência.

Quanto ao reconhecimento nacional da UFT, 20 pesquisadores doutores da Universidade Federal do Tocantins foram selecionados pelo Edital Universal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O resultado destaca as propostas que contribuem de forma significativa para o “desenvolvimento científico e tecnológico e inovação do País, em qualquer área do conhecimento”, e a estimativa de recursos é na ordem de R\$ 700 mil.

Implantação do Programa “Reitoria Itinerante”, com reuniões de trabalho periódicas em cada um dos câmpus universitários.

A UFT também foi considerada a universidade da Região Norte que mais teve ações aprovadas no edital de 2015 do Programa de Extensão Universitária do Ministério da Educação (PROEXT/MEC). Com esse resultado, no ano que vem, a UFT vai receber cerca de R\$ 1,5 milhão para a execução dos seis projetos e três programas contemplados e os outros 35 que ficaram de fora do orçamento do programa. Apesar da boa avaliação vão poder contar com o bom conceito alcançado no processo seletivo nacional para tentar recursos com outras fontes de financiamento.

Aperfeiçoamento dos canais internos de comunicação, como a ampliação e modernização do sistema de murais internos e implantação dos boletins CONSUNI/CONSEPE, dentre outras ações.

Considerando a importância da prestação de serviço público para toda a comunidade do Tocantins, a UFT realizou em 2014 dois concursos públicos: um para o provimento de 271 vagas em técnico-administrativos e 45 vagas para professor efetivo. Os aprovados nos dois concursos já tomaram posse e já estão trabalhando para melhor atender as demandas dos sete câmpus da UFT.

Discussão e implementação de política institucional de enfrentamento das desigualdades, que propicie a inclusão, permanência e sucesso de todos os estudantes nos cursos de graduação.

Dotação de recursos para a publicação de livros e artigos pela Editora da UFT a partir de critérios específicos.

Implantação de um programa de mestrado profissional em Gestão de Políticas Públicas destinado a qualificação dos servidores técnico-administrativos.

Ampliação das condições de permanência nos câmpus nos intervalos do trabalho por meio da construção do Restaurante Universitário (RU) e da reestruturação das Cantinas Universitárias. A UFT neste ano ganhou dois restaurantes universitários que funcionam nos câmpus de Palmas e Araguaína desde junho e agosto de 2014, respectivamente, com possibilidade de servir 2.500 refeições diárias. Para 2015, o câmpus de Gurupi terá seu RU.

Mais um ganho em infraestrutura para a Universidade foi a doação de uma pista de atletismo oficial. Esta será a primeira pista nos padrões internacionais do estado. A obra foi licitada no valor de R\$ 7 milhões com oito raias de 400 metros e área total mínima de 5.000m<sup>2</sup>, além de um campo de futebol de grama nas medidas oficiais. As obras estão previstas para iniciar no começo de 2015.

A UFT também foi responsável em 2014 por protagonizar as principais discussões e diálogos em prol do desenvolvimento regional, em prol do avanço em qualquer aspecto e também estar presente na busca das soluções para os principais problemas do Tocantins.

Foram diversas palestras, seminários, semanas acadêmicas integradas, oficinas, minicursos e outras atividades que levaram à comunidade acadêmica e a sociedade em geral a possibilidade de pensar o mundo, o país e o Tocantins em suas particularidades e evolução, sempre com o objetivo de aguçar nos participantes a responsabilidade e a vontade de fazer um mundo melhor.

## **Estrutura Organizacional**

A atual estrutura organizacional da UFT vigora desde 2003. No ano de 2009 estabeleceu-se uma nova estrutura organizacional para os câmpus da Universidade.

Foi instituída em setembro de 2013 uma Comissão de Gestão e Elaboração do Organograma da UFT, composta de 13 membros. Esta, adotando uma metodologia participativa, revisou os organogramas e estudou-se uma nova configuração para a estrutura da UFT, contemplando os câmpus e a Reitoria, que será encaminhada à aprovação do Conselho Superior no próximo ano.



# Eixo 2

## Desenvolvimento Institucional

Este Eixo tem o seu foco no Plano de Desenvolvimento Institucional da IES e consiste na verificação da coerência existente entre o PDI e as ações institucionais nas diferentes vertentes de sua atuação acadêmica – ensino, pesquisa, extensão e gestão.

O Eixo Desenvolvimento Institucional contempla a dimensão 1 (a Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional) e a dimensão 3 (Responsabilidade Social da Instituição).

### 2.1. Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

De acordo com a legislação, o PDI é o instrumento de planejamento e gestão que identifica a IES, no que diz respeito a sua filosofia de trabalho, missão, metas e objetivos, estrutura organizacional, diretrizes pedagógicas e as atividades acadêmicas e científicas que desenvolve ou que pretende desenvolver. Abrange um período de cinco anos e está em vigência na UFT o PDI 2011-2015.

Em 2014, conforme já evidenciado na introdução deste Relatório, a Universidade Federal do Tocantins redefiniu a sua missão, visão e valores como resultado do processo de atualização do Planejamento Estratégico 2014-2022.

A missão, a visão e os valores fazem referência ao contexto social e ambiental em que a instituição está inserida, na busca pela excelência no ensino, pesquisa e extensão, respeito à

diversidade e comprometimento com a qualidade, criatividade e inovação, responsabilidade social e equidade.

### 2.1.1. Coerência entre o PDI e as atividades de ensino de graduação

O planejamento e execução de ações, fruto de discussões e diálogos permanentes com a comunidade acadêmica, são resultados que refletem a própria trajetória de consolidação e amadurecimento da Universidade Federal do Tocantins.

Neste sentido, a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) realiza o acompanhamento dos atuais 50 (cinquenta) cursos de graduação oferecidos nos 7 câmpus da UFT, mediante apoio integral às coordenações dos cursos – no tocante às orientações para o pleno cumprimento dos Projetos Pedagógicos, ao aprimoramento do Controle Acadêmico e à implantação do Processo de Avaliação Institucional –, aos docentes – na promoção de eventos acadêmicos que auxiliam na divulgação e, sobretudo, no desenvolvimento das atividades de ensino – e aos discentes – através do suporte à realização de estágios supervisionados, bem como por meio dos programas especiais direcionados ao enriquecimento da experiência acadêmica em consonância com a missão da Universidade.

Com vistas ao necessário aprimoramento e atualização contínua de suas ações, bem como ciente da importância dos fóruns de debate para o fortalecimento do ensino de graduação, a PROGRAD esteve presente em vários eventos nacionais em 2014, como seminários, fóruns, reuniões, etc. Atuou na regulação e avaliação dos cursos de graduação de acordo com as diretrizes do SINAES nos vários câmpus da UFT. Promoveu a efetivação dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) dos cursos de graduação, bem como acompanhou suas atividades relacionadas diretamente ao cumprimento das diretrizes estabelecidas nos Projetos Pedagógicos (PPCs), providenciou a portaria de constituição dos membros e sua publicação no Boletim Interno da UFT. Além disso, fez o acompanhamento das comissões do MEC, que realizam visitas técnicas *in loco* em razão do processo de reconhecimento e avaliação dos cursos de graduação: Química Ambiental, Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia, Engenharia Florestal e Teatro.

Com relação aos estágios curriculares, o estabelecimento de inúmeros convênios com instituições de pesquisa, órgãos governamentais, empresas públicas e privadas e associações propiciou a inserção dos estudantes em ambientes práticos de aprendizagem, ao mesmo tempo que propiciou a ampliação da rede de contatos com empresas e instituições. Também foram intensificados os contatos com as escolas da Educação Básica de todo o estado do Tocantins, buscando inserir os estudantes nos processos de ensino de suas cidades de origem. Os processos seletivos para a contratação de professores substitutos iniciaram na DDRG e, posteriormente, as solicitações foram remetidas à Comissão Permanente de Seleção (COPESE), que realizou a seleção pública simplificada.

Quanto ao acompanhamento dos egressos, no ano de 2014 a DDRG realizou o mapeamento dos egressos dos cursos de graduação da UFT e criou-se um banco de dados. Atualizou o Portal do Ex-aluno, onde estão disponibilizadas notícias da UFT e oportunidades para os egressos, tais como informações sobre editais de cursos de pós-graduação, concursos, eventos, etc. Atualmente está desenvolvendo o link no intuito de realizar enquetes que viabilizem um melhor conhecimento do perfil do egresso da UFT.

No que concerne aos programas institucionais, atualmente estão em fase de desenvolvimento e aperfeiçoamento os instrumentos de acompanhamento e avaliação dos 9 (nove) programas implantados pela Diretoria de Programas Especiais em Educação (DPEE) da PROGRAD, a saber:

1. Programa de Formação Docente Continuada (PROFOR);
2. Programa Institucional de Monitoria (PIM);
3. Programa Institucional de Monitoria Indígena (PIMI);
4. Programa de Monitoria Permanência (PMP);
5. Programa de Educação Tutorial (PET);
6. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID);
7. Programa de Mobilidade Acadêmica Nacional e Regional (PMA);

8. Programa de Consolidação das Licenciaturas (PRODOCÊNCIA);
9. Programa de Apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores (LIFE).

Como forma de integrar esses programas a Diretoria de Programas Especiais em Educação (DPEE) realiza periodicamente o Seminário de Programas Especiais em Educação da UFT, que está em sua quarta edição. A DPEE, em conjunto com os grupos PET, organizou nos dias 03 e 04 de dezembro 2014 o I Encontro dos Grupos PET da UFT (INTERPET). O Programa de Mobilidade Acadêmica é constituído por três programas: Programa Andifes de Mobilidade Acadêmica; Programa Santander Universidades de Mobilidade Nacional; Programa Santander de Bolsas de Mobilidade Acadêmica Regional. Atualmente, a UFT possui 06 (seis) estudantes em Mobilidade Acadêmica.

A Universidade Federal do Tocantins possui 20 cursos presenciais de licenciatura distribuídos nos sete câmpus da instituição no PRODOCÊNCIA, englobando diferentes áreas do conhecimento: biologia, ciências sociais, filosofia, física, geografia, história, letras, matemática, pedagogia, química e teatro.

No ano de 2014 a Diretoria de Registro e Controle Acadêmico (DIRCA) da PROGRAD, como órgão responsável pelo registro e controle das informações acadêmicas de todos os cursos (graduação, EaD e PARFOR) aprimorou o módulo acadêmico do Sistema de Informações para o Ensino SIE; desenvolveu e aperfeiçoou os portais do aluno e do professor; realizou capacitação aos Coordenadores de Curso, Secretários das Coordenações e Secretarias Acadêmicas; elaborou fluxos, manuais e orientações sobre as normativas e rotinas acadêmicas; registrou e emitiu diplomas dos alunos da instituição e de outras IES; gerou relatórios demonstrativos dos dados acadêmicos; acompanhou e geriu os dados do SISU e do ENADE; geriu os recursos financeiros disponibilizados a Pró-Reitoria, como diárias e passagens para participação em eventos dos programas especiais, PARFOR e treinamentos.

### *2.1.2. Coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa e o ensino de pós-graduação*

No tocante à pesquisa e pós-graduação as atividades de pesquisa, iniciação científica, tecnológica, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ), abrangeram ações no ano de 2014, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e o Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC). Como forma de divulgação da iniciação científica desenvolvida pelos docentes, discentes e técnicos administrativos, foi promovido o Seminário de Iniciação Científica da UFT, no qual os alunos podem disseminar os trabalhos científicos desenvolvidos. Como auxílio aos membros da Instituição em relação à apresentação de trabalhos científicos em eventos nacionais e internacionais, a UFT conta com o Programa de Auxílio Financeiro para Eventos (PAF-2014).

Quanto à capacitação de recurso, o Programa Pró-Equipamentos apoia propostas para a aquisição de equipamentos destinados a compor a estrutura de pesquisados Programas de Pós-Graduação recomendados pela CAPES.

No âmbito da pesquisa, o trabalho da PROPESQ vem sendo desenvolvido de forma a incentivar a comunidade acadêmica da UFT a realizar e ampliar sua inserção em projetos científicos, com fomento para sua execução e grupos de pesquisa, divulgação de editais de pesquisa das principais agências de fomento do Brasil, cadastramento em fluxo contínuo de projetos científicos, acompanhamento dos projetos realizados pelos docentes, cadastro de grupos de pesquisa na Plataforma do CNPq, apoio a eventos científicos como seminários e congressos.

A UFT possui veículos de divulgação da produção intelectual, artística e cultural do corpo docente e técnico-administrativos visando estimular as publicações das pesquisas desenvolvidas internamente por meio do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER, no qual o pesquisador tem a oportunidade de publicar e divulgar suas pesquisas. Como, por exemplo, o Portal de Periódicos da universidade em que reúne cerca de 09 (nove)

revistas científicas produzidas pelos cursos de graduação e pós-graduação, bem como o periódico semestral da PROPESQ, intitulado “DESAFIOS: Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins”. Além disso, esta Pró-Reitoria promoveu colóquios, cursos de curta duração e o Seminário de Iniciação Científica da UFT, no qual os alunos puderam disseminar os trabalhos científicos desenvolvidos.

Com o objetivo de incentivar o aumento do quantitativo de pesquisadores (bolsas, auxílios, etc.) a PROPESQ lançou edital para oferecimento de bolsas em produtividade, em pesquisa e produtividade, em desenvolvimento tecnológico e extensão inovadora financiados pelo CNPq. Outro edital em parceria com a Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins (FAPTO) foi a chamada para financiamento de versões (tradução do português para o inglês) de artigos científicos que almejem a publicação em periódicos qualificados.

Assim, as ações científicas desenvolvidas, participação em eventos nacionais e em editais específicos colaboram para que o âmbito da pesquisa se transforme cada vez mais em uma das características a distinguir a UFT de outras instituições de ensino superior no estado.

No ano de 2014 foram desenvolvidas atividades que permitem a inter-relação do ensino com a pesquisa, como conferências e os colóquios “Desafios da Pesquisa na Contemporaneidade” em vários câmpus da UFT.

Os docentes mostram um envolvimento ativo na pós-graduação, assumindo responsabilidades e trabalhando cooperativamente, tanto no ensino quanto na pesquisa e na extensão, para o sucesso dos cursos, o que fica demonstrado nas avaliações periódicas da CAPES.

O Programa PRODOUTORAL da CAPES e os Programas de Doutorado Interinstitucional (DINTERS) da UFT com outras IES do país contribuem para a formação de pesquisadores e de profissionais para o magistério superior. Além disso, os estudantes dos programas de mestrado e doutorado da UFT têm disciplinas de estágio docência em que auxiliam os professores nas disciplinas de graduação.

A Editora da Universidade Federal do Tocantins (EDUFT) está vinculada à PROPESQ e em junho de 2014 lançou os primeiros 11 (onze) livros com o selo da EDUFT. Atualmente a editora mantém quase trinta livros em produção, fruto das chamadas públicas para financiamento e também pelas demandas apresentadas pelos projetos da UFT, programas institucionais e instituições parceiras.

O Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia (NIT), vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, no ano de 2014, foi dado prioridade à disseminação da cultura da inovação no ambiente acadêmico, partindo-se da divulgação das ações do NIT – UFT por meio do atendimento dado aos inventores e pesquisadores, pelos esclarecimentos que são prestados em relação à redação de patentes e toda a legislação de uma forma geral, por meio da divulgação das ações através do site da UFT, bem como através de folders, mídia de televisão, rádio e jornais escritos. O NIT desempenha papel consultivo e educativo, fomentando a reflexão quanto à temática da propriedade intelectual.

No tocante à pós-graduação, em 2014 houve a criação de 15 cursos *lato sensu* entre presenciais e à distância, proporcionando um aumento de vagas para a qualificação técnica profissional em 30%, aproximadamente. Já na pós-graduação *stricto sensu* foram implantados dois mestrados profissionais na modalidade em Rede, são eles os Mestrados Profissionais em História e em Letras e dois Doutorados acadêmicos, sendo eles: Letras: Ensino de Língua e Literaturas e Ciências do Ambiente.

A integração entre graduação e pós-graduação ocorre diretamente por meio do programa de iniciação científica (PIBIC) e de estágio docente desenvolvido pelos estudantes de pós-graduação. Além disso, a infraestrutura da pós-graduação é utilizada por docentes e alunos da graduação. O total de cursos *lato sensu* é igual a 90 (noventa) e de *stricto sensu* é de 26 (vinte e seis), sendo 21 cursos de mestrado e 5 (cinco) doutorados. Os cursos oferecidos têm relação com as atividades acadêmicas nas áreas de graduação e pós-graduação da universidade, com a atuação dos docentes, orientação de acadêmicos da graduação e eventos organizados pela pós-graduação onde os acadêmicos da graduação podem participar livremente.

Houve auxílio de verbas, interna e externa à Instituição, na realização dos cursos oferecidos, no qual a UFT contribui com o corpo docente para o desenvolvimento da pós-graduação *stricto sensu*, além da infraestrutura, e obteve apoio externo das agências de fomento como a CAPES, o CNPQ, a FINEP dentre outros. Os cursos de pós-graduação *lato sensu* são autossustentáveis e ofertados mediante demanda. Contudo, quando existe verba pública para a oferta, esses são gratuitos.

Para a execução da política de qualificação docente, o Plano de Formação Docente (PLANFOR) é organizado segundo exigências e critérios da CAPES e constituído a partir dos Planos de Qualificação e Formação Docente (PQFD) de cada curso, recebe apoio em forma de bolsas da CAPES por meio do Programa de Formação Doutoral (PRODOUTORAL). Como incentivos e outras formas de apoio para o desenvolvimento das suas funções, a PROPESQ instituiu o prêmio Japiassu, que tem por finalidade reconhecer e distinguir os pesquisadores da UFT com mérito na pesquisa. Além de editais de bolsa de produtividade em pesquisa e edital integrado de pesquisa e extensão para apoio das atividades inerentes a pesquisa.

Os resultados do ano de 2014 na pós-graduação *stricto sensu* estão especificados no item das atividades da pós-graduação no Eixo 3 – Políticas Acadêmicas, que abrange a dimensão 2 (Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão).

### 2.1.3. Coerência entre o PDI e as atividades de extensão

As práticas de extensão na UFT realizadas pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEX) estão voltadas para a promoção da arte e cultura destinadas às demandas do entorno social e cultural na perspectiva da articulação dos conhecimentos e dos currículos.

A PROEX fortaleceu a relação com os cursos de Licenciatura em Teatro e Educação do Campo (Música e Artes Visuais) e realizou um intercâmbio cultural, envolvendo os câmpus de Tocantinópolis, Palmas e Arraias, denominado “Ô de Casa”, onde alunos e professores do curso de Teatro realizaram uma programação no câmpus e em comunidades quilombolas vizinhas. Além disso,

por meio de parceria com a Cia. de Circo Os Kaco, desenvolveu uma peça teatral com os formandos de Teatro - Licenciatura. Juntamente com o curso de Comunicação Social realizou o X Seminário de Arte, Comunicação e Cidadania na cidade de Natividade, com programação composta por atividades acadêmicas, lúdicas, palestras, oficinas e minicursos.

O programa cineclubes realizou sessões periódicas nos câmpus de Tocantinópolis, Arraias e Palmas. Em parceria com o Centro de Audiovisual Norte Nordeste (CANNE) da Fundação Joaquim Nabuco. Foi realizado o curso de direção de documentário, resultando na criação do “Coletivo Documentaristas do Tocantins”, composto por alunos e servidores da UFT, além de produtores externos.

Por meio do programa UFT CIDADANIA, a Diretoria de Extensão procurou garantir o cumprimento das demandas de comunidades locais no entorno dos câmpus, demais municípios do estado do Tocantins e diálogos/parcerias com prefeituras, União dos Estudantes Indígenas do Tocantins (UNEIT), Movimentos Sociais e Populares do Tocantins, Movimento Estudantil e Sociais.

No que se refere à inclusão social e o desenvolvimento econômico, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional, destacaram-se os seguintes programas: Programa Centro de Referência em Cidadania e Direitos Humanos, Programa de Criação de Incubadora de Cooperativas Populares e Fomento à Economia Solidária no Município de Araguaína/TO, Programa Incubadora de Empresas da Universidade Federal do Tocantins (INUFT), Programa Universidade da Maturidade (UMA), Programa de Acesso Democrático à Universidade e Acompanhamento Pedagógico (PADU), Programa Um Computador Por Aluno (PROCA-TO), Programa Dialógico de Acesso e Permanência das Comunidades Indígenas e Quilombolas na Universidade (PADIQ), Programa 3 Palitos: Oficinas, Cultura e Formação, dentre outros.

Esses programas desenvolveram atividades que propiciaram formação profissional na área de cultura para 200 jovens negros e negras tocantinenses entre 14 e 29 anos, edital de seleção de empreendimentos para estes serem incubados, oferta de cursinho pré-vestibular para mais de 200 jovens em condição de

vulnerabilidade socioeconômica, obtendo altos índices de aprovação nos vestibulares da UFT, oferta de preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e para o Vestibular UFT para 18 jovens indígenas Krahô e 18 Quilombolas, dos quais 6 foram aprovados no vestibular e os demais ainda aguardam o resultado do ENEM, além da realização de atividades relacionadas a educação ambiental, turismo sustentável e conservação do meio ambiente.

#### *2.1.4. Coerência entre o PDI e as ações institucionais*

Na busca da construção da imagem institucional, a UFT, por meio da Diretoria de Comunicação (DICOM), utiliza para a promoção e divulgação das ações institucionais de forma integrada diversos veículos: Portal UFT, a página oficial no *Facebook*, o perfil oficial no Twitter, a intranet, o Jornal Presente (impresso), o informativo interno Sou UFT (distribuído via *e-mail* institucional), peças gráficas (como banners, folders, cartazes), eventos diversos e outros.

Para melhorar a infraestrutura física, laboratorial e tecnológica, em todos os sete Câmpus da Universidade estão sendo realizadas obras, com construções em andamento, incluindo um prédio especificamente detalhado para a instalação de biblioteca em cada câmpus, blocos de salas de aula e laboratórios, pavimentação, construção de obras do Plano Integrado, além da realização de reformas e melhoria dos prédios da instituição para dar melhor condições de trabalho para servidores e de aprendizagem para os estudantes.

A UFT iniciou o funcionamento de dois Restaurantes Universitários (RUs) nos câmpus de Palmas e Araguaína desde junho e agosto de 2014, respectivamente, com possibilidade de servir 2.500 refeições diárias. Para 2015, o câmpus de Gurupi terá seu Restaurante Universitário. Essas ações fazem parte da política de assistência estudantil da instituição e têm como finalidade fornecer refeições balanceadas, higiênicas e de baixo custo à comunidade universitária.

Em 2014 ocorreu o lançamento da pedra fundamental para a construção do Hospital Universitário do Tocantins (HUFT), que contou com a doação do terreno pelo governo do estado.

O HUFT será um hospital de nível 4, ou seja, um hospital que executa ações de saúde e atenderá casos de maior complexidade. A obra terá 34 mil metros quadrados de área construída, sendo 32 mil metros de área útil. O projeto conta com sete pavimentos, mais o térreo. O local contará com 400 leitos e 48 ambulatórios.

Também em 2014 a Universidade realizou seu último Vestibular e passou a adotar, a partir de 2015, o Sistema de Seleção Unificada (SISU) - processo seletivo realizado pelo MEC, que leva em consideração o desempenho dos estudantes no ENEM integralmente como critério de acesso às vagas de seus cursos de graduação.

Em relação à qualificação dos servidores, a UFT incentivou técnicos e professores a buscar aperfeiçoamento profissional por meio de cursos, palestras, *workshops* e outras ações voltadas para a atualização da carreira. Com destaque para os convênios de mobilidade internacional para professores, técnicos e alunos da Universidade com o intuito de promover programas conjuntos sustentáveis e de pesquisas em comum envolvendo brasileiros e estrangeiros, fomentar a pesquisa e a troca de experiência.

## 2.2. Responsabilidade social

O presente espaço traz as ações políticas e diretrizes da Universidade Federal do Tocantins (UFT) acerca da sua responsabilidade social.

A partir de documentos institucionais e relatórios de gestão de diversos setores da universidade serão feitas considerações sobre os caminhos trilhados pela instituição na perspectiva de seu compromisso com a sociedade.

As ações e políticas voltadas para este fim concentram-se majoritariamente na PROEX, mesmo sendo de ciência de todos que a responsabilidade social abrange desde questões de ensino até condições físicas de uma IES.

A responsabilidade social da UFT perpassa pela preocupação em torná-la uma instituição inclusiva, com práticas que se voltam para a concretização da equidade social (de gênero e étnica) assim como cursos que pedagogicamente articulem o ensino,

pesquisa e extensão, baseados pela interdisciplinaridade, com intuito do desenvolvimento sustentável da Amazônia.

No ano de 2014 a PROEX disponibilizou o Edital Integrado, que possibilitou aos cursos e demais setores da Universidade (Reitoria e Pró-Reitorias) inscrição de projetos que unissem a pesquisa e extensão, objetivando produção e difusão de conhecimentos por todos os 07 (sete) câmpus da UFT. Neste ano, 84 inscrições foram realizadas, sendo 30 aprovadas e tendo como financiamento R\$ 600.000,00 redistribuídos equanimente.

As ações de extensão na UFT tem se concentrado na área da Educação, seguida de Direitos Humanos e Justiça, bem como na área de Cultura. Isso é positivo, haja visto a abrangência de impactos sociais que as mesmas possibilitam à sociedade. No entanto, em 2014 as três áreas que tiveram menos de dez propostas são de muita relevância social e percebe-se pouco empenho acerca da extensão para as mesmas.

Além das ações da PROEX entendemos que a Responsabilidade Social perpassa por outros departamentos da Universidade, como a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PROEST), que desenvolve políticas de assistência, apoio e incentivo para que os alunos consigam terminar a graduação e, ligado a isso, participar de eventos. Nesse caso, todos os dados quantitativos e qualitativos referentes às ações da PROEST estão sendo contemplados nas Políticas de Atendimento ao Discente.

Alguns dos projetos e ações da PROEX que impactam a vida social da Universidade e do meio em que ela se insere, de modo que sua responsabilidade social seja efetivada seguem abaixo:

- UMA - Programa Universidade da Maturidade;
- Projeto de Educação Ambiental e Intergeneracionalidade;
- Programa de Acesso Democrático à Universidade e Acompanhamento Pedagógico;
- Programa um Computador por Aluno – PROUCA;
- UFT Cidadania.

Entre as dimensões relacionadas às ações de extensão desenvolvidas dentro da universidade, destaca-se especialmente a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

### *2.2.1. Produção Artística e Cultural*

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura apoia e difunde as diversas manifestações culturais, sem quaisquer distinções. Buscando fomentar as atividades e ações culturais advindas das demandas da nossa comunidade acadêmica.

No ano de 2014 visou-se apoiar as ações que naturalmente aconteciam nos diversos câmpus, como forma de incentivo para que tais práticas se multiplicassem.

No intuito de fortalecer as ações extensionistas e seu viés curricular, fortalecemos a relação com os cursos de Licenciatura em Artes-Teatro e Educação do Campo - Música e Artes Visuais, com valorização tanto do saber das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão quanto dos saberes populares.

Com as ações que tiveram início em 2014 pretendeu-se implantar um intercâmbio cultural envolvendo os câmpus de Tocantinópolis, Palmas e Arraias (norte, centro e sul do estado). Denominado “Ô de Casa”, as primeiras ações levaram alunos e professores do curso de teatro para Arraias, para quatro dias de intensa programação no câmpus, na cidade e em comunidades quilombolas vizinhas. As atividades aconteceram nos meses de setembro e novembro. Para finalizar a programação de 2014 o grupo participou do II Seminário de Integração e Cultura, no câmpus de Miracema.

Além disso, foi fomentado ações pontuais de fortalecimento das atividades curriculares através de parceria com o coletivo Cia. de Circo para desenvolvimento de suas práticas dentro do ambiente acadêmico, sendo que tal troca resultou em um produto cultural - peça teatral - utilizado também como trabalho de conclusão de curso dos formandos em Artes - Teatro - Licenciatura.

Pensando no impacto das ações além dos municípios onde a UFT está instalada, destacamos a realização do X Seminário de Arte, Comunicação e Cidadania quando, por mais uma vez, foram 3 dias de intervenções voltadas à comunidade Nativitana. A programação foi composta por atividades acadêmicas, lúdicas, palestras, oficinas e minicursos. Para o encerramento contamos mais uma vez com o forte apelo popular que a música provoca, levando até aquela comunidade o show do grupo regional Tambores do Tocantins, que ofereceu ainda uma oficina de iniciação aos tambores artesanais. Esta realização acontece anualmente em parceria com o curso de Comunicação Social, coordenador do seminário.

Este ano também foi de grande relevância para as atividades do programa cineclube. Além de sessões periódicas no campus de Tocantinópolis, Arraias e Palmas, trabalhamos também na capacitação daqueles que geram produtos audiovisuais. Em parceria com CANNE da Fundação Joaquim Nabuco, realizou-se o curso de direção de documentário, ministrado pelo cineasta Marcelo Pedroso. Como resultado disso, foi criado o Coletivo Documentaristas do Tocantins, compostos por alunos e servidores da UFT, além de produtores externos.

### *2.2.2. Inclusão Social*

A Política Nacional de Extensão Universitária, em sua diretriz “Impacto e Transformação Social” reafirma a Extensão Universitária como o mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da Universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas. Portanto, entre as dimensões relacionadas às ações de extensão desenvolvidas dentro da universidade, destaca-se especialmente a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Consonante a isso, o PDI da Universidade Federal do Tocantins em seu item 2.6, que trata das políticas de extensão e cultura, enfatiza o papel da extensão articulada com o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável de viabilizar a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade, estabelecendo o vínculo entre o conhecimento acadêmico, a intervenção social e o comprometimento com o desenvolvimento sociocultural da comunidade.

Dentre as ações desenvolvidas no tópico abordado, destacam-se especialmente:

- Programa Centro de Referência em Cidadania e Direitos Humanos;
- Projeto Bom de Bola. Bom de Escola;
- Programa de Incubadoras de Empresas da UFT – INFUT;
- Programa de Criação de Incubadoras de Cooperativas Populares e Fomento à Economia Solidária no Município de Araguaína/TO;
- Programa de Acesso Democrático à Universidade e Acompanhamento Pedagógico;
- Programa um Computador por Aluno – PROUCA;
- Programa de Acesso Democrático à Universidade para Indígenas e Quilombolas – PADIQ.

### *2.2.3. Medidas relativas à acessibilidade*

Após avaliações das ações desenvolvidas das primeiras experiências oriundas do Projeto INCLUIR (ano de 2008), foi criado o Núcleo de Inclusão da pessoa com Deficiência (NIAD) da UFT. Daquele ano até 2014 a UFT tem desenvolvido e se comprometido a melhorar seus espaços por meio da inserção da temática da inclusão e acessibilidade em todos os setores.

A partir de 2015 essas ações serão ampliadas por meio da implantação da Política de Acessibilidade e Inclusão da Universidade Federal do Tocantins, que objetivará desenvolver um conjunto de ações articuladas com todos os câmpus para efetivar de maneira

mais intensa a acessibilidade das pessoas com deficiência no âmbito da UFT. Neste sentido, a instituição, por meio do Programa de Acessibilidade e Educação Inclusiva (PAEI/UFT) contará com uma Diretoria vinculada à Reitoria voltada para a articulação entre os diversos setores da Universidade, a fim de desenvolver ações conjuntas para efetivação da Política de Acessibilidade e Inclusão da UFT.

O PAEI – UFT foi concebido em consonância com a legislação que assegura o direito da pessoa com deficiência à educação, assim como a autonomia e independência individual para o pleno exercício das atividades profissionais à pessoa com deficiência como forma de promover, proteger e assegurar o desfrute pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais e promover o respeito pela sua inerente dignidade. Esse Programa tem como objetivo a promoção da acessibilidade arquitetônica, curricular, comunicacional, informacional, atitudinal e educação inclusiva da UFT, de forma a assegurar ações que garantam a inclusão e permanência qualificada das pessoas com deficiência em todas as dependências da Universidade Federal do Tocantins pertencentes à comunidade acadêmica e à sociedade em geral.

A Universidade Federal do Tocantins instaura esse Programa em consonância com o que prevê a Constituição Federal, especificamente no Art. 37, VIII e a Lei n. 8.112/90, Art. 5º, § 2º, a qual estabelece que deverá ser reservado o percentual de até 20% das vagas oferecidas no concurso às pessoas com deficiência. Considerando que o número de estudantes com deficiência que pleiteiam o acesso aos Cursos e Programas da UFT tem ampliado e ainda que o número de Profissionais com deficiência que têm prestado concursos públicos para atuar na Universidade também tem crescido, tornou-se imperativo que a questão da Acessibilidade e Inclusão, as quais eram tratadas no Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFT, fosse intensificada.

## Eixo 3

# Políticas Acadêmicas

No Eixo “Políticas Acadêmicas” analisam-se os elementos constitutivos das práticas de ensino, pesquisa e extensão, considerando como meta o aprendizado. Enfatiza-se também a relação entre as políticas acadêmicas, a comunicação com a sociedade e o atendimento ao discente.

Este Eixo contempla as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do SINAES.

### 3.1. Políticas para o Ensino da Graduação

A busca pela excelência no ensino superior é a principal meta da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e isso exige um complexo planejamento e execução de ações, fruto de discussões e diálogos permanentes com a comunidade acadêmica, cujos resultados refletem a própria trajetória de consolidação e amadurecimento da Universidade Federal do Tocantins.

A PROGRAD realiza o acompanhamento dos atuais 50 (cinquenta) cursos de graduação oferecidos nos 7 (sete) câmpus da UFT, oferecendo apoio integral às coordenações dos cursos no tocante às orientações para o cumprimento dos Projetos Pedagógicos, ao aprimoramento do Controle Acadêmico e à implantação do Processo de Avaliação Institucional. Todo trabalho realizado

é direcionado ao enriquecimento da experiência acadêmica, em consonância com a missão da Universidade de formar “cidadãos críticos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia”.

### *3.1.1. Atualização dos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação*

O processo de ampliação de cursos e a reestruturação curricular passam necessariamente por um processo de acompanhamento e avaliação da implantação dos novos cursos e de atualização dos projetos pedagógicos. A Pró-Reitoria de Graduação, através das atividades desenvolvidas na Diretoria de Desenvolvimento e Regulação da Graduação, atuou na regulação e avaliação dos cursos de graduação de acordo com as diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Nesta fase de análises e implantação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação (PPCs) são observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para cada curso e portarias do MEC, como também pareceres e recomendações do Conselho Nacional de Educação. Desta forma ressalta-se que, caso haja necessidade de adequações, o PPC retorna à comissão de elaboração para atendimento das recomendações solicitadas.

Cumprido ressaltar que a regularidade dos cursos é imprescindível para garantir aos discentes as condições de exercício de sua profissão, assim como para contribuir com os resultados dos processos avaliativos do SINAES.

### *3.1.2. Estágios Curriculares*

Como forma de ampliar a relação com o mundo do trabalho e consolidar as ações dos cursos relativas aos estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios, a partir da Lei 11.788/2008, foram estruturadas as Centrais de Estágio em cada um dos câmpus e implantado o sistema de seguro contra acidentes pessoais a todos os alunos que realizam atividades de estágio curricular obrigatório.

Foram estabelecidos vários convênios com instituições de pesquisa, órgãos governamentais, empresas públicas e privadas e associações por meio do projeto “Apoio Técnico ao Relacionamento com as Empresas para Identificação de Campos de Estágio não obrigatório e obrigatório”. Foram desenvolvidas ações com o intuito de inserir os estudantes em ambientes práticos de aprendizagem, ao mesmo tempo em que propiciou a ampliação da rede de contatos com empresas e instituições. Também foram intensificados os contatos com as escolas da educação básica de todo o estado do Tocantins, buscando inserir os estudantes nos processos de ensino de suas cidades de origem.

A partir das orientações da Lei nº 11.788/2008, a Pró-Reitoria de Graduação implantou o sistema seguro para todos os estudantes em atividades de estágio em cursos de graduação e pós-graduação.

### *3.1.3. Acompanhamento dos Egressos*

O processo de acompanhamento e avaliação dos egressos permite que a Instituição, em conjunto com os colegiados, avalie os projetos pedagógicos dos cursos frente às situações enfrentadas pelos egressos junto ao mercado de trabalho e contribui de maneira decisiva para a melhoria da formação oferecida para a definição de políticas institucionais, além de ser considerado e utilizado como elemento transformador, indo além de sua função diagnóstica.

Cada curso de graduação da Universidade Federal do Tocantins, através do seu Projeto Político Pedagógico, com fundamento nas Diretrizes Curriculares estabelecidas pelo Ministério da Educação, estabelece o perfil do egresso. A construção de uma base de dados sobre o ex-aluno permitirá uma análise através da qual será possível afirmar se os perfis propostos nos Projetos Político-Pedagógicos são condizentes, numa visão global com a realidade, trazendo para os coordenadores e professores condições para transformarem positivamente suas metodologias e objetivos.

No ano de 2014, como forma de acompanhamento destes alunos foram realizadas as seguintes ações:

- Realização de mapeamento de todos os egressos dos cursos de graduação da UFT e criação de um banco de dados.
- Atualização do portal do ex-aluno (<http://exaluno.uft.edu.br>), onde estão disponibilizadas notícias da UFT e oportunidades para os egressos, tais como informações sobre editais de cursos de pós-graduação, concursos, eventos, etc.
- Em desenvolvimento um link com o intuito de realizar enquetes que viabilizem um melhor conhecimento do perfil do egresso da UFT.

O Portal do Egresso (<http://exaluno.uft.edu.br/>), em 2010, objetivou buscar subsídios para a reformulação dos projetos pedagógicos de cursos por meio de um canal aberto e permanente de comunicação entre a Universidade e os alunos egressos. Os dados coletados têm subsidiado a elaboração de relatórios, estudos capazes de fundamentar orientações e políticas aos cursos de graduação, além de propiciar a oportunidade de trocar de experiências com seus ex-colegas, assim como de criar comunidades de turmas ou grupos por afinidades.

Um grande avanço na política de acompanhamento de egressos se concretizou em 2014, com o aprimoramento do Portal. Pretende-se que, diante de indicadores elaborados através de questionários a serem disponibilizados no site, um excelente trabalho conjunto possa ser realizado, trabalho este que implica benefícios recíprocos. Sendo assim, a política de acompanhamento de egressos da Universidade Federal do Tocantins se estrutura visando estabelecer apoio e contato permanentes com os ex-alunos.

#### *3.1.4. Programa de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR)*

O PARFOR induz e fomenta a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício na rede pública de educação básica para que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e contribuam para a melhoria da qualidade da

educação básica no País. O programa fomenta a oferta de turmas especiais em cursos de:

- Licenciatura – para docentes ou tradutores intérpretes de Libras em exercício na rede pública da educação básica que não tenham formação superior ou que mesmo tendo essa formação se disponham a realizar curso de licenciatura na etapa/disciplina em que atua em sala de aula;
- Segunda Licenciatura – para professores licenciados que estejam em exercício há pelo menos três anos na rede pública de educação básica e que atuem em área distinta da sua formação inicial ou para profissionais licenciados que atuam como tradutor intérprete de Libras na rede pública de educação básica; e
- Formação pedagógica – para docentes ou tradutores intérpretes de Libras graduados não licenciados que se encontram no exercício da docência na rede pública da educação básica.

No ano de 2014, foram desenvolvidas diversas ações para potencialização e aperfeiçoamento do programa PARFOR, acompanhamento das matrículas dos alunos, acompanhamento da oferta das disciplinas, acompanhamento pedagógico e integralização curricular dos cursos da UFT, ofertados pela Plataforma Freire. Ressalta-se que ao todo formaram 15 turmas de alunos em diversos cursos ofertados nos câmpus da UFT.

A sinalização de curso extinto significa que não há mais turmas em andamento (somente eventuais alunos que não colaram grau ainda). Os câmpus de Arraiais (3 turmas de Pedagogia) e de Tocantinópolis (02 turmas de Pedagogia e 01 de Matemática) e Miracema (Educação Física) não tiveram turmas formadas em 2014/2.

### *3.1.5. Pacto Nacional de Fortalecimento do Ensino Médio*

O Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, instituído pela Portaria nº 1.140, de 22 de novembro de 2013, tem como objetivo promover a valorização da formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuam no ensino médio público nas áreas rurais e urbanas, em consonância com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 – LDB) e as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012).

A formação é parte do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, pelo qual o Ministério da Educação, a Universidade Federal do Tocantins e a Secretaria da Educação do estado do Tocantins (MEC/UFT/SEDUC-TO) assumiram o compromisso com a valorização da formação continuada de professores e coordenadores pedagógicos que atuam no ensino médio público nas áreas rurais e urbanas do estado do Tocantins.

### *3.1.6. Programas para melhoria do ensino e da aprendizagem*

A Pró-Reitoria de Graduação, por meio da Diretoria de Programas Especiais em Educação, busca o fortalecimento do ensino nos cursos de graduação, abrangendo as atividades de aperfeiçoamento docente e discente.

No ano de 2014 foi dada a continuidade ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de 9 (nove) programas implantados, a saber:

- Programa de Formação Docente Continuada (PROFOR);
- Programa Institucional de Monitoria (PIM);
- Programa Institucional de Monitoria Indígena (PIMI);
- Programa de Monitoria Permanência (PMP);
- Programa de Educação Tutorial (PET);
- Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID);
- Programa de Mobilidade Acadêmica Nacional e Regional (PMA);

- Programa de Consolidação das Licenciaturas (PRODOCÊNCIA);
- Programa de Apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores (LIFE).

### 3.1.6.1. Programa de Formação Docente Continuada (PROFOR)

O PROFOR é um programa que visa contribuir para a difusão da prática pedagógica reflexiva a partir da construção de diálogos abertos entre as instâncias responsáveis pelo ensino de graduação na UFT. De acordo com a PROGRAD, a iniciativa pretende se tornar parte integrante da política educacional da instituição, além de uma atividade voltada para a progressão na carreira docente.

O programa se alicerça nos seguintes objetivos:

- Estimular o processo de reflexão crítica do docente sobre a prática pedagógica e em sua vivência, buscando caminhos para a construção de uma aprendizagem significativa;
- Incentivar trocas de experiências e projetos que agreguem docentes e cursos, favorecendo a interdisciplinaridade;
- Respeitar as especificidades de cada curso e suas distintas relações com o processo ensino-aprendizagem;
- Incluir as discussões inerentes ao exercício da profissão docente no debate acerca do ensino e seus processos;
- Proporcionar ao professor o conhecimento sobre a dinâmica acadêmica e administrativa da instituição, apoiando e facilitando as ações e tomadas de decisões que permeiam a rotina do ensino de graduação.

O objetivo do curso é oportunizar à comunidade acadêmica um momento de intensos debates e reflexões sobre a complexidade e os desafios do magistério superior.

A realização do curso prevê encontros presenciais e à distância, com atividades a serem desenvolvidas pelos participantes nos seus cursos, como a participação no NDE.

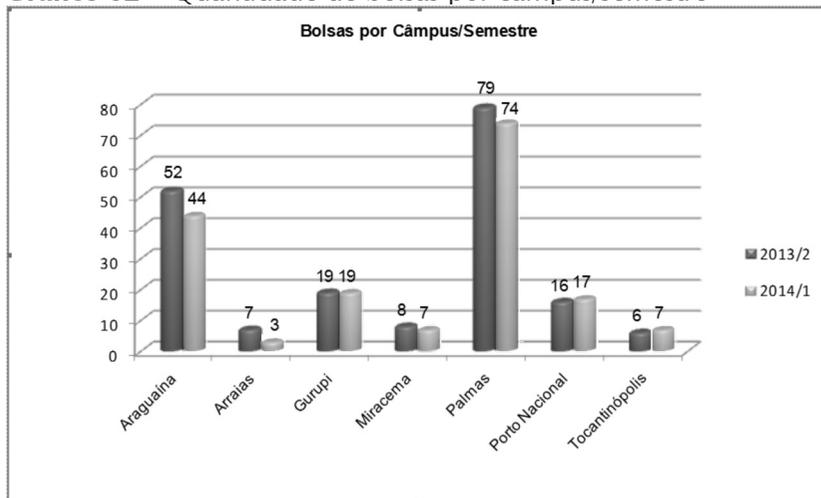
### 3.1.6.2. Programa Institucional de Monitoria (PIM)

O programa visa incentivar a participação do acadêmico nas atividades universitárias, despertando seu interesse pela docência, além de propiciar ao discente a possibilidade de utilizar seu potencial, assegurando-lhe uma formação profissional qualificada.

O PIM da UFT constitui-se de dois tipos de monitores: remunerado e não remunerado, ao aluno remunerado, o Programa oferece uma bolsa no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

As atividades de monitoria referentes ao semestre 2013/2 tiveram início no final do ano de 2013 e tiveram seu término em março de 2014. As atividades de monitoria do 1º semestre de 2014 se iniciaram em junho de 2014, com a conclusão em outubro do mesmo ano. Demonstramos abaixo o total de monitores contemplados pelo Programa por câmpus.

**Gráfico 02 – Quantidade de bolsas por câmpus/semestre**



Fonte: Relatório PROGRAD/2014.

### 3.1.6.3. Programa Institucional de Monitoria Indígena (PIMI)

O Programa tem como objetivo facilitar a inclusão dos alunos indígenas ao meio acadêmico, auxiliando-os quanto ao entendimento das atividades propostas, buscando, assim, sanar dificuldades de compreensão e de linguagens relacionados aos conteúdos abordados, tanto no ensino como na pesquisa e na extensão, contribuindo para a sua permanência na universidade e seu sucesso acadêmico.

O Programa Institucional de Monitoria Indígena constitui-se de dois tipos de monitores: remunerado e não remunerado. Ao aluno remunerado o programa oferece uma bolsa no valor de R\$ 400,00. Ao final do exercício das suas atividades, o monitor tem direito ao certificado.

### 3.1.6.4. Programa de Monitoria Permanência (PMP)

O PMP é uma das políticas de assistência estudantil da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PROEST) que integra o Programa Institucional de Bolsa Permanência. Busca contribuir de forma profícua com a permanência do acadêmico comprovadamente em situação de vulnerabilidade socioeconômica na Universidade, minimizando suas dificuldades de ordem financeira, bem como complementando o seu processo de aprendizagem de acordo o princípio da interdisciplinaridade.

O programa é dividido em três eixos: ensino (monitoria/permanência), pesquisa (PIBIC/PERMANÊNCIA) e extensão (extensão e cultura/permanência), cuja responsabilidade por tais modalidades são das Pró-Reitorias de Graduação, Pesquisa e Extensão, respectivamente.

Os projetos propostos pelos professores são selecionados nos câmpus e tem a duração de 1 ano. No período de janeiro a dezembro de 2014 o Programa selecionou 8 projetos na modalidade monitoria, envolvendo 15 alunos e 8 professores.

### 3.1.6.5. Programa de Apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores (LIFE)

O LIFE contempla os projetos dos cursos das áreas de Pedagogia, Matemática, Geografia, Letras, Biologia, Física, Química, Filosofia, Artes e História, buscando a criação de laboratórios interdisciplinares de formação de educadores, como espaços de uso comum dos cursos e de programas ofertados nas dependências da Universidade Federal do Tocantins.

Os 7 subprojetos apresentados pela UFT atendem as áreas de fomento do Edital da CAPES e buscam, prioritariamente, contribuir com a formação iniciada e continuada de acadêmicos e profissionais da rede municipal e estadual de ensino, melhorando a qualidade do ensino e criando uma articulação entre universidade, escola e comunidade, mediante as práticas de ensino, pesquisa e extensão interdisciplinares e garantindo a formação no sentido das ações humanas, individuais e coletivas.

Os direcionamentos a serem assumidos pela coordenação institucional do projeto buscam a implementação de métodos e práticas de ensino-aprendizagem baseados no uso das tecnologias da comunicação e da informação como forma de incentivar a implementação de novas metodologias de ensino e a criação de uma cultura acadêmica que tenha no uso de recursos tecnológicos avançados um instrumento de enriquecimento para as atividades curriculares.

Os projetos estão voltados para o uso de tecnologias de informação e comunicação para cursos de graduação presencial, para a produção de conteúdos educacionais e materiais didáticos e para capacitação de recursos humanos, tanto para docentes quanto para estudantes e gestores da UFT.

Os laboratórios implantados são os seguintes:

- Câmpus de Araguaína: Laboratório Interdisciplinar de Licenciaturas (LAB-LICE);
- Câmpus de Arraias: Laboratório Interdisciplinar de Multimídia, Tecnologia da Informação e Comunicação (LIMTIC);

- Câmpus de Gurupi: Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE GPI);
- Câmpus de Miracema: Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores e Inovação Pedagógica;
- Câmpus de Porto Nacional: Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE);
- Câmpus de Palmas: Laboratório Interdisciplinar de Apoio Pedagógico (LIAPE);
- Câmpus de Tocantinópolis: Laboratório Interdisciplinar de Apoio Pedagógico (LIAPEO).

#### 3.1.6.6. Programa de Educação Tutorial (PET)

O PET, proposto pela Secretaria de Educação Superior (SESU), Coordenação-Geral de Relações Estudantis (CGRE), da Diretoria de Políticas e Programas de Graduação da Educação Superior (DIPES) e do MEC, tem como objetivo principal fornecer ao estudante da graduação uma formação acadêmica ampla, com atividades científicas e acadêmicas, dentro dos três pilares em que está fundamentado o conceito de universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Os grupos são constituídos por um docente, denominado tutor, e por um grupo de até 12 estudantes bolsistas, podendo contar também com professores colaboradores e estudantes não bolsistas. Ao acadêmico bolsista é concedida uma bolsa no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Atualmente, o Programa é constituído por 09 (nove) grupos PET e distribuídos em três câmpus, com um total de 95 Bolsistas.

#### 3.1.6.7. Programa de Mobilidade Acadêmica (PMA)

Instituído pela Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e implementado na UFT em 2004, o PMA permite que estudantes possam deslocar-se para outras IFES e cursarem parte das disciplinas do currículo de

seu curso por um período de até um ano, podendo ser ampliado o prazo por mais seis meses.

Este Programa oferece aos acadêmicos a aquisição de novas experiências e interação com outros aspectos da cultura brasileira. Podem participar do Programa os alunos que tenham integralizado todas as disciplinas previstas para o 1º e 2º semestre letivos do curso (ou 20% da carga horária do curso) e possuam, no máximo, 02 (duas) reprovações no ano letivo anterior à solicitação de mobilidade acadêmica. Atualmente a UFT possui 06 (seis) estudantes em Mobilidade Acadêmica.

#### 3.1.6.8. Programa de Consolidação das Licenciaturas (PRODOCÊNCIA)

O PRODOCÊNCIA, sob responsabilidade da Diretoria de Educação Básica Presencial (DEB) da CAPES foi implementado na UFT em 2008 e tem por objetivo selecionar propostas que contemplem um conjunto de atividades relevantes para a formação e para o exercício profissional docente e, conseqüentemente, o fortalecimento das licenciaturas.

No ano de 2014 a UFT realizou as atividades deste programa nos câmpus de Arraias, Miracema e Palmas. A proposta destes câmpus foi contemplada por meio do Edital CAPES nº 19/2013.

#### 3.1.6.9. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)

O PIBID é um programa do Ministério da Educação executado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Tem por finalidade fomentar a iniciação à docência e contribuir para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e a melhoria da qualidade da educação básica pública brasileira.

A Universidade Federal do Tocantins possui 20 cursos presenciais de licenciatura, distribuídos nos sete câmpus da instituição, englobando diferentes áreas do conhecimento: Biologia, Ciências Sociais, Filosofia, Física, Geografia, História, Letras, Matemática, Pedagogia, Química e Teatro.

Com o início das atividades no mês de março de 2014, a proposta do PIBID/UFT era composta por 23 subprojetos, 19 vinculados aos cursos presenciais na modalidade disciplinar (área), três de cursos à distância e um interdisciplinar.

Na Proposta do PIBID/UFT estão envolvidos 390 bolsistas de Iniciação à docência, 62 supervisores, 32 coordenadores de área, três coordenadores de área de gestão de processos educacionais e um coordenador institucional.

Cumpramos ressaltar que o PIBID/UFT é executado em parceria com escolas públicas de educação básica vinculadas à Secretaria de estado da Educação e Cultura do Tocantins, bem como às secretarias municipais de educação de municípios do estado do Tocantins.

Os subprojetos do PIBID/UFT desenvolvem as atividades em escolas, principalmente que:

- I - Tenham obtido Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) abaixo da média nacional e naquelas que tenham experiências bem sucedidas de ensino e aprendizagem, a fim de apreender as diferentes realidades e necessidades da educação básica e de contribuir para a elevação do IDEB, compreendendo-o nos seus aspectos descritivos, limites e possibilidades;
- II - Aderiram aos programas e ações das Secretarias de Educação e do Ministério da Educação, como as Escolas de Tempo Integral, Ensino Médio Inovador, Programa Mais Educação, entre outros.

A proposta da UFT, por meio dos subprojetos, apresenta atuação nos três níveis da educação básica, a saber: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Em sua maioria na modalidade regular e um na modalidade de educação de jovens e adultos.

O conjunto das ações propostas no PIBID/UFT tem como princípio promover, também, a construção de estratégias de socialização dos impactos e resultados como parte constitutiva dos estudos referentes às dimensões da iniciação à docência. Nesse sentido, foram aceitos 122 trabalhos em eventos nacionais e 81 em eventos estaduais, totalizando 203 trabalhos.

### Quadro 02 – Os Programas em valores

PROGRAMAS	VALORES GASTOS (R\$)
PIM	576.400,00
PIMI	88.600,00
PET	559.900,00
PIBID	3.745.890,00
PRODOCÊNCIA	132.900,00
<b>TOTAL</b>	<b>5.103.690,00</b>

Fonte: Relatório PROGRAD/2014.

## 3.2. Políticas para a pesquisa

O setor que acompanha e orienta as ações de pesquisa e pós-graduação e também participa da concretização das práticas pedagógicas na Universidade Federal do Tocantins é a PROPESQ.

As áreas prioritárias para as ações de pesquisa são:

- Educação;
- Biodiversidade dos Ecótonos;
- Mudanças Climáticas;
- Identidade, Cultura e Territorialidade;
- Agropecuária e Meio Ambiente;
- Fontes Renováveis de Energia;
- Saúde.

No que tange aos eixos norteadores:

- Melhoria e ampliação da iniciação científica (PIBIC);
- Fortalecimento e expansão da pós-graduação *Stricto Sensu*;
- Apoio à participação em eventos e à divulgação da produção científica da UFT;
- Promoção de capacitação pessoal docente e de técnicos administrativos;

- Apoio aos comitês técnico-científicos e de ética (PAC);
- Implantação de programa de avaliação interna dos projetos de pesquisa e dos cursos de pós-graduação, como integrante dos projetos pedagógicos dos cursos e projetos;
- Tradução de artigos.

No âmbito da pesquisa procura-se incentivar a comunidade acadêmica da UFT a realizar e ampliar sua inserção em projetos científicos por meio de ações como:

- Divulgação de editais de pesquisa das principais agências de fomento do Brasil;
- Acompanhamento dos projetos realizados pelos docentes, por meio de cadastro e de relatórios;
- Solicitação constante de cadastro de grupos de pesquisa na plataforma do CNPq;
- Apoio a eventos científicos, como seminários e congressos, e à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência Regional;
- Manutenção de dois programas que auxiliam financeiramente a realização, a divulgação e a publicação de pesquisas científicas – Auxílio Financeiro para Eventos e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

### *3.2.1. Núcleo Inovação Tecnológica*

O Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia (NIT) é um órgão institucional da Universidade Federal do Tocantins vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Foi criado pela Resolução do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CONSEPE) n° 02/2011 em 10 de fevereiro de 2011, tendo sido regimento interno, aprovado nesta mesma data. O NIT tem como missão gerir as políticas institucionais de inovação científica e tecnológica e de proteção dos direitos de propriedade intelectual, efetuar a proteção das inovações e criações intelectuais desenvolvidas no âmbito da UFT, auxiliar e intermediar as negociações

de transferência de tecnologia e licenciamento, resguardando os direitos da universidade.

Em 2014 foi dada prioridade à disseminação da cultura da inovação no ambiente acadêmico, partindo-se da divulgação das ações do NIT por meio do atendimento aos inventores e pesquisadores, por esclarecimentos em relação à redação de patentes e legislação de uma forma geral. Utilizou-se como estratégia a divulgação das ações através do site da UFT, bem como através de folders, mídia de televisão, rádio e jornais escritos. O NIT desempenha papel consultivo e educativo, fomentando a reflexão quanto à temática da propriedade intelectual. Dessa forma os docentes e pesquisadores são orientados sobre procedimentos, deveres e direitos relativos à propriedade intelectual.

Em 2013 e 2014, o NIT promoveu 11 eventos que ocorreram em Palmas, Araguaína e Gurupi. Somados a estes eventos, a equipe NIT também participou de cursos de capacitação e promoveu eventos de capacitação para a comunidade universitária. Em 2014 foram 09 eventos com o propósito de capacitação.

### **Andamento dos Pedidos de Proteção Intelectual**

O NIT foi criado em 2011, porém somente no segundo semestre de 2013 é que ocorreram 06 encontros elaborados e promovidos por este núcleo para andamento dos pedidos de patentes. No quadro a seguir temos a situação atual de cada pedido de proteção, quanto a sua natureza, se é modelo de utilidade ou patente de invenção e também a lista de pedidos de patente em análise junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), com maior potencial de geração de ativos intangíveis. Os pedidos de patentes que constam número de processo, como nos casos dos títulos 1,2,4 e 5 no Quadro 03, já foram depositados no INPI. As demais estão em andamento para um futuro depósito e trata-se de trabalhos que vêm sendo acompanhados e recebendo suporte pelo NIT-UFT, no sentido de esclarecimentos quanto à redação, descrição e reivindicações, bem como trâmites burocráticos normais do processo.

**Quadro 03 – Patentes depositadas no Inpi**

<b>Titular</b>	<b>Tecnologia</b>	<b>Inventores</b>	<b>Processo INPI</b>	<b>Título da tecnologia</b>
UFT, UFMG, FAPEMIG e FUNED	Patente de Invenção	Juliana Fonseca Moreira da Silva Raphael Sanzio Pimenta Jacques Robert Nicoli Guilherme Prado Marize Silva de Oliveira Jovita Eugênia Gazzinelli Cruz André Augusto Gomes Faraco	BR 10 2012 033302-3	Biofilme de glicerol e seu uso como agente redutor da produção de micotoxinas em produtos de origem vegetal
UFT	Patente de Invenção	Adão Lincon Bezerra Montel Emerson Adriano Guarda Elisandra Scapin Samir Siriano Barros	BR 10 2013 004095-9	Método de síntese de criolita a partir de lodo de estações de tratamento de água
UFT	Patente de Modelo de Utilidade	Henrique Barsanulfo Furtado Bruno Sousa Pires Victor Eduardo Almeida Costa	BR 20 2013 009321-7	Estetoscópio eletrônico piezoelétrico de baixo custo
UFT e UFPR	Patente de Invenção	Miguel Daniel Noseda Maria Eugênia Duarte Noseda Louise Provin Joana Léa Meira Silveira Jenifer Mota Rodrigues Sérgio Donizeti Ascencio	BR 10 2013 020796-9	Processo para obtenção e utilização de pectina, com alto grau de metoxilação, de pericarpo do fruto de pequi
UFT	Patente de Invenção	Raimundo Wagner Sousa Aguiar Sérgio Donizeti Ascencio Augustus Caesar Franki Portella Suetonio Fernandes dos Santos	BR 10 2013 033764-1	Uso de Óleo Essencial de Siparuma Guianensis Aublet (Negramina) em formulações com fins inseticidas e Repelentes

Titular	Tecnologia	Inventores	Processo INPI	Título da tecnologia
UFT	Patente de Modelo de Utilidade	Henrique Barsanulfo Furtado José Henrique Alves da Costa Marionn de Oliveira Gomes Filho Rogério Alves Pereira José Darwin Rivera Axhilles Andreatta Lemos Paulo Henrique de Lima e Silva	BR 20 2013 034077-0	Suporte único para hemoderivados, soluções, medicação e equipamento na cirurgia cardiovascular
UFT	Patente de Invenção	Eduardo Andrea Lemus Erasmo Rejanne Lima Arruda Bruno de Oliveira Garcia Paulo Roberto da Silva	BR 10 2014 012971-5	Processo de obtenção de emulsões de glicerina para aplicação de herbicidas
UFT, UFMG e FUNED	Patente de Invenção	Raphael Sanzio Pimenta Juliana Fonseca Moreira da Silva Jacques Robert Nicoli Carlos Augusto Rosa Flaviano dos Santos Martins Guilherme Prado Marize Silva de Oliveira Jovita Eugénia Gazzinelli Cruz	BR 10 2014 023447-0	Uso da levedura <i>Saccharomyces Cerevisiae</i> Cepa UFMG 905 como promotor da redução de micotoxinas em grãos
UFT	Patente de Invenção	Eder Alencar Resende Aroldo Arévalo Pinedo Robert Taylor Rocha Bezerra Gabriela Eustáquio Lacerda	BR 10 2014 026325-0	Método de extração e processamento de produtos à base de polpa integral de bacaba
UFT	Patente de Invenção	Fernando Antônio Silva Fernandes Juan Carlos Valdes Serra Joel Carlos Zukowski Junior	BR 10 2014 029194-6	Processo de adição de ácido graxo como matéria prima na massa de cerâmica vermelha

Fonte: PROPESQ, 2014.

Em 2014 também foi feita o registro de marca, como mostrado no quadro 04.

**Quadro 04** – Registro de Marcas

Registro de Marcas	Número de marcas já registradas	Descrição
	01	Universidade da Maturidade (UMA) Obs: registrada por meio de uma empresa privada quando não existia o NIT da UFT.

Fonte: PROPESQ, 2014.

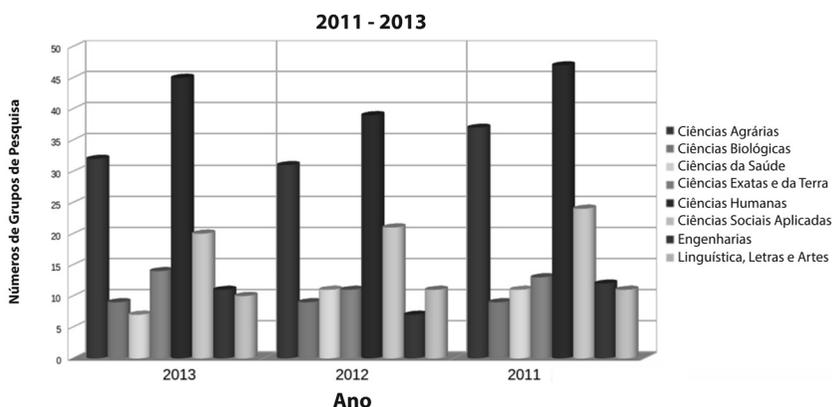
Dessa forma, tendo em vista o grande potencial da UFT em geração de inovações tecnológicas, acredita-se que o NIT assistirá a um crescimento vertiginoso nos próximos anos, uma vez que iniciará a comercialização de ativos intangíveis, por meio de contratos de transferência de tecnologia, o que propiciará retorno econômico. Sendo assim, torna-se bastante importante que a UFT realize mais investimentos na área de inovação tecnológica com o intuito de fomentar a pesquisa e o desenvolvimento em ciência e tecnologia.

### 3.2.2. Grupos de Pesquisas

Em 2014, foram cadastrados na PROPESQ 149 projetos de pesquisa. Houve uma pequena redução – 2,6% - em relação ao ano anterior. Quanto ao número de projetos de pesquisa financiados, nota-se que este número continua muito pequeno se comparado ao quantitativo de projetos cadastrados na instituição. Para o ano de 2014, dados da PROPESQ mostram que apenas 31 projetos possuem fomento para execução. Estima-se dos dados

do gráfico abaixo para o ano de 2013 que aproximadamente 55 (cinquenta e cinco) projetos receberam suporte financeiro, o que corresponde a uma parcela de 37% dos 148 (cento e quarenta e oito) projetos vinculados à PROPESQ naquele ano. Comparativamente a 2014, o financiamento sofreu redução de 56%.

**Gráfico 03** – Grupos de Pesquisas do CNPq vinculados à UFT por área de conhecimento no período de 2011 a 2013



Fonte: UFT/ PROPESQ, 2013.

### 3.2.3. Auxílio para Apresentação de Trabalhos em Eventos Científicos Nacionais

A Universidade Federal do Tocantins, por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ), instituiu um Programa de Auxílio Financeiro (PAF) para eventos, regulamentado pela resolução CONSEPE 02/2007 e concede, através de 03 (três) editais anuais, auxílio para apresentação de trabalhos em eventos científicos/artísticos realizados no Brasil a professores efetivos, em exercício, técnicos administrativos efetivos e em exercício e também alunos matriculados na UFT que estejam apresentando, na qualidade de primeiro autor, trabalhos devidamente aceitos pelos eventos em questão. No ano de 2014 foram lançados três editais e o quadro 05 registra a quantidade e o valor de auxílio concedido aos servidores e discentes.

**Quadro 05** – Auxílios financeiros concedidos a servidores e discentes em 2014 por meio do PAF

<b>Segmento</b>	<b>Quantidade Atendida</b>	<b>Tipo de Auxílio</b>	<b>Valor Concedido</b>
Professores	32	Diárias	R\$ 22.616,05
Alunos	-	-	-
Técnicos	2	Diárias	R\$ 1.723,35
Professores	22	Passagens	R\$ 32.950,06
Alunos	6	Passagens	R\$ 10.023,49
Técnicos	-	-	-
<b>Total:</b>	<b>62</b>	-	<b>R\$ 67.312,95</b>

Fonte: PROPESQ, 2014.

### 3.2.4. Auxílio para Formação de Novos Pesquisadores

Segundo os relatórios diagnósticos 2013 e 2014, o auxílio para formação de novos pesquisadores é realizado por meio do Programa de Iniciação Científica (PIBIC), Programa Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação nas Ações Afirmativas (PIBIC/AF), o edital de Produtividade em Pesquisa UFT e Produtividade em Pesquisa – PQ (vinculados ao CNPq).

Quanto ao edital de Produtividade em Pesquisa da UFT (Edital 16/2013), contemplou 20 docentes. O referido edital teve o objetivo de incentivar o aumento do quantitativo de pesquisadores com Produtividade em Pesquisa (PQ) e Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora (DT), financiados pelo CNPq.

Ainda no âmbito de auxílio para formação de pesquisadores, o Edital 32/2014, lançado pela PROPESQ e em parceria com a FAPTO, foi a chamada para financiamento de versões (tradução do português para o inglês) de artigos científicos que almejem a publicação em periódicos qualificados.

Um dos objetivos dessa chamada pública é estimular a produção científica qualificada dos docentes da UFT em língua inglesa, a

fim de colaborar com a divulgação do resultado das pesquisas produzidas pela instituição para a comunidade científica internacional.

Atualmente, há 19 bolsistas na modalidade PQ (vinculados ao CNPq) e 02 bolsistas de PD divididos por câmpus da seguinte forma:

- Araguaína: 01 no curso de Letras, 03 no curso de Zootecnia e 03 no curso de Medicina Veterinária;
- Porto Nacional: 03 no curso de Ciências Biológicas, 03 no curso de História e 01 no curso de Geografia;
- Arraias: 01 bolsa no curso de Matemática;
- Gurupi: 03 bolsas no curso de Agronomia;
- Palmas: 01 bolsa no curso de Engenharia Ambiental, 01 no curso de Comunicação Social e 01 em Ciências Econômicas.

### **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC e Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC)**

O PIBIC é um programa centrado na iniciação científica de novos talentos em todas as áreas do conhecimento. Volta-se para o aluno de graduação, servindo de incentivo à formação de novos pesquisadores, privilegiando a participação ativa de alunos com bom rendimento acadêmico em projetos de pesquisa com mérito científico e orientação individualizada e continuada. Os projetos devem culminar em um trabalho final avaliado e valorizado com retorno imediato ao bolsista, com vistas à continuidade de sua formação, em especial na pós-graduação.

Considerando que o número de bolsas é sempre inferior à demanda qualificada no país, e também no Tocantins, a universidade resolveu instituir o Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica - PIVIC, que contempla alunos e professores que tiveram seus projetos aprovados por mérito, pelo comitê científico do PIBIC, mas que não foram contemplados com bolsa. Assim, os mesmos poderão participar ativamente do projeto de pesquisa do professor orientador de forma institucional. Outro programa institucional que tem ligação intrínseca com o PIBIC e o PIVIC é o Bolsa

de Permanência Acadêmica, ligada à política de assistência estudantil. Neste programa, alunos bolsistas, selecionados com base em critérios socioeconômicos, podem desenvolver iniciação científica. Neste caso, apresentam trabalho na forma de pôster no evento de Seminário de Iniciação Científica.

Foram ofertadas no ano de 2014 o total de 254 bolsas distribuídas da seguinte forma: 120 bolsas PIBIC/UFT; 126 bolsas PIBIC/CNPq; 3 bolsas PIBIC-AF/CNPq e 5 bolsas PIBITI/CNPq. Nitidamente, o programa cresce ao longo dos anos, com notável evolução do número de bolsas de custeio próprio da universidade, denominado de PIBIC/UFT no gráfico.

### *3.2.5. Inter-relação Ensino-Pesquisa*

No ano de 2014, por intermédio da Diretoria de Pesquisa da UFT, foram realizadas conferências solo e colóquios “Desafios da Pesquisa na Contemporaneidade” em vários câmpus da UFT. As primeiras colaboram decisivamente para a articulação entre ensino e pesquisa, na medida em que os convidados externos de instituições com larga experiência no campo da pesquisa e da produção de conhecimento explanaram sobre temas transdisciplinares, colaborando para o estabelecimento de relações entre o ensino da graduação e a pesquisa. Em cada conferência realizada foi efetuado um intenso trabalho de divulgação, através de material impresso e meio virtual, para que todos os professores da instituição fossem notificados e pudessem acompanhar seus alunos e orientandos nos eventos. Somando-se a isso, foram realizadas 4 edições do Colóquio Desafios da Pesquisa na Contemporaneidade, no qual os docentes de cada câmpus são convidados a explanar, durante 30 minutos, acerca da discussão teórica e conceitual sobre seus resultados de pesquisa. Foram priorizados trabalhos orientados por professores com bolsistas PIBIC/CNPq E PIBIC/UFT. Em cada mesa redonda os alunos de graduação tiveram a oportunidade, nos câmpus de Miracema, Tocantinópolis e Araguaína, de correlacionarem o ensino de sala de aula com as discussões sobre

resultados empíricos, apresentadas por seus professores. Acreditamos que essas atividades sejam de fundamental importância para o fortalecimento de uma cultura estritamente acadêmica, na qual as relações entre pesquisa e ensino sejam recorrentes.

### 3.3. Políticas para o ensino da pós-graduação

As políticas institucionais da pós-graduação estão inseridas no contexto da Política Nacional de Pós-Graduação. Nesta, fica patente o seguinte princípio: “Cabe à pós-graduação a tarefa de produzir os profissionais aptos a atuar nos diferentes setores da sociedade e capazes de contribuir, a partir da formação recebida, para o processo de modernização do país.”

Segundo os relatórios diagnósticos PROPESQ, a política fundamental da PROPESQ nesta dimensão é induzir a necessidade de criação de cursos de pós-graduação nas áreas prioritárias de educação, biodiversidade dos ecótonos, identidade, cultura e territorialidade, agropecuária e meio ambiente e fontes renováveis de energia. Neste âmbito, a PROPESQ desenvolve uma relação direta com a Coordenação de Qualificação de Pessoal (CAPES) enquanto agência de fomento da pós-graduação e qualificação de quadros no país.

A pós-graduação na UFT é uma atividade em expansão e se divide nas modalidades *lato sensu* (Especializações) e *stricto sensu* (Mestrados e Doutorados). A criação dos cursos de pós-graduação é orientada pelo desenvolvimento de grupos de pesquisa, produção e divulgação científica dos resultados e estímulo à participação em eventos. Atualmente, segundo estimativa da PROPESQ, as atividades da Pós-Graduação atingem cerca de 60% dos professores e 12% dos estudantes da instituição. Todos os cursos desenvolvem atividades de acordo como Plano de Desenvolvimento Institucional e as especificidades das atividades dos cursos podem ser acessados por qualquer cidadão no portal específico da CAPES para a coleta das informações da pós-graduação, a plataforma Sucupira, no sítio eletrônico: <https://sucupira.capes.gov.br/>.

Em 2014, criou-se 15 cursos *lato sensu* que funcionam na modalidade presencial e à distância, elevando em aproximadamente 30% o número de vagas para a qualificação técnica profissional. Implantou-se ainda 2 mestrados (pós-graduação *stricto sensu*) profissionais na modalidade em REDE (Mestrados Profissionais em História e em Letras) e 2 doutorados acadêmicos (Ensino de Língua e Literaturas e Ciências do Ambiente).

**Quadro 06** – Evolução temporal da quantidade de cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu* (Mestrados e Doutorados)

	<i>Lato Sensu</i>	Mestrado	Doutorado
2014	90	21	5
2013	80	20	5
2012	72	17	4

Fonte: PROPESQ, 2014.

Atualmente, a UFT oferece 90 (noventa) cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* e 26 (vinte e seis) programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, sendo 21 (vinte e um) cursos de mestrado e 5 (cinco) cursos de doutorado. Dos 90 cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, atualmente 46 estão encerrados.

### 3.3.1. Políticas Institucionais para Criação, Expansão e Manutenção da Pós-Graduação *Lato* e *Stricto Sensu*

A PROPESQ viabiliza meios para criação e expansão de cursos de pós-graduação. Os pedidos de criação de cursos são realizados através das chamadas públicas dos APCNs (Apresentação de Propostas de Cursos Novos). A expansão acontece através dos PROAPs (Programa de Apoio à Pós-Graduação) e Pró-Equipamentos da CAPES. A FINEP é outra agência de otimização desta expansão. Os cursos de pós-graduação *Lato Sensu* são criados a partir de demandas dos cursos de graduação. Sua criação deve ser aprovada no CONSEPE, depois de análise realizada na Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação.

Ainda segundo o relatório da PROPESQ, a política fundamental nessa dimensão é induzir a necessidade de criação de cursos de mestrado e doutorado nas áreas prioritárias de educação, biodiversidade dos ecótonos, identidade, cultura e territorialidade, agropecuária e meio ambiente e fontes renováveis de energia. Nesse âmbito, a PROPESQ desenvolve uma relação direta com a CAPES como agência de fomento da pós-graduação e qualificação de quadros no país.

### **Integração entre Graduação e Pós-graduação**

A pós-graduação impacta diretamente na graduação através de programas de iniciação científica (PIBIC) e também através do estágio docente desenvolvido pelos estudantes de pós-graduação. Além disso, a infraestrutura da pós-graduação é utilizada por docentes e alunos da graduação. Todos os docentes do quadro da Universidade que atuam em programas de Pós-Graduação devem ministrar aulas na graduação em disciplinas sob a responsabilidade do curso onde estiver lotado. Destaca-se ainda que muitos docentes dos programas de Pós-Graduação da UFT ministram, no geral, até duas disciplinas nos cursos de graduação.

### **Auxílio Interno e Externo na Realização dos Cursos Oferecidos**

Como forma de fomentar a realização dos cursos, a UFT contribui com o corpo docente e infraestrutura para o desenvolvimento da pós-graduação *stricto sensu*. No entanto, faz-se indispensável o apoio externo das agências de fomento como a CAPES, CNPq, FINEP, dentre outros. Os cursos de Pós-Graduação *lato sensu* são autossustentáveis e a oferta dos mesmos ocorre sob demanda. Além disso, quando existe verba pública para a oferta, estes cursos são ofertados gratuitamente.

Há ainda a iniciativa denominada Pró-Equipamentos. Este programa apoia propostas para a aquisição de equipamentos destinados a compor a estrutura de programas de Pós-Graduação recomendados pela CAPES. O Edital normatiza a apresentação de

propostas que visem atender a necessidade de equipamentos de uso compartilhado na pesquisa científica e tecnológica em todas as áreas do conhecimento, observadas as disposições do Programa Nacional de Apoio ao Ensino e à Pesquisa em Áreas Estratégicas (PRONAP e a legislação aplicável à matéria. São priorizados investimentos em equipamentos de uso compartilhado no desenvolvimento de pesquisas na instituição proponente e em instituições parceiras. O edital N° 11/2014 teve o resultado do seu processo de análise da Proposta Institucional no dia 12/08/2013. A UFT conseguiu aprovar junto a CAPES o valor total de R\$ 714.831,00 para os seguintes programas de pós-graduação *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado): Agroenergia, Ciências do Ambiente e Ciência e Tecnologia de Alimentos. Ano após ano os recursos estão aumentando em função do aumento do número de programas. Neste último ano, todavia, ocorreu uma diminuição devido a exclusão, por parte da CAPES dos programas profissionais, como comparativo no edital 27/2013 a UFT foi contemplada com R\$ 734.535,63.

### **Política para a Qualificação de Docentes**

Existe o Plano de Formação Docente (PLANFOR) que é organizado segundo exigências e critérios da CAPES para execução da política de qualificação docente. O PLANFOR é constituído a partir dos Planos de Qualificação e Formação Docente (PQFD) de cada curso, de acordo com a resolução CONSEPE 07/2012, e tem por fundamento a organização da qualificação docente. O programa recebe apoio em forma de bolsas da CAPES e por meio do Programa de Formação Doutoral (PRODOUTORAL), que no ano de 2014 concedeu 10 bolsas e 10 auxílios moradias aos docentes que estão afastados e cursando doutorado dentro do planejamento instituído pelo PLANFOR.

### **Envolvimento de Docentes com a Pós-Graduação**

A maioria dos docentes compartilha com os estudantes suas experiências nos conteúdos da disciplina, utilizam material

estimulante e interessante para as disciplinas ministradas. Os docentes mostram um envolvimento ativo na pós-graduação, assumindo responsabilidades e trabalhando cooperativamente, tanto no ensino quanto na pesquisa e extensão para o sucesso dos cursos, o que fica demonstrado nas avaliações periódicas da CAPES.

### **Política para a Formação de Pesquisadores e de Profissionais para o Magistério Superior**

A política está organizada conforme as determinações do Programa PRODOUTORAL, da CAPES. Somando-se a este existem os Programas de Doutorado Interinstitucional (DINTERS) da UFT com outras IES do país. Além disso, os estudantes dos programas de mestrado e doutorado da UFT têm disciplinas de estágio docência, em que os alunos de pós-graduação auxiliam os professores nas disciplinas de graduação.

### **Integração entre Graduação, Pós-Graduação, Ensino e Pesquisa na UFT**

Há concreta integração entre graduação, Pós-Graduação, ensino e pesquisa na UFT. A expansão da Pós-Graduação impacta na melhoria das condições de ensino e pesquisa na graduação, por meio de melhor qualificação de docentes e também interação entre discentes da graduação e pós-graduação. Naturalmente, na Pós-Graduação, a pesquisa e o ensino são uma realidade mais pronunciada se comparada à graduação. Acrescente-se ainda a ação de professores permanentes do programa na graduação, que transcende o âmbito dos cursos, visto que as disciplinas de formação comum das áreas têm atuação dos docentes que atuam na pós-graduação e muitos deles atuam, ainda, como representantes dos núcleos de docente estruturante nos colegiados de cursos de graduação. Fica evidente a intensidade do intercâmbio entre a graduação e a pós-graduação da UFT pela via da docência.

### 3.3.2. Editora Universitária (EDUFT)

A EDUFT foi criada em 2004. Contudo, apenas no biênio 2013-2014 é que foram implantados e consolidados os principais processos para cumprimento de sua atividade fim, que é a publicação de livros. Foi a partir do ano 2013, com a mudança de gestão da universidade, que as atividades da editora tiveram seu início efetivo. Nesse ano foi implementado o processo de análise de mérito das obras por pareceristas, avaliação do Conselho Editorial e a contratação de uma gráfica via processo licitatório, para início do trabalho da produção editorial.

Em junho de 2014 foram concluídos e lançados os primeiro livros com o selo da EDUFT. O evento ocorreu juntamente com a inauguração do estande de divulgação e vendas da editora, localizado no prédio da Reitoria. Nesse evento foram lançados 11 (onze) livros em comemoração aos 11 (onze) anos de criação da UFT, representando um marco institucional.

Atualmente a EDUFT mantém quase trinta livros em produção, fruto das chamadas públicas para financiamento e também pelas demandas apresentadas pelos projetos da UFT, programas institucionais e instituições parceiras.

Ao longo de sua existência a EDUFT buscou incentivar a publicação de livros a partir de seus editais da seguinte maneira: em 2012 houve o lançamento do primeiro edital para financiamento de 14 obras científicas, destinado aos servidores da UFT, docentes ou técnicos administrativos, com o intuito de fomentar a divulgação dos projetos de pesquisa e de extensão da universidade. O edital visava contemplar sete áreas do conhecimento, estipulando uma cota de dois livros por área.

No ano de 2014 houve um esforço para simplificar o processo de submissão de proposta de livros para publicação da EDUFT, por isso o edital de fluxo contínuo passou por uma reformulação, mas seu objetivo se manteve. Os editais de financiamento também foram simplificados e unificados. Então, em 2014, foi publicado um único edital de financiamento, contemplando as modalidades de livro acadêmicos (com o financiamento de duas publicações por área) e a chamada de obras para composição da

2ª edição da Coleção Literatura Tocantinense (com financiamento para três obras). Adicionalmente foi incluído nesse edital o financiamento de três obras que irão compor a coleção “História e Memória”, que visa publicar livros que registram aspectos relevantes para a história e memória do Tocantins.

A EDUFT também visa oferecer um padrão de qualidade aos livros produzidos pela UFT com base na adequação das propostas às expectativas da CAPES pelo sistema *qualis livro*. Adicionalmente, busca oferecer ao pesquisador-autor a facilidade de publicar em sua própria instituição, isentando-o do trabalho burocrático de lidar com o recurso público, mediando ainda a relação entre autor e gráfica. Além de produzir os livros a editora ainda desenvolve um trabalho para divulgação dessa produção em eventos específicos como semanas acadêmicas, feiras, bienais e cafés literários, além de destinar parte dessa produção para bibliotecas de outras universidades do país.

Ao longo do ano de 2014 a EDUFT buscou estruturar seus processos a fim de desburocratizar, publicizar e torná-los mais acessíveis, para um melhor atendimento da comunidade acadêmica e também da população regional, interessada em publicar livros com qualidade.

Essas ações refletiram no novo site da editora, que passou a contar com um ambiente específico para informações sobre as normas para submissão de obras para publicação e também com um formulário eletrônico para o cadastro inicial das obras, desburocratizando o processo. Também está disponível no site um catálogo com os livros já publicados pela EDUFT, com instruções para venda *on line* dessas obras. Adicionalmente a editora criou sua própria *Fanpage* no *Facebook* para divulgação de suas obras, ações e também das oportunidades de publicação.

### 3.4. Políticas para a extensão

A extensão universitária, na Universidade Federal do Tocantins, está alinhada às diretrizes nacionais de extensão, pactuada desde 1999 pela Política Nacional de Extensão, expressão do consenso e

reformulações do Fórum de Pró-Reitores das Instituições Federais de Ensino (FORPROEX) e tem como missão proporcionar condições para realização das atividades de extensão como um processo educativo, intervindo na realidade com o compromisso de desenvolvimento sociocultural da comunidade.

### 3.4.1. Ações de Extensão na UFT

Na Universidade Federal do Tocantins é padronizada a utilização do Sistema de Gestão de Projetos (SIGProj), do Ministério da Educação.

Em 2014 a PROEX contou com o edital de fluxo contínuo. Foram registradas 158 propostas de ações de extensão cadastradas, distribuídas nas modalidades: curso, com 31 propostas; projeto, com 57 propostas; programa, com 9 propostas e evento, com 61 propostas.

O câmpus de Palmas concentra a maior parte das ações, 36% das propostas, e logo em seguida vem Araguaína, com 15% e Porto Nacional, com 13% das ações. Os câmpus de Arraias e Tocantinópolis concentram 6% das propostas cada um, Miracema 5% e Gurupi 4%. As ações vinculadas à Reitoria são cadastradas a partir das Pró-Reitorias e órgãos superiores e podem ser desenvolvidas tanto em Palmas como em câmpus do interior ou mais de um câmpus.

Na Política Nacional de Extensão as ações de extensão são classificadas segundo sua área temática. São elas: cultura, comunicação, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho. Neste aspecto, a maioria das ações é caracterizada na área de educação (44% do total), muito pela natureza acadêmica envolvida e indissociável da extensão e por esta temática abranger e coexistir com todas as outras relatadas.

Em 2014, os editais internos e chamadas contaram com a participação ativa dos discentes da Universidade, como o próprio Edital de Fluxo Contínuo (sem ônus financeiro), bem como o Cine Clube, Edital PIBEX Artes, Semana Acadêmica Integrada, (Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX e PIBEX-Artes), RondonTur Ambiental, Edital Integrado de Pesquisa Extensão, Seminário

de Comunicação de Natividade, PADIQ, e o Programa de acesso Democrático à Universidade (neste, os acadêmicos protagonizam uma relação de aproximação com a comunidade externa através dos candidatos ao ingresso na universidade, mediado pelas orientações dos docentes da universidade).

A participação dos acadêmicos nas ações propostas se mostra significativa. Até o mês de novembro de 2014 foram registradas a participação de 548 alunos nas ações de extensão cadastradas. Lembrando que este número se refere apenas a participação enquanto equipe de execução das ações. Não são incluídos aqui a parcela de discentes impactados como público alvo das ações propostas.

### *3.4.2. Programas de Bolsas de Extensão*

O Programa Institucional de Bolsas de Extensão recrudescer suas atividades em 2013/2014 e ampliou a quantidade de alunos de graduação envolvidos. A publicação do Edital PIBEX 2013/2014 alcançou 58 projetos/programas cadastrados e a universidade comprometeu-se em apoiar todos os proponentes, garantindo-lhes um bolsista por ação. O objetivo foi avaliar e apoiar os extensionistas, para que mais docentes envolvam-se e que a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura apresente-se como referência para que, gradativamente, o perfil das propostas acompanhe as diretrizes nacionais da extensão, especialmente a relação com a comunidade externa. Houve a participação de todos os câmpus, com destaque para Palmas com 22 ações, Araguaína com 11 e Gurupi com 10.

Por razoabilidade e observação da demanda por políticas de estímulo à produção artístico-cultural, 18 projetos foram selecionados por comitê especializado, desde que atendessem a essa percepção. Convertidos na modalidade de bolsa PIBEX-Artes, foca-se na apresentação de produtos culturais, como exposições em artes cênicas e visuais, que comporão um circuito intercâmpus de proposições artístico-culturais. É uma iniciativa inédita no país. O sucesso da proposta já é notável e, para o próximo ano, está prevista sua continuação e ampliação.

No total, a Universidade, por seus projetos e programas, garantiu o pagamento de bolsas de extensão, através da PROEX, na seguinte ordem: 58 alunos pelo PIBEX, 18 pelo PIBEX-Artes, 16 pelo Edital Integrado e 89 pelo PROEXT, totalizando 181 bolsistas devidamente orientados e que internalizam as diretrizes e óticas do extensionista e seu papel social.

### 3.5. A comunicação com a sociedade

A Universidade, como centro da produção do conhecimento, necessita canalizar suas potencialidades no sentido da prestação de serviços à comunidade, revigorando seus programas de natureza cultural e científica e procurando difundir a pesquisa e as discussões em todas as áreas do conhecimento. Isso só é possível com uma efetiva comunicação, que viabiliza o relacionamento entre a universidade e os seus diversos públicos, que abre as suas portas a todos os seguimentos da sociedade.

Atualmente, o princípio da transparência nas atividades administrativas deve permear todos os atos da administração pública. Para que se cumpra este princípio, a ética deve permear todo o processo comunicativo dos órgãos governamentais.

A comunicação é comprometida com a missão da UFT, enquanto busca, principalmente, difundir os conhecimentos produzidos na universidade e contribuir, por meio da informação, com a formação de cidadãos e profissionais qualificados em todas as áreas, comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

Segundo relatório da DICOM 2014, a comunicação com a comunidade interna e externa tem sido uma prioridade, trabalhando com assessoria de imprensa usando a mídia espontânea nos veículos de comunicação e publicações que divulgam a universidade amplamente, seja por meio de seu corpo acadêmico, seja pelas ações da instituição em pesquisa, extensão ou ensino.

Atualmente a UFT trabalha com o uso de três redes sociais para a divulgação de suas ações, que são: o *Youtube*, *Twitter* e o *Facebook*, sendo este o de maior destaque por possuir o maior número de publicações e também por ter o maior número de

acessos. Utiliza-se também a Intranet, o *e-mail*, o Jornal Presente, o informativo interno Sou UFT, peças gráficas, campanhas, eventos, além de reuniões e documentos oficiais.

### *3.5.1. Ações de Melhoria na qualidade e atendimento da comunicação Interna e Externa da UFT*

Conforme os dados da DICOM 2014, a Universidade trata de estabelecer canais de relacionamento com os diferentes públicos, seja ele interno ou externo.

A DICOM, na perspectiva de envolvimento com o público, tem desenvolvido os seguintes trabalhos:

**Mailing list** - materiais de grande relevância que tem sua atualização constante (listagem de *e-mail* de todos os professores, técnicos, alunos e imprensa) com informes de interesse específico, convites e outras divulgações. São enviados pela DICOM por correio eletrônico, estabelecendo-se mais um canal de interação com a instituição.

De acordo com a DICOM foi publicado de janeiro a novembro de 2014 o total de 1349 matérias o que em média representa 6,07 matérias produzidas por dia, das quais 622 versaram sobre a publicização de editais, que representam 46,04% do total das matérias publicadas.

Outros meios usados na comunicação com a sociedade fundamentais para manter um contato com os públicos-alvo, sejam alunos, professores, servidores, funcionários, parceiros e comunidade externa, utilizando informação mais informal, como textos curtos e uso de imagens, fotos e vídeos, dentre outros são o *YouTube*, *Twitter* e *Facebook*.

**YouTube** - 24 vídeos postados ao longo do ano de 2014 enfocando cobertura de eventos, campanhas institucionais, entrevistas, eventos e etc;

**Twitter** - com número de 2.007 seguidores (até 10/12/2014);

Figura 01 – Página oficial UFT no *Twitter*

**Facebook** - A *fanpage* Portal UFT no Facebook teve sua criação no ano de 2011, com o objetivo de criar um relacionamento maior com seu público, com a divulgação de informações de um modo mais descontraído, com textos curtos e fotos dos eventos da Universidade Federal do Tocantins. Portanto, uma ferramenta hoje em dia essencial como parte das estratégias de comunicação do órgão, representando a instituição na maior rede social do mundo: o Facebook.

A *fanpage* UFT Oficial possui atualmente 7.493 curtidas na página (número correspondente ao dia 09/12/2014), com uma média de visitas de 150 pessoas/hora. Com conceito 4,6 estrelas (cinco estrelas é a nota máxima), avaliado por 32 seguidores.

No total, a *fanpage* no Facebook do Portal UFT contabilizou 130 postagens, alcançando mais de 100 mil pessoas, sendo que esse número se deve ao alcance por meio dos seguidores com curtidas, comentários e principalmente compartilhamentos, no qual juntos esses três somaram 2.885.

Portal UFT - página de notícias da UFT, abastecida diariamente com informações, trabalha em conjunto com a Diretoria de Tecnologia (DTI). Em 2014 implantou o projeto “Mini-Home”, que possibilitou a criação de páginas internas com recurso de menus e submenus, URL amigável e com vinculação automática

de documentos relacionados para atender, especialmente, programas, projetos e setores acadêmicos e administrativos da universidade que demandavam sites com mais conteúdo e ao mesmo tempo mais funcionais.

De acordo com a DICOM foram reformuladas e criadas diversas páginas institucionais como as páginas dos conselhos superiores (SOCS, CONSEPE E CONSUNI), da Comissão Permanente de Avaliação (CPA), da Rádio Universitária, do Restaurante Universitário (RU), da Diretoria de Assuntos Internacionais (DAI), da ouvidoria, da Editora Universitária (EDUFT), da Diretoria de Comunicação (DICOM), do Sistema de Bibliotecas (SISBIB), do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), dentre outras.

**Sou UFT** - um informativo interno mensal enviado por *e-mail* e publicado na Intranet que traz notícias e seções que procuram informar e apresentar os servidores da instituição uns aos outros, mostrar quem são, como trabalham, seus *hobbies*, etc. Em 2014 foram publicadas 06 edições do informativo Sou UFT.

Além disso, campanhas internas têm procurado valorizar o corpo de profissionais da universidade, inclusive funcionários terceirizados, e inspirar um maior sentimento de pertencimento e identidade institucional, a exemplo da campanha do Dia do Servidor, do Natal Solidário e o vídeo de prestação de contas e de final de ano, com depoimentos de pessoas que estudam e trabalham em todos os câmpus da UFT.

**Rádio UFT FM (96,9)** - toda a infraestrutura para o funcionamento da emissora está disponível para uso. Inauguração prevista para março de 2015.

A rádio terá sede própria e o seu prédio contempla 02 estúdios, sala de redação, administração, recepção, sala *vip* e ainda uma sala reservada para o estúdio da WEB TV UFT, banheiros e a copa.

Já foram providenciadas as diretrizes (normas que vão orientar e ordenar todas as ações relativas à UFT FM), a logo e o slogan (Criação e produção da logo da Rádio UFT FM. O Slogan da emissora também está definido “UFT FM, música, cultura e educação no seu rádio”).

Atualmente a equipe de nove pessoas, entre servidores e estagiários, está trabalhando na programação artística (grade

de programação, programas, programetes, concepção de programas, acervo musical, vinhetas, chamadas, dentre outros) e a interatividade. São diversas frentes de atuação nesse processo de implantação da emissora que, certamente, vai dar uma nova dinâmica ao processo de comunicação da UFT com a sociedade.

**Figura 02** – Imagens da Rádio Universitária



Fonte: Relatório DICOM/2014.

**Jornal Presente** - edições completas (impressa e digital – *e-book*) e compacta (jornal mural). Apesar da greve dos servidores, a UFT publicou duas edições em 2014.

**Figura 03** – Capas do Jornal Presente



Fonte: Relatório DICOM.

A DICOM coordenou o processo de mudança de identidade visual da UFT em 2014, um processo que rompeu com um padrão que se tornou obsoleto ao longo dos anos devido ao crescimento e ao aumento da complexidade da instituição, mas ao mesmo tempo respeita e se identifica com a imagem institucional utilizada até então.

Para que o processo fosse disseminado na comunidade interna e externa, vários instrumentos foram elaborados, além de treinamentos com os servidores para a efetividade do uso correto da nova marca. Dentre eles foi elaborado um vídeo explicativo sobre a nova identidade da Instituição.

**Figura 04** – Nova Identidade Visual da UFT



Fonte: Relatório DICOM/2014.

**Job** - responsável pela criação e produção gráfica, assim como assessoria geral na área da comunicação visual, projetando campanhas e peças publicitárias para eventos, projetos e setores (tais como cartazes, folders, folhetos, cartilhas, peças eletrônicas, logomarcas, banners, faixas, etc).

A Diretoria de Comunicação na Comissão do Planejamento Estratégico – criada em 2013 – favoreceu o acesso, e mais que isso, a participação efetiva da DICOM neste. O novo planejamento estratégico e também o Plano de Comunicação da UFT, a serem finalizados em 2015, vão permitir um acompanhamento mais efetivo das ações institucionais e uma avaliação mais precisa sobre o cumprimento de metas e objetivos, não apenas na área da comunicação mas em todas as dimensões abrangidas pelo planejamento da organização por meio de critérios preestabelecidos.

### *3.5.2. Ouvidoria como mecanismo de comunicação*

A ouvidoria é um instrumento voltado para promover a participação popular, a transparência e a eficiência no Serviço Público. É o canal pelo qual o cidadão, membro ou não da comunidade UFT, pode solicitar informações sobre a universidade, que porventura não estejam disponíveis, fazer perguntas e se manifestar sobre as ações da instituição. A função da ouvidora geral é facilitar as relações entre a Universidade Federal do Tocantins e os diversos públicos que procuram essa unidade, também utilizada como comunicação com a sociedade.

A Ouvidoria Geral no ano de 2014 recebeu 511 manifestações, classificadas como solicitação de informações, reclamações, denúncias, sugestões e elogios.

Das demandas registradas na ouvidoria, algumas pela natureza do seu conteúdo, foram respondidas imediatamente aos interessados pela própria ouvidoria, sem ter que enviar a outros setores, como esclarecimentos, dúvidas, pedidos de informação e orientação.

Esse comprometimento da ouvidoria com a promoção do acesso à informação, como direito do cidadão e dever da universidade demonstra a presteza em bem orientar e atender com celeridade aos cidadãos, de forma direta, sem encaminhar a qualquer setor.

Atualmente os canais de acesso ao cidadão para atendimento são o *e-mail*, o formulário ou protocolo e o sistema eletrônico do serviço de informação ao cidadão.

No ano de 2013, do total de 448 manifestações, 103 foram registradas nos câmpus e o restante (345) na Reitoria. No ano de 2014, do total de 663 manifestações, 128 foram registradas nos câmpus e, o restante (558) na Reitoria. Abaixo destacamos a segmentação por câmpus.

A partir das demandas apresentadas, um diagnóstico é realizado pela ouvidoria, no qual são propostas mudanças que se traduzem em recomendações aos gestores para o aperfeiçoamento contínuo dos serviços prestados pela universidade.

### **3.6. Políticas de atendimento ao estudante**

A política de atendimento ao estudante na UFT é promovida pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROEST). Esta possui a seguinte estrutura organizacional: Diretoria de Assuntos Estudantis, Diretoria de Assuntos Comunitários, Diretoria de Esportes e Coordenação de Projetos e Administração.

Os dados presentes nesse tópico do relatório foram fornecidos pela PROEST, pela PROGRAD e pelos diagnósticos realizados pelas comissões setoriais de avaliações - (CSA's) nos câmpus. Contemplam-se os seguintes eixos da política de assistência ao estudante: (I) Acesso, seleção e permanência dos estudantes; (II) Participação dos discentes nas atividades de ensino, pesquisa e extensão; (III) Mecanismos de estudo e análise sobre ingressantes, evasão, conclusão; (IV) Casa do Estudante; (V) Bolsa permanência; (VI) Alimentação, transporte e apoio psicossocial.

#### **3.6.1. Acesso, Seleção e Permanência dos Estudantes**

O acesso aos cursos da Fundação Universidade Federal do Tocantins é realizado através de processo seletivo e SISU para o preenchimento de vagas dos cursos de graduação oferecidos pela Universidade, consideradas as opções de cidade, habilitação,

sistema de cotas, bem como os respectivos turnos. Das vagas oferecidas em cada curso, 5% (cinco por cento) são destinadas à inclusão racial, disponibilizadas à etnia indígena, em conformidade com o § 2º do Art. 10 da Portaria nº. 18, de 11 de novembro de 2012, do Ministério da Educação.

De acordo com a Resolução do CONSEPE 3A/2004, alterada pela Resolução do CONSEPE 10/2011, as vagas dos cursos em que não houver candidatos inscritos ou aprovados no sistema de cotas para etnia indígena são automaticamente remanejadas para o sistema universal.

Do total de vagas oferecidas pelo processo seletivo Vestibular 2014 da UFT, conforme decisão do CONSUNI haverá variação de percentual, assegurado o mínimo de 25% para cotas sociais, previsto pela Lei 12.711/2012, a fim de que haja distribuição de vagas em todas as modalidades previstas nesta Lei. No Decreto nº 7.824/2012 (regulamentador da Lei 12.711/2012) e na Portaria nº 18/2012 – MEC (que dispõe sobre a implementação das reservas de vagas pela Lei 12.711/2012 e pelo Decreto 7.824/2012).

No que diz respeito à permanência do aluno, a PROEST informa, no seu relatório, que administra programas de assistência social e estudantil que visam proporcionar condições básicas para a concretização do direito à educação pública de qualidade, através da prestação de serviços assistenciais aos discentes. Segundo a PROEST, o principal objetivo da implementação desses programas é intervir nas relações sociais e nas questões de ordem socioeconômicas que afetam e/ou dificultam a concretização do processo de ensino e aprendizagem.

A PROEST afirma ter efetivado a garantia da permanência dos estudantes através do Programa de Bolsa Permanência, que se dá em três modalidades: acadêmica, instrucional e PARFOR de caráter socioeconômico. Nessas modalidades os estudantes recebem uma bolsa mensal no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para arcar com as despesas referentes a traslado, moradia e alimentação. A seleção dos acadêmicos para o Programa Bolsa Permanência se dá por meio de um formulário socioeconômico e uma entrevista, cujo objetivo é atingir o público menos favorecido financeiramente.

Segundo relatório, a PROEST trabalha com as bolsas permanência num total de 650 bolsas de R\$ 400,00 implementadas em 2014. Além das bolsas de estágio não obrigatórios num total de 230 bolsas no valor de R\$ 685,00 implementadas em 2014. Ainda em 2014 foram implementadas 192 bolsas do programa bolsas permanência no valor de R\$ 400,00 (8 estudantes de medicina) e de R\$ 900,00 (184 estudantes indígenas e quilombolas).

Em 2014 a UFT iniciou o programa Auxílio Permanência Modalidade EDUCAMPO, que destina-se aos acadêmicos regularmente matriculados em curso de graduação presencial em regime de alternância, modalidade EDUCAMPO dos câmpus de Arraias e Tocantinópolis da Universidade Federal do Tocantins. O curso de Educação do Campo integra um conjunto de políticas de ações afirmativas do Ministério da Educação via Secretaria de Formação Continuada, Alfabetização e Inclusão (SECADI), sendo destinado a populações do campo e professores de escolas rurais historicamente prejudicadas por suas condições socioespaciais que consequentemente geraram situação de vulnerabilidade socioeconômica a esta população. No programa Auxílio Permanência Modalidade EDUCAMPO foram implementadas 150 bolsas para acadêmicos regularmente matriculados em cursos de graduação presencial modalidade PARFOR da Universidade Federal do Tocantins que encontram-se, comprovadamente, sem vínculo empregatício e em situação de vulnerabilidade socioeconômica. São assistidos pelo Programa Bolsa Permanência para os cursos modalidade PARFOR, que integra a política de assistência estudantil da UFT e foram contemplados em 2014 com 10 bolsas.

Na UFT existem ainda outros programas que remuneram estudantes, como os programas de bolsa: Estágio, PIM, PIMI, PIBID, PIBIC, PIBEX e PET. Esses programas, de forma direta ou indireta, ajudam os acadêmicos nas suas pesquisas, no processo de ensino-aprendizagem e na sua interlocução com as demandas acadêmicas. Porém, são de caráter acadêmico, e não para fins de assistência social.

### 3.6.2. Participação dos Discentes nas Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão

Os relatórios PROGRAD, PROEX e PROPESQ 2014 elencam uma série de programas destinados a promover a participação dos alunos em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Os documentos relatam ainda que atualmente está em fase de desenvolvimento e aperfeiçoamento os instrumentos de acompanhamento e avaliação dos programas implantados pela Diretoria de Programas Especiais em Educação, que tem como objetivo o fortalecimento do ensino nos cursos de graduação, abrangendo as atividades de aperfeiçoamento docente e discente. Os programas implantados são ao todo 8, sendo eles: Programa Institucional de Monitoria (PIM); Programa Institucional de Monitoria Indígena (PIMI); Programa de Monitoria Permanência (PMP); Programa de Educação Tutorial (PET); Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID); Programa de Mobilidade Acadêmica Nacional e Regional (PMA); Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX) e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Os quantitativos de bolsas destes programas são expressos na quadro de número 07.

**Quadro 07** – Número de estudantes com bolsas por programa

PROGRAMA	Nº. DE BOLSISTA 2014
PET	95
PIM	179
PIMI	34
PMP	15
PMA (Regional Andifes e Santander)	6
PIBID	390
PIBEX	18
PIBIC	254
<b>TOTAL DE BOLSISTAS</b>	<b>991</b>

Fonte: PROGRAD/PROEX/PROPESQ, 2014.

Além do caráter social e financeiro é necessário ressaltar que os programas desenvolvidos buscam incentivar a participação do acadêmico nas atividades universitárias, despertar o interesse pela docência, propiciar ao discente a possibilidade de utilizar seu potencial, assegurando-lhe uma formação profissional qualificada, facilitar a inclusão dos alunos indígenas ao meio acadêmico, auxiliando-os quanto ao entendimento das atividades propostas, buscando assim sanar dificuldades de compreensão e de linguagens relacionados aos conteúdos abordados tanto no ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a sua permanência na universidade e seu sucesso acadêmico e fornecer ao estudante da graduação uma formação acadêmica ampla, com atividades científicas e acadêmicas dentro dos três pilares em que está fundamentado o conceito de universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Segundo relatório PROEST 2014, os acadêmicos da UFT contam com auxílios financeiros para a participação em atividades acadêmicas, científicas, culturais, desportivas e político-acadêmicas através do programa de concessão de “Auxílio Individual”, “Auxílio Viagem Individual” e o “Auxílio Transporte Terrestre Coletivo” para a participação de discente em atividades acadêmicas, científicas, culturais, desportivas, político-acadêmicas, através do Programa de Assistência Estudantil.

**Quadro 08** - Demonstrativo do Programa de Concessão de Auxílios concedidos em 2014

MODALIDADE DE AUXÍLIO	QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS
Auxílio Individual	312
Auxílio Viagem Individual (Passagens)	9
Auxílio Individual e Auxílio Viagem Individual (Passagens)	18
Auxílio Transporte Terrestre Coletivo	41 ônibus locados que atenderam a todos os câmpus

Fonte: PROEST, 2014.

Os dados da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários da UFT, no relatório PROEST 2014, mostram que os gastos com Auxílio Individual, Auxílio Viagem Individual e Auxílio Transporte Terrestre Coletivo neste ano foram de R\$ 630.000,00.

Segundo o relatório PROEST, a grande novidade para ano de 2014 foi o apoio às associações e organizações universitárias, destacando que a universidade deu suporte aos eventos através de diferentes auxílios e transportes terrestres, viabilizando a participação das atléticas em eventos estaduais, regionais e nacionais. Também foi realizado no final do ano, os jogos intercâmpus, uma iniciativa do Diretório Acadêmico de Araguaína, que reuniu atletas de todos os câmpus da UFT. A diretoria deu o apoio na forma de auxílio para os atletas dos câmpus distantes da organização.

### 3.6.3. Bolsa Permanência

Segundo relatório 2014, a PROEST informa que a UFT conta com as seguintes modalidades de auxílio permanência: Auxílio Permanência Modalidade Acadêmica, Auxílio Permanência Modalidade PARFOR - Auxílio Permanência Modalidade EDUCAMPO.

**Quadro 09** - Modalidades, quantitativo de bolsa e área estratégica PNAES de auxílio permanência na Universidade Federal do Tocantins

AÇÃO	2014	Previsão 2015	Área estratégica PNAES
Auxílio Permanência Modalidade Acadêmica	650 bolsas	1000 bolsas	*Permanência / Moradia, alimentação e transporte *Desempenho Acadêmico / Bolsa
Auxílio Permanência Modalidade PARFOR	10 bolsas	De acordo com a demanda	*Permanência / Moradia, alimentação e transporte *Desempenho Acadêmico / Bolsa
Auxílio Permanência Modalidade EDUCAMPO	150 bolsas	De acordo com a demanda	*Permanência / Moradia, alimentação e transporte *Desempenho Acadêmico / Bolsa

Fonte: PROEST 2014.

### 3.6.4. Alimentação, Transporte e Apoio Psicossocial

O programa de auxílio alimentação da UFT tem por objetivo ofertar alimentação gratuita ou a preço acessível aos estudantes com comprovada vulnerabilidade socioeconômica, matriculados nos cursos de graduação presenciais da UFT.

No relatório 2014, a PROEST informa a disponibilização de bolsas de auxílio alimentação através de edital específico (Edital 023/2014) para atendimento a alunos nos restaurantes universitários dos câmpus de Palmas e Araguaína. Em 2014 foram ofertados inicialmente um total de 1.100 auxílios alimentação nos câmpus de Araguaína e Palmas, conforme especificado no quadro 10.

**Quadro 10** – Valores do auxílio alimentação e número de estudantes contemplados nos câmpus de Palmas e Araguaína

Classe	Valor do auxílio alimentação	Palmas	Araguaína
01	100% (custo para o aluno R\$ 0,00)	200	200
02	71,42% (custo para o aluno R\$ 1,50)	200	150
03	43% (custo para o aluno R\$ 2,50)	200	150
<b>TOTAL</b>		<b>600</b>	<b>500</b>

Fonte: Edital 023/2014.

O auxílio é ofertado, inicialmente, nos câmpus de Palmas e Araguaína e efetivado por meio de subsídio financeiro, integral ou parcial, referente ao valor da refeição para os estudantes selecionados.

## Eixo 4

### Políticas de Gestão

O eixo “Políticas de Gestão” tem como foco a verificação do desenvolvimento das políticas de pessoal e da organização e gestão da instituição. Abrange ainda elementos do planejamento e da sustentabilidade financeira da UFT para garantir o seu pleno desenvolvimento de forma sustentável.

Esse eixo contempla as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do SINAES.

Ao sistematizar e analisar as informações neste relatório é importante recuperarmos o texto do PDI/UFT (p. 12) onde se estabelece as prioridades institucionais que devem orientar as linhas de ação da Universidade Federal do Tocantins nos aspectos: articulação com a sociedade, aprimoramento e aperfeiçoamento da gestão, aspectos importantes a serem considerados para se estabelecer comparativamente os avanços e retrocessos, limites e possibilidades, bem como as reflexões necessárias ao processo de gestão e organização da UFT.

#### 4.1. Organização e gestão da Instituição

Segundo o estatuto da UFT, sua estrutura organizacional é composta por: Conselho Universitário (CONSUNI); Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE); Reitoria; Pró-Reitorias;

Conselho do Diretor; Diretor de câmpus; Colegiados de Cursos; Coordenação de Curso.

#### 4.1.1 Funcionamento e Representatividade nos Colegiados

Os conselhos universitários participam das discussões acerca dos problemas, propondo soluções para eles e sempre são demandados para realizarem estudos técnicos sobre questões de ensino, pesquisa, extensão e gestão da universidade.

O CONSEPE é o órgão deliberativo e normativo superior da universidade em matéria didático-científica e cultural. É constituído pelo Reitor, Vice-Reitor, pelos Pró-Reitores, Coordenadores de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação *stricto sensu*, por um representante do corpo docente, por 1/5 (um quinto) de representação do corpo discente referente aos demais membros do conselho e por um representante do corpo técnico-administrativo.

Câmaras - fazem parte da estrutura do CONSEPE as Câmaras de Planejamento, de graduação, de pesquisa e pós-graduação e de extensão, cultura e assuntos comunitários. É de competência das câmaras proceder a estudos sobre assuntos relacionados a sua área de atuação específica, oferecendo ao conselho sugestões para elaboração de normas que regulem e disciplinem a operacionalização das atividades.

O CONSUNI - é o órgão deliberativo e normativo superior da universidade destinado a traçar a política universitária, funcionando como instância de deliberação e de recurso. É constituído pelo Reitor, Vice-Reitor, pelos Pró-Reitores, Coordenadores de câmpus, por dois representantes da categoria docente, dois representantes da categoria discente e dois representantes da categoria de servidores técnico-administrativos.

Comissões Técnicas - fazem parte da estruturação do CONSUNI como órgãos auxiliares as Comissões Técnicas de Legislação e Normas para Assuntos Estudantis, de Integração Comunitária e de Administração e Finanças. As comissões têm a função de coletar, preparar e elaborar os elementos e dados informativos, indispensáveis às deliberações do Conselho Universitário.

Os processos são encaminhados para as câmaras e conselhos para a realização de estudos e pareceres. Após isso, formalizam um parecer técnico que é relatado por um conselheiro relator. Este faz a relatoria do processo na reunião de conselho onde o tema é amplamente discutido por todos os conselheiros. Em seguida o parecer do relator é posto em votação, cujo resultado pode ser favorável ou desfavorável à decisão da câmara.

Nos conselhos dos câmpus o procedimento é similar, com a exceção de que não existem câmaras e comissões. O processo é executado por um conselheiro, que faz análise técnica e o relata na reunião do conselho. O seu parecer é discutido e votado por todos os membros do conselho. Nos cursos há um colegiado que aprecia as matérias por meio de votação de todos os processos de natureza administrativa e acadêmica do curso.

#### **Resoluções do Conselho de Ensino e Pesquisa (CONSEPE) aprovadas em 2014:**

- 01-2014 – Pós-Graduação em Consultoria e Gestão de Negócios;
- 02-2014 – Especialização *Lato Sensu* MBA em Gerenciamento de Projetos, câmpus de Palmas;
- 03-2014 – Pós-Graduação Direito e Processo do Trabalho, câmpus de Palmas;
- 04-2014 – Pós-Graduação Direito e Processo Constitucional, câmpus de Palmas;
- 05-2014 – PPC de Licenciatura em Educação do Campo, câmpus de Arraias;
- 06-2014 – PPC de Licenciatura em Educação do Campo, câmpus de Tocantinópolis;
- 07-2014 – Alteração no PPC do Curso de Serviço Social (Resolução 10-2010);
- 08-2014 – Pós-Graduação *Lato Sensu* em Culturas e História dos Povos Indígenas, C. Miracema;
- 09-2014 – Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Matemática, câmpus de Arraias;

- 10-2014 – Pós-Graduação em Segurança Viária Urbana - probl. est., desaf. e alt. ger. reg. e local, câmpus de Araguaína;
- 11-2014 – Núcleo Interdisciplinar de Estudos Literários - NIEL, câmpus de Porto Nacional;
- 12-2014 – NEAF-UFT;
- 13-2014 – PPC de Psicologia, câmpus de Miracema;
- 14-2014 – PPC de Educação Física - Licenciatura, câmpus de Miracema;
- 15-2014 – PPC de Letras - Libras, câmpus de Porto Nacional;
- 16-2014 – PPC de Relações Internacionais, câmpus de Porto Nacional;
- 17-2014 – Alteração no PPC de Artes-Teatro, câmpus de Palmas;
- 18-2014 – Pós-Graduação em Ética e Ensino de Filosofia, câmpus de Palmas;
- 19-2014 – Pós-Graduação em Educação do Campo - Práticas Pedagógicas, câmpus de Arraias;
- 20-2014 – PPC de Educação Física, câmpus de Tocantinópolis;
- 21-2014 – Normas Programa ANDIFES de Mobilidade Estudantil (Revoga as Resoluções 19-2007 e 13-2013 CONSEPE);
- 22-2014 – Núcleo - NCA, câmpus de Palmas;
- 23-2014 – Núcleo - OPAJE, câmpus de Palmas;
- 24-2014 – PPC de Bacharelado em Ciências Sociais, câmpus de Porto Nacional;
- 25-2014 – Regulamento das Sessões Solenes de Colação de Grau da UFT Revoga a Resolução CONSEPE nº 09-2011.

**Resoluções do Conselho Universitário (CONSUNI) aprovadas em 2014:**

- 01-2014 – Alteração Resolução 14-2004 - Regimento Conselho Diretor de Palmas;
- 02-2014 – Concessão de Bolsas do Programa Institucional Produtividade em Pesquisa UFT;

- 03-2014 – Criação do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais no câmpus de Porto Nacional;
- 04-2014 – Normativa Avaliação de Desempenho dos Servidores Técnico-Administrativos da UFT;
- 05-2014 – Regimento Geral dos Institutos Intercâmpus da UFT;
- 06/2014 – Relatório de Gestão da UFT - Exercício 2013;
- 09-2014 – Calendário Acadêmico 2014.1 e 2014.2 - Araguaína - Gurupi - Palmas e Porto Nacional (Retificado em 11-06-14);
- 10-2014 – Normativa para Projetos de Pesquisa no âmbito da UFT;
- 11-2014 – Prêmio Hilton Japiassu de Excelência em Pesquisa;
- 12-2014 – Calendário Acadêmico Medicina - 7º e 8º Períodos, 1º e 2º semestres de 2014;
- 13-2014 – Calendário Acadêmico 2014.1 e 2014.2 - Miracema e Tocantinópolis;
- 14-2014 – Calendário Acadêmico Vigente Arraias, 1º e 2º semestres de 2014 (Revogada pela Resolução n.º 15-2014);
- 15-2014 – Calendário Acadêmico 2014.1 e 2014.2 - migração de Arraias para Miracema e Tocantinópolis;
- 16-2014 – Calendário Acadêmico PARFOR 2015.1 e 2015.2 da UFT;
- 17-2014 – Normativa para seleção de profissionais da saúde como preceptores;
- 18-2014 – Calendário Acadêmico de Medicina, 9ª e 10ª turmas, câmpus de Palmas;
- 19-2014 – Alteração da Resolução CONSUNI 07-2010 e 26-2010 - Auxílio a discentes da UFT;
- 21-2014 – Manual de documentos oficiais da UFT;
- 22-2014 – Honoris Causa Sr. Hamilton Pereira da Silva;
- 23-2014 – Regimento Interno da AUDIN da UFT;
- 24-2014 – Regimento da Editora da UFT - EDUFT Revoga a Resolução CONSUNI n.º 14-2010;

- 26-2014 – Eleições para Coordenador e Coordenador Substituto, biênio 2015-2017, Alterada pela Resolução CONSU-NI 04-2015.

Das matérias aprovadas no Conselho Universitário destacam-se as iniciativas de apoio a pesquisa, o prêmio Hilton Japiassu e a Concessão de Bolsas Programa Institucional de Produtividade em Pesquisa.

#### *4.1.2. Participação da Comunidade Acadêmica na Gestão*

O modelo de gestão da universidade está pautado na decisão colegiada. As decisões são tomadas nos conselhos superiores (CONSUNI E CONSEPE), conselho diretor do câmpus e colegiados de cursos.

#### *4.1.3. Escolha de Reitor, Diretores e Coordenadores*

O processo de escolha para reitor, diretores e coordenadores ocorre conforme regulamenta a Lei nº 9.192/1995 e o Decreto 1.916/1996, que estabelece consulta pública à comunidade universitária e submissão de lista ao Presidente da República, no caso do reitor. Quanto aos diretores de câmpus e coordenadores ocorre o mesmo procedimento, quando o colegiado local realiza a consulta junto à comunidade universitária, prepara a lista tríplice na forma da lei e a envia às autoridades competentes para nomeação, neste caso o reitor.

Sobre este processo, no âmbito da UFT é lícito pontuar o respeito, por parte das autoridades, da lista apresentada com a nomeação dos nomes escolhidos pela maioria, resguardado assim o princípio da participação e da democracia.

## **4.2. Políticas de pessoal**

O objetivo dessa seção é apresentar informações acerca das ações executadas pela UFT durante o ano de 2014 no que diz

respeito às políticas de pessoal, às carreiras do corpo docente, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho evidenciadas nos relatórios de gestão da instituição.

A UFT foi inicialmente formada por docentes e técnicos administrativos oriundos da Universidade do Tocantins (UNITINS) que contribuíram no seu processo de constituição. Ao final de 2014 o número de docentes e técnicos encontrava-se de acordo com o quadro a seguir:

**Quadro 11** – Relação de servidores por câmpus da UFT - 2014

	<b>câmpus</b>	<b>Funcionário</b>	<b>Total por categoria</b>	<b>Total por câmpus</b>
1	Araguaína	Docentes	196	320
		Técnicos	124	
2	Arraias	Docentes	43	78
		Técnicos	35	
3	Gurupi	Docentes	87	154
		Técnicos	67	
4	Porto Nacional	Docentes	94	150
		Técnicos	56	
5	Miracema	Docentes	35	59
		Técnicos	24	
6	Palmas	Docentes	437	615
		Técnicos	178	
7	Tocantinópolis	Docentes	38	66
		Técnicos	28	
8	Reitoria	Docentes	3	284
		Técnicos	281	
TOTAL		Docentes	933	1726
		Técnicos	793	

Fonte: DDH/UFT (2014).

#### 4.2.1. Política de pessoal para o corpo docente

As políticas de pessoal para o corpo docente da universidade são definidas pela Lei 12.772/2012, que dispõe sobre a

estruturação do plano de carreiras e cargos de magistério federal. No âmbito da UFT, está em fase de discussão a alteração da Resolução CONSUNI nº 01/2011 que dispõe sobre as normas para a avaliação de desempenho docente no estágio probatório e, para fins de progressão e promoção na carreira da Universidade Federal do Tocantins.

### Perfil, regime de trabalho e titularidade dos docentes da UFT

O corpo docente da UFT é constituído de 933 professores efetivos, 54 professores substitutos e 26 professores voluntários.

A distribuição do corpo docente em relação ao nível de formação e jornada de trabalho pode ser visualizada no quadro a seguir.

#### Quadro 12 – Docentes da UFT: titularidade e regime de trabalho

PROFESSORES EFETIVOS EM 2014					
JORNADA DE TRABALHO	NÍVEL DE FORMAÇÃO				
	Doutores	Mestres	Especialistas	Graduação	TOTAL
DEDICAÇÃO EXCLUSIVA (DE)	438	320	11	0	769
40H	14	43	15	0	72
20H	9	33	50	0	92
<b>TOTAL</b>	<b>461</b>	<b>396</b>	<b>76</b>	<b>0</b>	<b>933</b>
PROFESSORES SUBSTITUTOS EM 2014					
JORNADA DE TRABALHO	NÍVEL DE FORMAÇÃO				
	Doutores	mestres	Especialistas	Graduação	TOTAL
40H	3	19	12	10	44
20H	0	5	3	2	10
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>24</b>	<b>15</b>	<b>12</b>	<b>54</b>

Fonte: DDH/UFT, 2014.

Verifica-se, pelos dados apresentados no Quadro 13, que a formação do corpo docente de efetivos da UFT tem elevado número de doutores e mestres 857 (91,85%) e a maioria trabalha em regime de dedicação exclusiva 769 (81,24%).

**Quadro 13** – Números proporcionais de docentes efetivos

DOCENTES EFETIVOS	2013		2014	
	Nº	%	Nº	%
DOUTORES	417	47,22%	461	49,41%
MESTRES	402	45,57%	396	42,44%
ESPECIALISTAS	64	7,24%	76	8,15%
<b>TOTAL</b>	<b>883</b>	<b>100%</b>	<b>933</b>	<b>100%</b>

Fonte: DDH/UFT, 2014.

As informações acima evidenciam o comparativo da titularidade dos docentes no período de 2013 e 2014. Comparando os dados atuais (2014) com os do ano anterior (2013) verifica-se um aumento no quantitativo de doutores. A UFT contava com 417 docentes doutores (CPA, 2013) e passou a ter no seu quadro 461 docentes doutores no ano de 2014.

### Política de Inclusão para docentes com deficiência

A implantação da Política de Acessibilidade e Inclusão da UFT(PAEI/UFT), objetiva desenvolver um conjunto de ações articuladas com todos os câmpus para efetivar de maneira mais intensa a acessibilidade e inclusão das pessoas e servidores com deficiência no âmbito da UFT. A Universidade Federal do Tocantins instaurou esse Programa em consonância com o que prevê a Constituição Federal, especificamente no Art. 37, VIII e a Lei n. 8.112/90, Art. 5º, § 2º, a qual estabelece que deverá ser reservado o percentual de até 20% das vagas oferecidas no concurso às pessoas com deficiência. Considerando que o número de profissionais com deficiência que têm prestado concursos públicos para atuar na universidade tem crescido, tornou-se imperativo a realização de concurso público para tradutores e intérpretes de

libras. Compra de equipamentos, tecnologia assistiva e mobiliários adequados, que atendam as pessoas com deficiência e oficinas de formação para os professores dos cursos de graduação sobre a política de inclusão e o papel da universidade nesse processo. Hoje a UFT possui em seu quadro um docente com surdez, lotado no curso de Pedagogia no câmpus de Arraias, que ministrou de 22/01 a 20/04/2014 o curso de Extensão em Libras.

#### 4.2.1.1. Política de desenvolvimento na carreira docente

O desenvolvimento na carreira de Magistério Superior ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

A progressão é a passagem do servidor docente para o nível de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe. Para a concretização dessa ação o docente deve ter cumprido o interstício de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício em cada nível e, ao mesmo tempo, ter sido aprovado na avaliação de desempenho e possuir o título exigido para a Classe desejada. Os docentes aprovados no estágio probatório do respectivo cargo poderão ter sua promoção acelerada desde que apresente a titulação necessária para tal ascensão.

Os cursos de graduação da UFT, nas reuniões mensais de colegiado, avaliam de forma contínua seus docentes. Com esta avaliação busca-se aperfeiçoar a prática pedagógica e didática, assim como melhorar as condições estruturais de trabalho. Nessa avaliação são levantados diversos problemas, tais como a estrutura física, os recursos multimeios, a metodologia de ensino, a didática dos professores, carga horária, horário das aulas, relação aluno x professor, dificuldades metodológicas, dentre outros.

#### **Avaliação de desempenho do docente em estágio probatório**

A avaliação do docente em estágio probatório (36 meses), prevista na Resolução CONSUNI nº 1/ 2011, é realizada e acompanhada pelas seguintes comissões: Comissão de Avaliação (CAV); Comissão de Operacionalização de Avaliação Docente (COAD);

Comissão de Avaliação do câmpus (CAC) e pelo Conselho Diretor do câmpus. Nesse período o docente passa por duas avaliações: a primeira aos 18 meses de efetivo exercício e a segunda aos 30 meses. Nessa avaliação são considerados a assiduidade, a disciplina, o desempenho didático-pedagógico, a capacidade de iniciativa, produtividade, responsabilidade, adaptação, análise dos documentos que comprovam as atividades desenvolvidas e avaliação pelos discentes.

No ano de 2014 a CAV fez o acompanhamento, a orientação e a operacionalização de 64 (sessenta e quatro) avaliações de estágio probatório docente.

### **Avaliação de desempenho do docente para progressão**

A avaliação do docente para progressão, prevista na Resolução CONSUNI nº 1/ 2011 obedecerá o critério de produtividade e se subdivide em horizontal e vertical. Nessa avaliação são consideradas as atividades desenvolvidas no ensino, na pesquisa e na extensão, desde que devidamente comprovados.

No ano de 2014 a CAV fez o acompanhamento, a orientação e a operacionalização de 163 (cento e sessenta e três) processos de progressão e promoção docente.

#### **4.2.1.2. Política para formação do corpo docente**

A Pró-Reitoria de Graduação da Fundação Universidade do Tocantins tem promovido encontros, seminários e debates abordando temas diretamente ligados ao fazer pedagógico e da gestão dos cursos de graduação, conforme agenda programada, para docentes e coordenadores de câmpus.

Em 05 de dezembro de 2014 realizou capacitação aos docentes que estavam exercendo a função de coordenador sobre o módulo acadêmico do SIE e protocolo eletrônico. Essa capacitação envolveu também os técnicos administrativos. O total de servidores inscritos foi 82. A DIRCA também realizou treinamento com os coordenadores dos cursos selecionados para realização do ENADE.

Com objetivo de capacitar professores da UFT para participarem como formadores, tutores e conteudistas dos cursos mediados por tecnologia na instituição, foram ofertados pela Diretoria de Tecnologias Educacionais (DTE) em 2013/2014 cursos voltados especificamente para a qualificação de profissionais para a EAD, Gestão e Planejamento de cursos a distância (120h), voltado estrategicamente aos coordenadores de cursos da UAB, curso Produção de Material didático impresso para EaD (120h), que visa aperfeiçoar o trabalho dos professores conteudistas dos cursos à distância da UFT e o curso Formação de tutores para a UAB (120h).

A Diretoria de Programas Especiais em Educação (DPEE) tem como objetivo o fortalecimento do ensino nos cursos de graduação e por isso é responsável pelas atividades de aperfeiçoamento docente. Em 2014 foi implantado o curso Programa de Formação Docente Continuada (PROFOR).

### **Qualificação dos docentes**

Existe o Plano de Formação Docente (PLANFOR) que é organizado segundo exigências e critérios da CAPES para execução da política de qualificação docente. O PLANFOR é constituído a partir dos Planos de Qualificação e Formação Docente (PQFD) de cada curso, de acordo com a Resolução CONSEPE 07/2012 e tem por fundamento a organização da qualificação docente. O programa recebe apoio em forma de bolsas da CAPES, por meio do Programa de Formação Doutoral (PRODOUTORAL), que no ano de 2014 concedeu 10 bolsas e 10 auxílios moradias aos docentes que estão afastados e cursando doutorado dentro do planejamento instituído pelo PLANFOR.

A UFT possui um fluxo regular de afastamentos de docentes para aperfeiçoamento/qualificação em diversos programas, tais como o DINTER, MINTER, programas da própria IES e de outras regiões do país. Os afastamentos são realizados de acordo com o prescrito no PQDF de cada curso. Portanto, esta política de incentivo da UFT está permitindo a obtenção de maiores índices de qualificação do seu corpo docente, o qual corresponde a um dos indicadores de desempenho requisitados pelo Ministério da Educação.

#### 4.2.2. Política de pessoal para o corpo técnico administrativo

De acordo com dados da diretoria de desenvolvimento humano, a UFT possui em seu quadro 716 servidores técnico-administrativos. Deste total, 47% são especialistas, 11% são mestres ou doutores, como apresentado na tabela a seguir:

**Quadro 14** – Titulação dos servidores técnico-administrativos

Nível de escolaridade	2013	2014
Doutores	2	4
Mestres	59	77
Especialistas	336	361
Superior completo	113	201
Nível médio ou técnico	103	117
Nível fundamental	2	1
<b>Total</b>	<b>615</b>	<b>761</b>

Fonte: GDH/Tocantinópolis-UFT, 2014.

Observa-se, pelos dados do quadro 14, que no último ano houve um aumento de 146 servidores. Destes, aumentou em 100% o número de doutores e em 8 % o número de servidores com superior completo.

##### 4.2.2.1. Desenvolvimento da carreira dos técnicos-administrativos

As ações de desenvolvimento visam o crescimento do servidor enquanto sujeito no processo de trabalho e na carreira, através da movimentação de pessoal e do desenvolvimento na carreira. O desenvolvimento na carreira visa a qualificação do processo de trabalho, considerando sua natureza dinâmica e o cumprimento da função social da Instituição, constituindo-se em perspectiva funcional que tenha como parâmetros o planejamento, o desenvolvimento institucional e a realização profissional dos trabalhadores.

### **Ações de movimentação de pessoal**

- a) Remoção interna.
- b) Remoção por saúde.

### **Ações de desenvolvimento da carreira**

- a) Avaliação dos servidores técnico-administrativos em estágio probatório.

A resolução do Conselho Universitário nº 02/2011 dispõe sobre regulamentação da avaliação dos servidores técnico-administrativos no período de estágio probatório, em conformidade com o estabelecido na Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990 e a Lei nº 12.772 de 28 de novembro de 2012.

No ano de 2014, a Comissão de Avaliação e Validação (CAV) fez o acompanhamento, a orientação e a operacionalização de 116 (cento e dezesseis) avaliações de estágio probatório de técnico administrativo.

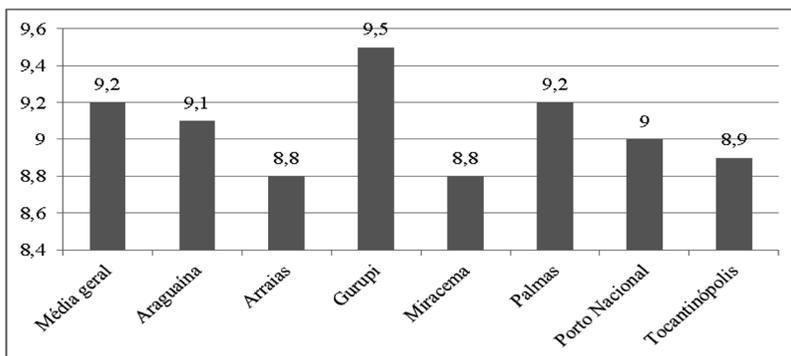
- b) Avaliação de desempenho dos servidores técnico-administrativos na carreira.

A avaliação do servidor técnico-administrativo na carreira é regulamentada pelo Programa de Avaliação de Desempenho dos Servidores Técnico-Administrativos da UFT, por meio da Resolução do CONSUNI, nº 16/2009, visando a atender a Lei nº 11.091/05, Art. 3º IX e Decreto nº 5.825/06, Art. 3º VII e Art. 8º, 9º e 10.

Segundo a Diretoria de Desenvolvimento Humano (DDH), o Processo de avaliação é realizado através de formulários que são disponibilizados para preenchimento *on line*, na Intranet. O processo é realizado em dois níveis: operacional e gerencial.

Quanto aos Resultados da Avaliação de Desempenho 2014, o relatório da DDH apresenta diferentes gráficos dos resultados da avaliação dos servidores técnico-administrativos realizados em 2014. A pesquisa abrangeu os servidores de todos os câmpus e da Reitoria. O gráfico 04 ilustra o resultado geral:

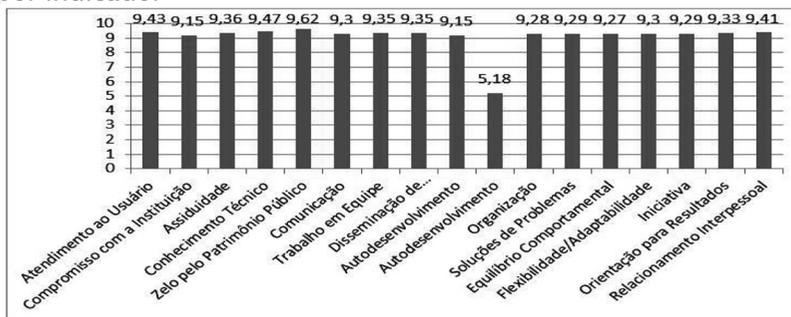
**Gráfico 04** – Desempenho dos servidores técnico-administrativos por câmpus



Fonte: DDH/UFT, 2014.

Foram utilizados os indicadores de nível operacional e, de acordo com a DDH, o resultado médio do desempenho dos servidores da UFT ficou em 9,2. A unidade administrativa que apresentou maior nota foi o câmpus de Gurupi, que ficou com 9,5. Já os câmpus de Arraias e Miracema ficaram com as menores médias avaliativas 8,8. O gráfico demonstra o desempenho por indicador em nível operacional.

**Gráfico 05** – Desempenho dos servidores técnico-administrativos por indicador



Fonte: DDH/UFT, 2014.

#### 4.2.2.2. Política para Formação dos Servidores

A formação dos servidores docentes da UFT é vista pela DDH como um conjunto de ações que busca de forma contínua qualificar e capacitar seus servidores. A qualificação visa proporcionar ao servidor conhecimentos teóricos e técnicos por meio de processos educativos formais, como a graduação, especialização, mestrado e doutorado, tendo em vista o planejamento institucional e o desenvolvimento do servidor na carreira. A capacitação visa preparar o servidor para desempenhar melhor suas funções pela atualização, complementação e aprofundamento dos conhecimentos já adquiridos, tendo em vista as inovações conceituais, tecnológicas e metodológicas.

As ações de formação tem como público-alvo os servidores, os Técnico-Administrativos da UFT, embora a maior adesão às atividades seja do corpo administrativo.

#### **Ações de Capacitação**

A capacitação é uma ação que contribui para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais nas questões relativas à gestão administrativa e, ao mesmo tempo, fornece aos servidores oportunidade para desenvolver habilidades e atitudes para um melhor desempenho das suas atividades, valorizando aqueles que participam das iniciativas inovadoras e que buscam conhecimento para melhor desempenho de suas funções.

Sobre a política de formação dos servidores, a DDH informa que segue as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, que focaliza o incentivo e o apoio ao servidor público em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais.

Segundo a DDH, foram consideradas prioritárias para a formação do servidor no âmbito da UFT as seguintes áreas: Tecnologia da Informação, Gestão Administrativa e Financeira, Gestão Acadêmica, Desenvolvimento Humano, Políticas Públicas para o Ensino Superior e Planejamento.

A capacitação poderá ser feita por meio das seguintes modalidades: capacitação interna - eventos de curta duração realizados dentro da Instituição, na forma de treinamento e Capacitação Externa - eventos de curta duração realizados fora da instituição na forma de estágio profissional, como visitas técnicas, cursos, congressos, encontros, seminários, fóruns, mesas-redondas, palestras, oficinas ou similares, com a finalidade de formar multiplicadores do conhecimento na Instituição.

A capacitação interna foi o foco de trabalho no ano de 2014, em virtude da necessidade de internamente promover disseminação de conhecimentos e a prática de integração dos câmpus, nivelamento de conhecimento entre os responsáveis pelas áreas dos diversos câmpus. Esta ação está inserida nas ações para o desenvolvimento dos servidores, A DDH apresenta o projeto Servidor Multiplicador, cujo objetivo é “angariar propostas junto aos servidores com a finalidade de promover-lhes a capacitação técnica e administrativa e promover a melhoria nos níveis de produtividade, qualidade e satisfação dos usuários, estabelecendo um clima de confiança, cooperação e humanização das ações institucionais”. Nesse projeto os servidores participam de edital para serem instrutores dos cursos nas áreas específicas de sua área de formação ou de sua atuação na universidade. Durante o período de 2014 foram ministrados cursos de curta duração nas mais diversas áreas do conhecimento.

No total foram oferecidas mais de 598 vagas nos cursos de capacitação oferecidos pela Coordenação de Formação e Desenvolvimento.

### **4.3. Sustentabilidade financeira**

A presente dimensão trata da sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior. A Universidade Federal do Tocantins tem como mantenedor o Ministério da Educação (MEC). Nesse sentido, cabe a este garantir recursos financeiros e orçamentários para o pleno funcionamento da instituição.

### 4.3.1. Orçamento da UFT

A UFT, assim como as demais universidades públicas federais, tem no Governo a sua principal fonte de financiamento. Além disso, a instituição também conta com a receita proveniente de arrecadação de recursos próprios, mediante realização de concursos e outras prestações de serviços. A proposta orçamentária da UFT foi elaborada em consonância com os limites orçamentários definidos pelo MEC, para o exercício de 2014, e com as bases do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2011-2015.

As fontes de recursos que sustentam as IFES são divididas em recursos oriundos do tesouro nacional, recursos diretamente arrecadados (recursos próprios), descentralizações de órgãos que compõem a esfera federal e aqueles provenientes de convênios e contratos com organismos públicos ou privados. Os recursos do tesouro são distribuídos em programas e ações que contemplam as despesas constitucionalmente obrigatórias, seja pagamento de pessoal, benefícios e as discricionárias com vistas a financiar a manutenção das atividades do órgão e investimento para aquisição de bens e/ou edificações.

Os recursos disponibilizados para a instituição são distribuídos pela Matriz ANDIFES, na qual são calculados a partir do número de cursos, área de conhecimento do curso, número de discentes ingressantes e concluintes, dentre outras variáveis.

### Análise da Matriz ANDIFES

A Matriz Andifes utilizada pelo governo federal para alocação de recursos de custeio estabelece a seguinte fórmula:

$$Nfte_{(G)} = \left\{ [N_{di} * D * (1 + R)] + \left[ \frac{N_i - N_{di}}{4} * D \right] * D \right\} * BT * BFS * PG$$

Onde:

$Nfte_{(G)}$  = número de alunos equivalente (graduação)

$N_{di}$  = número de diplomados

$N_i$  = número de ingressantes

$D$  = duração média do curso

$R$  = coeficiente de retenção

BT = bônus por turno noturno

BFS = bônus por curso fora de sede

PG = peso do grupo

Cálculo do aluno equivalente para o mestrado e doutorado:

$$Nfte_{(m)} = NM * FMD * PG$$

$Nfte_{(m)}$  = número de alunos equivalente do mestrado

NM = número de alunos matriculados e efetivos do mestrado

FMD = fator de tempo dedicado a cursar disciplinas no mestrado

PG = peso do grupo

Analisando-se as fórmulas é possível verificar que a alocação de recursos pelo governo é influenciada fortemente pelo número de concluintes, pela duração média do curso e pela retenção do curso.

A política de captação e alocação destes recursos é apresentada no quadro a seguir:

**Quadro 15 – Política de Captação e Alocação de Recursos**

	<b>POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DOS RECURSOS</b>	<b>ALOCAÇÃO DOS RECURSOS</b>
1 – Tesouro Nacional	Previsão no PPA do valor necessário ao ano em referência; levantamento das necessidades de recursos da UFT; solicitação e negociação do orçamento junto ao MEC.	Despesas de custeio e investimento das áreas de execução orçamentária da UFT.
2 – Próprios	Realização de concursos públicos, concessão de direito a uso de espaços da UFT.	Despesas das áreas de execução orçamentária da UFT.
3 – De outros órgãos	Acordos entre as Pró-Reitorias da UFT e órgãos de fomento ou órgãos que gerem projetos e planos de interesse do governo.	Despesas de custeio e/ou de investimento da área de execução orçamentária à qual foram destinados os recursos descentralizados, de acordo com a finalidade do projeto/plano.
4 – Emendas	Emenda apresentada por deputados e senadores com a participação da Universidade.	Despesas de custeio e/ou de investimento da área de execução orçamentária à qual foram destinados os recursos da emenda, de acordo com a finalidade do acordo.

#### 4.3.2. Execução Orçamentária

A execução do orçamento da UFT está dividida em dois grupos de natureza de despesa: despesas correntes e despesas de capital. As despesas correntes são aquelas associadas ao custeio da estrutura administrativa da universidade, tais como despesas com pessoal, despesas continuadas para garantir o funcionamento da universidade e despesas para financiar os programas institucionais. As despesas de capital são aquelas que estão associadas aos investimentos em bens de capital, construções e reformas em edificações.

Na condição de mantenedor das universidades públicas federais, o MEC aloca parte dos recursos de custeio e capital por meio de um modelo de partição de recursos (Matriz Andifes). Para tanto, o MEC usa como principal critério de distribuição o número de alunos equivalentes. Segundo esse modelo de distribuição de recursos, a universidade que tem o maior número de alunos equivalentes recebe uma maior fatia do orçamento da união destinada para a manutenção do ensino superior.

**Quadro 16 - Orçamento da UFT 2014**

DISCRIMINAÇÃO DOS RECURSOS PARA UFT	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA 2014			%
	CUSTEIO	CAPITAL	TOTAL	
Previdência de inativos e pensionistas da união	910.000,00		910.000,00	0,37
Educação básica	4.377.080,00		4.377.080,00	1,78
Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica	4.377.080,00		4.377.080,00	1,78
Educação superior - graduação, Pós-Graduação, ensino, pesquisa e extensão	43.770.507,00	48.850.959,00	92.621.466,00	37,71
Fomento às ações de graduação, Pós- Graduação, ensino, pesquisa e extensão (PROEXT)	1.000.291,00	366.237,00	1.366.528,00	0,56
Funcionamento e modernização de instituições federais de ensino superior	39.695.504,00		39.695.504,00	16,16
Matriz Andifes	33.783.346,00		33.783.346,00	13,75
Recursos próprios	3.971.063,00		3.971.063,00	1,62
PASEP	1.141.095,00		1.141.095,00	0,46
Emenda - universidade da maturidade (UMA)	400.000,00		400.000,00	0,16
Emenda - Hospital Veterinário de Araguaína	400.000,00		400.000,00	0,16

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - UFT (ANO 2014)

DISCRIMINAÇÃO DOS RECURSOS PARA UFT	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA 2014			%
	CUSTEIO	CAPITAL	TOTAL	
Reestruturação e modernização de instituições hospitalares federais		6.300.000,00	6.300.000,00	2,56
Assistência ao estudante de ensino superior (PNAES)	3.074.712,00	5.648.479,00	8.723.191,00	3,55
Reestruturação e expansão de instituições federais de ensino superior		36.536.243,00	36.536.243,00	14,88
Reestruturação e expansão de instituições federais de ensino superior		19.738.717,00	19.738.717,00	8,04
Emenda - reestruturação e expansão de instituições federais de ensino superior fonte 100		16.797.526,00	16.797.526,00	6,84
Programa de gestão e manutenção do ministério da educação	147.711.209,00	0,00	147.711.209,00	60,14
Pessoal e encargos sociais	136.899.172,00		136.899.172,00	55,74
Benefícios aos servidores	10.396.037,00		10.396.037,00	4,23
Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação	416.000,00		416.000,00	0,17
<b>TOTAL</b>	<b>196.768.796,00</b>	<b>48.850.959,00</b>	<b>245.619.755,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento/ UFT, 2014.

Em 2014, a UFT contou com um orçamento da ordem de R\$ 283.088.177,68 (duzentos e oitenta e três milhões de Reais), incluindo-se recursos provenientes de emendas parlamentares no valor de R\$ 17.597.526,00 (dezesete milhões), correspondendo a 6,21% do total; R\$ 5.812.227 (cinco milhões) de Recursos Próprios, representando 1,91% do total; e R\$ 10.056.400,68 (dez milhões) de recursos oriundos de descentralizações recebidas, ou seja, 3,55%, considerando os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA) e os créditos suplementares liberados no decorrer do exercício.

A Ação Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica tem como objetivo promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.

A ação Funcionamento e Modernização de Instituições Federais de Ensino Superior tem grande peso na execução orçamentária da UFT, isso porque o crédito orçamentário dessa ação é alocado nas principais despesas de manutenção da instituição, como manutenção dos serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos, pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais, manutenção de infraestrutura física, por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente, aquisição e/ou reposição de acervo bibliográfico, veículos e transporte escolar, capacitação de recursos humanos, prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas, bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

A Ação Fomento às Ações de Graduação, Pós- Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão (PROEXT) tem o objetivo de apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para

fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando o desenvolvimento sustentável do Brasil. As principais despesas realizadas com essa ação são concessão de bolsas auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantindo a equidade étnico-racial e de gênero.

A ação Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais, teve a dotação orçamentária de R\$ 6.300.000,00. A universidade conta com dois cursos de medicina, um já implantado desde 2007 no câmpus de Palmas e outro que já foi criado e está em fase de implantação no câmpus de Araguaína. Em 2014 a UFT aderiu por meio de contrato com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), cuja função básica é gerenciar os hospitais universitários. Ainda foi ampliada a infraestrutura física do câmpus.

A ação Assistência ao Estudante de Ensino Superior tem como objetivo garantir a permanência e o sucesso dos alunos com vulnerabilidade social que ingressam na universidade. Os recursos alocados na ação foram destinados ao pagamento de bolsas de assistência estudantil para garantir a permanência do aluno e evitar com isso a evasão escolar, para pagamento de transporte para participação dos alunos em eventos acadêmicos e para o estímulo ao esporte e cultura. Além disso, o recurso de capital foi utilizado para a aquisição de mobiliário para a casa dos estudantes e aquisição de transporte escolar para a UFT. Tais ações proporcionam ao aluno, principalmente aqueles com baixa renda, uma convivência universitária que os motivam a permanecer na instituição e concluir com sucesso o seu curso de graduação.

A ação Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior trata do apoio a planos de reestruturação e expansão, elaborados pelas instituições federais de ensino superior. O Reuni é o programa do governo federal de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais brasileiras, parte

integrante de um conjunto de ações do Governo Federal no plano de desenvolvimento de educação do MEC. Foi instituído pelo Decreto Presidencial 6.096, de 24 de abril de 2007, com o objetivo de dar às instituições condições de expandir o acesso e garantir condições de permanência no ensino superior.

Ao lado da ampliação do acesso, com o melhor aproveitamento da estrutura física e do aumento do contingente de recursos humanos existente nas universidades federais, está também a preocupação de garantir a qualidade da graduação da educação pública.

A partir do plano apresentado, cada universidade receberá investimentos para a aplicação em ações como contratação de professores e servidores administrativos, recuperação e construção de instalações físicas e aquisição de equipamentos para laboratórios, salas de aula, bibliotecas, ambientes de professores e órgãos administrativos.

Por último, a ação Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação tem por objetivo a realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

#### 4.3.2.1. Despesas Continuadas

As despesas continuadas são despesas obrigatórias de caráter continuado, são aquelas provenientes da manutenção da instituição, tais como: energia, vigilância e limpeza.

Os valores apresentados no quadro a seguir representam o que foi executado no ano de 2014.

**Quadro 17 - Despesas continuadas por câmpus**

2014	
Câmpus	Valor das Despesas Continuadas
Araguaína	R\$ 6.165.668,21
Arraias	R\$ 1.546.994,42
Gurupi	R\$ 3.739.214,60
Miracema	R\$ 1.368.523,45
Palmas	R\$ 7.869.603,99
Porto Nacional	R\$ 2.947.498,57
Tocantinópolis	R\$ 1.307.913,60
Administração Superior	R\$ 11.307.556,67
Total	R\$ 36.252.973,50

Fonte: Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento/ UFT, 2014.

A evolução da Execução das Despesas Continuadas de toda a Universidade no período de 2009 a 2013 pode ser visualizada no quadro a seguir:

**Quadro 18 - Evolução Aproximada da Execução das Despesas Continuadas por Ano**

EXECUÇÃO ANO	2009	2010	2011	2012	2013
Valor executado (R\$)	11.802.640,69	14.249.701,72	16.940.893,76	22.678.739,75	29.227.780,28
Taxa de crescimento para o ano (%)*		20,73	18,89	33,87	28,88
Taxa de crescimento acumulada do período (%)		20,73	43,53	92,15	147,64

Fonte: Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento/ UFT, 2014.

Percebe-se que essas despesas crescem em média 25% ao ano, uma taxa muito elevada, considerando que os recursos orçamentários não têm a mesma taxa de crescimento. Para que haja expansão da despesa de caráter continuado é necessário que o aumento não afete as metas de resultados fiscais, sendo necessária a compensação pelo aumento permanente de receita ou conter o crescimento da despesa corrente com o controle das despesas obrigatórias.

#### 4.3.2.2. Despesas de Capital

As despesas de capital são aquelas que estão associadas aos investimentos em bens de capital, construções e reformas em edificações.

A alocação dos recursos de capital foi feita visando a atender às demandas dos câmpus da universidade e teve como fundamentação as atividades de ensino, pesquisa e extensão. O valor total de obras previstas (licitadas) para os Câmpus (um pouco mais de noventa milhões), está apresentado no quadro e mostra o recurso de capital que foi executado (empenhos liquidados) no exercício de 2014.

Do total executado (R\$ 33.455.874,01) há um valor de R\$ 14.784.301,79 referentes à Lei Orçamentária de 2013, que foi liquidado no exercício de 2014. Este recurso oriundo de emenda parlamentar foi liberado findando o exercício de 2013.

#### Quadro 19 – Investimentos em infraestrutura nos câmpus em 2014

Câmpus	Total
Araguaína	R\$ 9.324.391,17
Arraias	R\$ 3.742.494,77
Gurupi	R\$ 6.169.682,48
Miracema	R\$ 2.127.900,84
Palmas	R\$ 609.974,14
Porto Nacional	R\$ 4.542.249,63

## RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - UFT (ANO 2014)

<b>Câmpus</b>	<b>Total</b>
Tocantinópolis	R\$ 2.112.166,31
Reitoria	R\$ 4.817.011,40
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 33.445.874,01</b>

Fonte: Pró - Reitoria de Avaliação e Planejamento, 2014.

O desempenho do período analisado demonstra o contínuo esforço da universidade e comunidade acadêmica para compatibilizar a sustentabilidade econômica e a qualidade acadêmica associada ao compromisso social, que sempre caracterizaram a instituição.



# Eixo 5

## Infraestrutura física

No Eixo “Infraestrutura Física” verificam-se as condições que a IES apresenta para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Esse Eixo contempla a dimensão 7 (Infraestrutura Física) do SINAES.

### **5.1 Expansão da infraestrutura física da universidade**

No ano de 2014 todos os sete câmpus da universidade possuíam obras em andamento, no total de 39 construções, incluindo um prédio especificamente detalhado para a instalação de biblioteca em cada câmpus, blocos de salas de aula e laboratórios, pavimentação, construção de obras do Plano Integrado, além da realização de reformas e melhoria dos prédios da instituição para dar melhores condições de trabalho para servidores e de aprendizagem para os estudantes. O valor de investimento em obras é de cerca de R\$100 milhões.

#### **Restaurante Universitário**

A UFT neste ano ganhou também dois Restaurantes Universitários (RUs) que funcionam nos câmpus de Palmas e Araguaína desde junho e agosto de 2014, respectivamente, com possibilidade de servir 2.500 refeições diárias. Para 2015, o câmpus de Gurupi terá

seu RU. Essas ações fazem parte da política de assistência estudantil da instituição e têm como finalidade fornecer refeições balanceadas, higiênicas e de baixo custo à comunidade universitária.

### **Hospital Universitário**

Outra grande conquista foi o lançamento da pedra fundamental para a construção do Hospital Universitário do Tocantins (HUFT), que contou com a doação do terreno pelo governo do estado. O HUFT será um hospital de nível 4, ou seja, um hospital que executa ações de saúde e atenderá casos de maior complexidade. A obra terá 34 mil metros quadrados de área construída, sendo 32 mil metros de área útil. O projeto conta com sete pavimentos mais o térreo. O local contará com 400 leitos e 48 ambulatórios. O hospital será construído em uma área próxima à Faculdade Católica do Tocantins, lote ao lado da Avenida Teotônio Segurado.

### **Pista de Atletismo**

A UFT ganhará uma pista de atletismo oficial. Está será a primeira pista nos padrões internacionais do estado. A obra foi licitada no valor de R\$ 7 milhões, com oito raias de 400 metros e área total mínima de 5.000 m<sup>2</sup>, além de um campo de futebol de grama nas medidas oficiais. As obras estão previstas para iniciar no começo de 2015.

### **Plano Integrado**

O Plano Integrado para Fortalecimento da Infraestrutura Urbanística, que será executado em todos os câmpus, visa integrar todos os prédios, melhorar a acessibilidade, iluminação externa, teremos um ambiente com paisagismo mais adequado e com espaços de convivência em recantos especiais. Este foi elaborado em parceria com docentes e estudantes dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Engenharias Civil e Ambiental para o câmpus de Palmas e a partir dele foi adaptado para os demais câmpus.

Somente no câmpus de Palmas cerca de 6,7 mil mudas de flores do tipo mini-ecsoria, espécimes de coqueiros, cajus e outras árvores frutíferas foram plantadas. O serviço se concentrou especialmente nas rotatórias e na entrada do câmpus, onde também está sendo executado o plantio de gramado. Além disso, segue a construção da passarela para pessoas com necessidades especiais e da ciclovia.

**Figura 5** – Plano integrado favorece a mobilidade nos câmpus



Foto: Vanessa Mesquita/DICOM.

**Figura 6** – Intervenções paisagísticas mudando a paisagem do ambiente universitário



Foto: Vanessa Mesquita/DICOM.

## **Obras de reestruturação da Escola de Medicina Veterinária**

As obras estão transformando a realidade da escola de medicina veterinária e zootecnia do câmpus da UFT em Araguaína.

As obras se referem à infraestrutura urbanística do câmpus, a construção do prédio 3P, a fábrica de ração e o aviário, ao sistema de preservação e distribuição de água, o complexo laboratorial e, a construção de uma biblioteca.

Estes investimentos em obras darão melhores condições para os cursos e, possibilitarão a expansão com novos cursos para a EMVZ.

## **Complexo Laboratorial do câmpus de Palmas**

Foram retomadas em janeiro de 2014 as obras de três dos seis prédios do complexo laboratorial do câmpus de Palmas, que estavam paradas desde 2012. Estas obras vão atender os cursos de Engenharia Civil, Comunicação Social/Jornalismo, Nutrição e Arquitetura e Urbanismo.

Além disso, ainda este ano deve ser realizada a licitação para a execução dos outros três prédios do complexo que irão contemplar os cursos de Artes, Filosofia, Engenharia Elétrica e Ciências da Computação.

## **Laboratórios e Salas de aula no câmpus de Gurupi**

Para o câmpus de Gurupi foi projetada a construção de um bloco de três pavimentos (3P) e a etapa de conclusão de dois complexos laboratoriais. Para o bloco de salas de aula o projeto prevê quatro auditórios no térreo com capacidade para 120 pessoas em cada auditório, 14 salas de aula no segundo piso e laboratórios no piso superior. A previsão é de que o prédio fique pronto até agosto de 2015.

Para o câmpus de Gurupi foi projetada a construção de um bloco de três pavimentos (3P) e etapa de conclusão de dois complexos laboratoriais. Para o Bloco de bloco de salas de aula, o

projeto prevê quatro auditórios para 120 pessoas cada no térreo, 14 salas de aula no segundo piso e laboratórios no piso superior. A previsão é de que o prédio fique pronto até agosto de 2015.

### **Nova sede para o Câmpus de Miracema**

A nova sede ficará localizada às margens da rodovia TO-342, próximo à rotatória de saída da cidade em direção a Miranorte. Com uma área total de 27 hectares, será construída em terreno doado à Universidade em setembro de 2013. O prédio 3P terá salas de aula, laboratórios, auditório e a área administrativa.

Além da construção do prédio, será concluído também a pavimentação asfáltica, a iluminação externa e passeios (calçadas) no novo câmpus, a construção da nova biblioteca, de 1,2 mil metros quadrados, no câmpus novo, e reformas gerais de manutenção nos prédios em uso atualmente.

### **Novo Câmpus Babaçu, em Tocantinópolis**

Teve início a construção do novo câmpus em Tocantinópolis, apelidado de “Câmpus Babaçu”. A biblioteca de 1,9 mil metros quadrados e um bloco de três pavimentos (3P) para salas de aula, auditórios e laboratórios serão os primeiros prédios a ficarem prontos na nova sede, localizada em um terreno de 25 hectares doado pela prefeitura na Vila Santa Rita.

Os valores investidos em infraestrutura segregados por câmpus são apresentados no quadro a seguir:

**Quadro 20 – Investimentos em infraestrutura por câmpus em 2014**

<b>Câmpus</b>	<b>Descrição da Obra</b>	<b>Valor</b>
<b>Miracema</b>	Construção de bloco padrão de salas de aula com 03 (três) pavimentos	R\$ 4.300.000,00
	Construção de edificação destinada a biblioteca	R\$ 3.114.516,97
	Plano integrado de fortalecimento da infraestrutura urbanística do câmpus - 1ª etapa	R\$ 595.000,00
<b>Porto Nacional</b>	Construção de edificação destinada a biblioteca no câmpus	R\$ 4.400.000,00
	Construção de bloco com 03 (três) pavimentos no câmpus	R\$ 6.647.266,44
	Plano integrado de fortalecimento da infraestrutura urbanística do câmpus - 1ª etapa	R\$ 1.369.900,00
<b>Gurupi</b>	Construção de biblioteca no câmpus	R\$ 4.590.000,00
	Construção de bloco com 03 (três) pavimentos no câmpus	R\$ 6.690.000,00
	Construção de 02 complexos laboratoriais - 2ª etapa	R\$ 2.000.000,00
	Construção de restaurante universitário - 2ª etapa	R\$ 1.629.999,90

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - UFT (ANO 2014)

<b>Câmpus</b>	<b>Descrição da Obra</b>	<b>Valor</b>
<b>Araguaína</b>	Construção de edificação destinada a biblioteca na unidade CIMBA	R\$ 4.580.000,00
	Construção do complexo laboratorial no câmpus	R\$ 1.000.000,00
	Construção de bloco com 03 (três) pavimentos no câmpus unidade Emvz	R\$ 4.620.000,00
	Construção de edificação destinada a biblioteca no câmpus unidade Emvz	R\$ 3.379.000,00
	Contratação de empresa especializada de projetos para o hospital universitário	R\$ 2.408.422,50
	Plano integrado de fortalecimento da infraestrutura urbanística do câmpus - 1ª etapa Unidade Emvz	R\$ 1.849.999,99
	Plano integrado de fortalecimento da infraestrutura urbanística do câmpus - 1ª etapa Unidade CIMBA	R\$ 716.000,00
<b>Palmas</b>	Plano integrado de fortalecimento da infraestrutura urbanística do câmpus - 1ª etapa	R\$ 3.911.000,00
	Elaboração do projeto do hospital universitário	R\$ 2.408.422,50
	Construção da 2ª etapa do complexo laboratorial no câmpus	R\$ 4.306.617,27

<b>Câmpus</b>	<b>Descrição da Obra</b>	<b>Valor</b>
<b>Arraias</b>	2ª etapa - construção de edificação destinada a biblioteca no câmpus	R\$ 3.294.501,32
	Construção de bloco com 03 (três) pavimentos no câmpus	R\$ 6.360.000,00
<b>Tocantinópolis</b>	Construção de edificação destinada a biblioteca no câmpus	R\$ 3.357.121,09
	Construção de bloco com 03 (três) pavimentos no câmpus	R\$ 4.450.000,00
<b>Reitoria</b>	Construção de edificação destinada à reitoria	R\$ 8.550.000,00
<b>Total:</b>		<b>R\$ 90.527.767,98</b>

Fonte: Prefeitura Universitária; 2014.

## 5.2 Bibliotecas

O Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins - UFT (SISBIB) é formado pelas bibliotecas dos câmpus de Palmas, Miracema, Porto Nacional, Gurupi, Arraias, Araguaína e Tocantinópolis.

O SISBIB tem como apoio administrativo um Comitê Gestor formado pelo coordenador geral das bibliotecas, pelos gerentes de bibliotecas dos câmpus e um discente indicado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE).

A finalidade do SISBIB é oferecer informações técnico-científicas à comunidade acadêmica por meio de seus acervos e instalações, como suporte aos programas de Ensino, Pesquisa e Extensão, possibilitando o acesso à informação armazenada e gerada na universidade à comunidade acadêmica e ao público em geral.

As bibliotecas estão todas informatizadas, funcionando de forma integrada e adotam o padrão Marc 21 para catalogação e a CDD para classificação. O sistema de gerenciamento do acervo adotado é o Sistema de Informação Para o Ensino (SIE) Módulo Biblioteca, software de gestão que integra todas as atividades administrativas e acadêmicas da universidade, possibilitando que todos os serviços sejam informatizados e o usuário passe a receber um melhor atendimento e uma diversidade de serviços e facilidades no acesso à informação. Tratando-se de uma universidade com várias bibliotecas com características e especificidades, de acordo com o câmpus a que está vinculada.

### *5.2.1. Política de Atualização, Manutenção e Expansão do Acervo das Bibliotecas*

Visando a manutenção e atualização do acervo bibliográfico, a universidade tem adquirido, sistematicamente, acervo bibliográfico para as 08 (oito) unidades que fazem parte do Sistema de Bibliotecas (SISBIB). A atualização do acervo bibliográfico é feita através da aquisição de listas solicitadas pelos cursos, considerando a proposta pedagógica dos mesmos e dando prioridade para as

bibliografias básicas e complementares dos cursos, constantes do Projeto Pedagógico de Curso, aprovados pelo CONSEPE e para os 14 novos que foram criados. Anualmente tem sido previsto orçamento para manutenção e atualização do acervo e aquisição da bibliografia básica e complementar de todos os cursos de graduação e pós-graduação.

No ano de 2014, foram priorizados na composição do acervo voltado para PPC's dos cursos novos, conforme quadro descritivo a seguir.

**Quadro 21 - Acervo adquirido por câmpus e por curso em 2014**

<b>Câmpus</b>	<b>Curso</b>	<b>Título</b>	<b>Ex</b>	<b>Valor</b>
Araguaína - CIMBA	Mestrado História Nacional	5	11	448,10
	Mestrado História Importado	7	18	2.422,52
<b>Araguaína - CIMBA Total</b>		<b>12</b>	<b>29</b>	<b>2.870,62</b>
Arraias	Pedagogia	3	12	273,40
	Educação do Campo Complementar	71	212	7.645,67
	Educação do Campo Básica	67	532	17.969,31
<b>Arraias Total</b>		<b>141</b>	<b>756</b>	<b>25.888,38</b>
Palmas	Ciências Econômicas	22	106	5.286,22
	Engenharia Ambiental	5	5	193,22
	Engenharia Civil	5	30	3.071,50
	Nutrição	6	37	2.124,15
	Matemática - PROFMAT	21	105	6.320,75
	Direito	5	14	528,89
	Mestrado em Modelagem Computacional	6	30	6.462,40
	Engenharia de Alimentos	1	4	151,20
	Mestrado em Educação	1	5	100,80

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - UFT (ANO 2014)

<b>Câmpus</b>	<b>Curso</b>	<b>Título</b>	<b>Ex</b>	<b>Valor</b>
	Mestrado em Ciências da Saúde	1	1	20,92
<b>Palmas Total</b>		<b>73</b>	<b>337</b>	<b>24.260,05</b>
Porto Nacional	Letras	33	277	9.587,53
	Mestrado Geografia Nacional	2	8	277,20
<b>Porto Nacional Total</b>		<b>35</b>	<b>285</b>	<b>9.864,73</b>
<b>Total Geral</b>		<b>261</b>	<b>1.407</b>	<b>62.883,78</b>

Fonte: SISBIB 2014.

### 5.2.2. Serviços Oferecidos pelas Bibliotecas do Sistema

- Acesso aos periódicos da CAPES;
- Consulta a bancos de dados nacionais e internacionais;
- Consulta ao acervo em geral;
- Consultas locais e *on line* ao acervo em geral;
- Elaboração de fichas catalográficas dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação da instituição eletronicamente;
- Empréstimo entre bibliotecas;
- Empréstimo institucional;
- Empréstimos domiciliares (informatizados) para alunos, servidores técnicos administrativos e professores da instituição devidamente regularizados;
- Expedição de carteiras de usuários pelo SIE/Biblioteca, após treinamento de usuários com relação ao regimento e regulamento das bibliotecas da UFT;
- Orientação sobre as normas de apresentação de trabalhos acadêmicos, conforme ABNT;
- Outros serviços especializados;

- Renovação de material bibliográfico *on line* por até 03(três) vezes desde que não haja reserva e deve ser realizada 01 (um) dia antes da data do vencimento para não gerar multa em caso de reserva do item, entre outros;
- Reserva de material bibliográfico *on line*, somente de material emprestado;
- Treinamento ao usuário com relação ao regimento e regulamento das bibliotecas da UFT;
- Visita orientada;
- *Wireless* nas bibliotecas.

# Eixo 6

## Análise dos Dados e das Informações

Neste espaço serão apresentados os dados e as informações a respeito das diversas fontes de dados utilizadas pela CPA/ UFT, sendo elas: consulta pública a relatórios das Pró-Reitorias, Diretorias e os relatórios produzidos pelas comissões setoriais de avaliação.

Através da análise destas informações serão apresentados os aspectos positivos e também os aspectos a aprimorar juntamente com as sugestões de ações a serem realizadas.

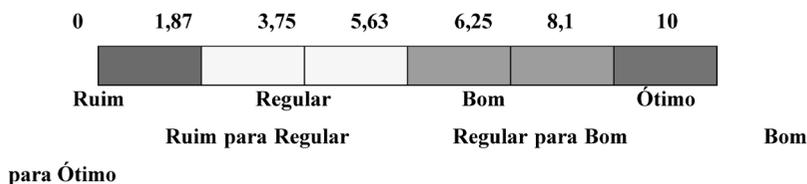
### 6.1. Análise da consulta pública

Os dados a seguir revelam a avaliação da comunidade universitária sobre aspectos referentes ao quarto eixo avaliativo, “Políticas de Gestão”.

A pesquisa foi realizada por meio de consulta eletrônica junto à comunidade universitária da UFT. Participaram discentes, docentes e técnicos administrativos da universidade em todos os câmpus, somando um total de 1195 (um mil, cento e noventa e cinco) participantes. O questionário foi aplicado entre os dias 13 de novembro de 2014 e 10 de fevereiro de 2015.

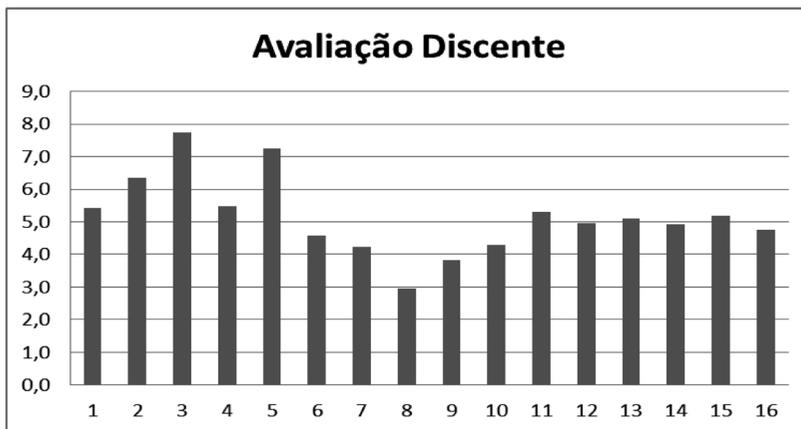
Na escala de graduação para avaliação foram utilizados 4 pontos: “muito bom”, “bom”, “regular”, “ruim” e “Não sei/ Não conheço”. Para a análise dos dados, esta graduação foi transformada em uma escala de 0 a 10 pontos, que resultou nos valores apresentados no gráfico abaixo:

## COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA



A avaliação realizada pelos discentes teve a participação de 940 alunos. Os itens avaliados pelo questionário dos alunos abordavam:

1. Relacionamento entre alunos e técnicos;
2. Relacionamento entre professores e alunos;
3. Formação do corpo docente;
4. Disponibilidade de atendimento aos discentes pelos docentes;
5. Domínio do conteúdo das disciplinas;
6. Funcionamento e autonomia dos conselhos;
7. Representatividade nos conselhos;
8. Participação dos alunos nos processos decisórios;
9. Conhecimento sobre os critérios de distribuição e aplicação dos recursos;
10. Aplicação dos recursos da universidade;
11. Funcionamento da Pró-Reitoria de Graduação;
12. Funcionamento da Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento;
13. Funcionamento da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura;
14. Funcionamento da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis;
15. Funcionamento da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação;
16. Funcionamento da Pró-Reitoria de Administração e Finanças.

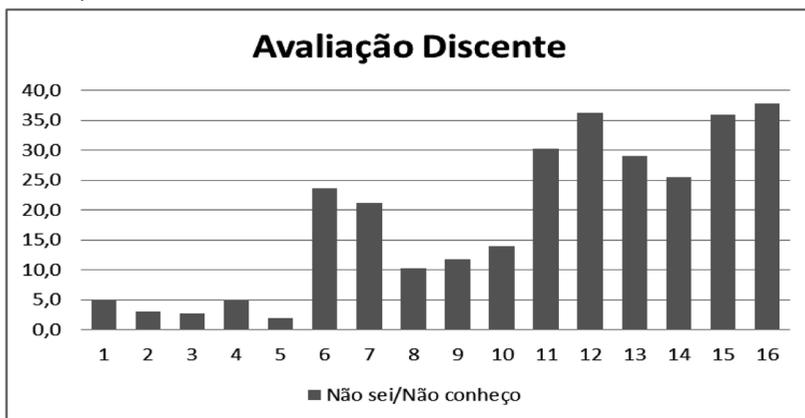
**Gráfico 06 - Médias das Respostas da Avaliação Discente**

Visualiza-se nos dados acima que os itens foram avaliados em uma maneira geral como regulares próximos a bom (valores médios iguais ou superiores a 5,0 pontos).

Merece atenção na avaliação a participação estudantil nos processos decisórios (item 8) como o item de mais baixa avaliação. Merece destaque a formação e o domínio do conteúdo do corpo docente como os itens melhores avaliados pelos estudantes.

Também foi avaliado o percentual de alunos que responderam a opção “Não sei/ Desconheço” em cada item. Os dados são apresentados no gráfico a seguir:

**Gráfico 07 - Percentual das Respostas Não sei/ Não Conheço da Avaliação Discente**



Visualiza-se, analisando a tabela, ser alto o índice de desconhecimento pelos alunos, em alguns casos chegando a quase 40%. Merece atenção os itens 11 a 16, referentes ao funcionamento das Pró-reitorias, o funcionamento e a representatividade nos Conselhos (itens 6 e 7).

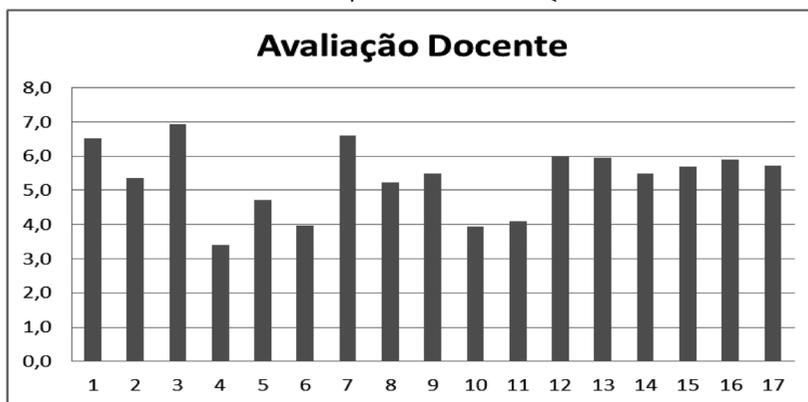
A avaliação realizada pelos docentes teve a participação de 109 docentes. Os itens avaliados pelo questionário dos alunos abordavam:

1. Respeito entre docentes, alunos e técnicos;
2. Relacionamento entre docentes;
3. Relacionamento dos docentes com os discentes;
4. Programas de assistência e melhoria da qualidade de vida;
5. Condições oferecidas pela UFT para o desenvolvimento docente;
6. Disponibilização de recursos para a execução das atividades;
7. Satisfação em relação ao seu trabalho na UFT;
8. Funcionamento e autonomia dos conselhos;
9. Representatividade nos conselhos;

10. Conhecimento sobre os critérios de distribuição e aplicação dos recursos;
11. Aplicação dos recursos da Universidade;
12. Funcionamento da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD);
13. Funcionamento da Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento (PROAP);
14. Funcionamento da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEX);
15. Funcionamento da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROEST);
16. Funcionamento da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPESQ);
17. Funcionamento da Pró-Reitoria de Administração e Finanças (PROAD).

A avaliação docente resultou nos valores apresentados no gráfico abaixo:

**Gráfico 08 - Médias das Respostas da Avaliação Docente**



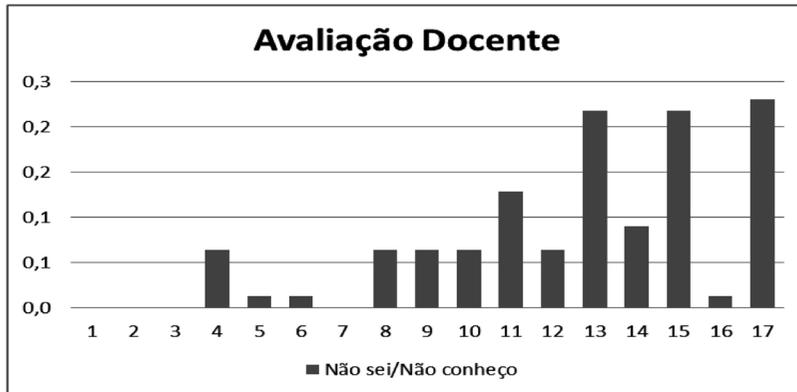
Visualiza-se nos dados acima que os itens foram avaliados em uma maneira geral como bons (valores médios iguais ou superiores a 5,0 pontos).

Merecem atenção na avaliação os programas de assistência e qualidade de vida (item 4), a disponibilização de recursos para a execução das atividades (item 6) e aplicação dos recursos (item 11) como o itens de mais baixa avaliação. Da mesma forma para o conhecimento dos critérios de distribuição (item 10).

Merece destaque a boa avaliação dos docentes, em relação ao respeito entre docentes, técnicos e alunos (item 1), relacionamento dos docentes com discentes (item 3) e sobre a satisfação com o trabalho (item 7).

Também foi avaliado o percentual de docentes que responderam a opção “Não sei/ Não Conheço” em cada item. Os dados são apresentados no gráfico a seguir:

**Gráfico 09** - Percentual das respostas Não sei/ Não Conheço da avaliação Docente



Infere-se que o desconhecimento por parte dos docentes é pequeno, menor de 0,5%.

A avaliação realizada pelos técnicos teve a participação de 146 técnicos. Os itens avaliados pelo questionário dos alunos abordavam:

1. Respeito entre docentes, alunos e técnicos;

2. Relacionamento entre servidor e chefia;
3. Programas de capacitação e qualificação;
4. Condições oferecidas pela UFT para o desenvolvimento do servidor;
5. Programas de assistência e melhoria da qualidade de vida;
6. Disponibilização de recursos para a execução das atividades;
7. Satisfação em relação ao seu trabalho na UFT;
8. Funcionamento e autonomia dos conselhos;
9. Representatividade nos conselhos;
10. Participação dos servidores nos processos decisórios;
11. Conhecimento sobre os critérios de distribuição e aplicação dos recursos;
12. Aplicação dos recursos da universidade;
13. Funcionamento da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD);
14. Funcionamento da Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento (PROAP);
15. Funcionamento da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEX);
16. Funcionamento da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROEST);
17. Funcionamento da Pró-Reitoria de Administração e Finanças (PROAD).

A análise dos dados foi realizada da mesma forma que foi procedida na avaliação discente e docente e resultou nos valores apresentados no gráfico abaixo:

**Gráfico 10** - Médias das respostas da avaliação dos técnicos



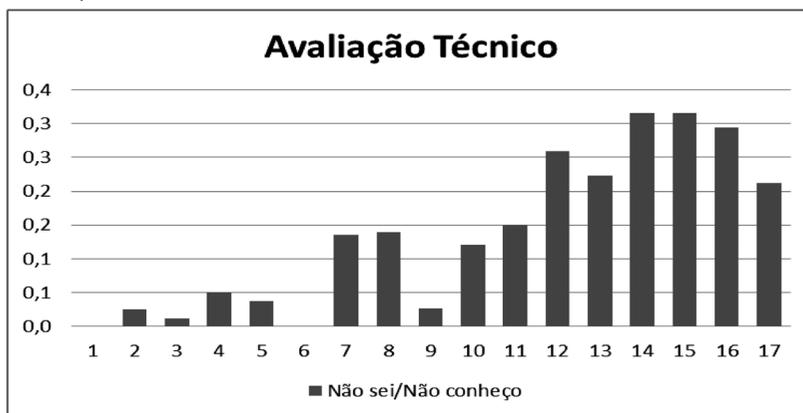
Visualiza-se nos dados acima que os itens foram avaliados em uma maneira geral como bons (valores médios próximos a 6,0 pontos).

Destacamos, a avaliação dos itens 1 (respeito entre docentes, alunos e técnicos), 6 (disponibilização de recursos para a execução das atividades) e 13 (funcionamento da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) como as melhores notas.

Atenção deve ser dada aos itens 4 (condições oferecidas pela UFT para o desenvolvimento do servidor), 9 (representatividade nos conselhos).

Também foi avaliado o percentual de técnicos que responderam a opção “Não sei/ Não Conheço” em cada item. Os dados são apresentados no gráfico a seguir:

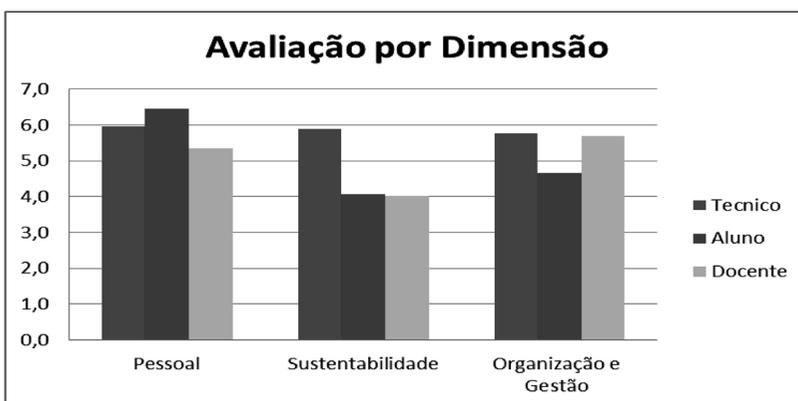
**Gráfico 11** - Percentual das respostas “Não sei/ Não Conheço” da Avaliação dos Técnicos



Infere-se que o desconhecimento por parte dos servidores é pequeno, menor de 0,5%.

Ao agrupar os valores médios por dimensão avaliada, Políticas de Pessoal, Organização e Gestão da Instituição e Sustentabilidade Financeira, a percepção da cada segmento participante (alunos, servidores e professores) é representada abaixo:

**Gráfico 12** - Avaliação por dimensão



Visualiza-se, assim, que cada segmento tem percepções diferentes sobre as dimensões avaliadas. Na percepção dos alunos e docentes a sustentabilidade financeira precisa ser melhorada, ou seja, precisa de maior divulgação e debate sobre os critérios de distribuição e a aplicação dos recursos.

A avaliação do segmento técnico foi a melhor em comparação com os outros dois segmentos. O motivo talvez possa ter sido influenciado pela maior proximidade dos técnicos dos temas abordados neste ciclo de avaliação.

## 6.2. Aspectos positivos

Entre as mudanças positivas, destacam-se em 2014, no que se refere ao Planejamento e Avaliação Institucional, a elaboração do planejamento estratégico para o período 2014 a 2022, organizado de forma coletiva a partir dos planos estratégicos de cada câmpus, considerando os apontamentos dos relatórios de avaliação da instituição e construído observando as diretrizes do SINAES.

Percebe-se que o processo avaliativo da universidade vem avançando desde 2003 e que nos últimos três ciclos avaliativos incorporou na sua análise a participação da comunidade acadêmica, processo este que ainda está em fase de fortalecimento. Embora a Comissão Própria de Avaliação (CPA) apresente algumas dificuldades, tem-se conseguido desenvolver um processo permanente de avaliação institucional, ou seja, são vários os avanços, como a consolidação do processo de auto avaliação através da reestruturação de sua Comissão Própria de Avaliação (CPA), maior conhecimento e acompanhamento do PDI por parte da comunidade interna (professores, servidores) e confecção de instrumentos avaliativos, como a avaliação disciplina/professor. O objetivo é criar um ambiente para que a comunidade acadêmica forme coletivamente uma consciência dos fatores que estão contribuindo para a construção do presente e do futuro institucional e daqueles que não estão correspondendo ao pleno andamento das atividades.

No tocante ao Desenvolvimento Institucional visualiza-se que a UFT busca a incorporação da realidade e do universo cultural como

fonte de conhecimento. Assim, mostra-se uma universidade que coloca o conhecimento produzido a serviço efetivo da sociedade, promovendo a transformação do *status quo* para o surgimento de uma sociedade melhor, mais justa, participativa e inclusiva. Percebe-se que além da produção do conhecimento, tarefa fulcral de uma universidade, tem-se a preocupação da destinação social deste conhecimento, não se limitando a prover para a sociedade recursos humanos adequadamente qualificados para o desenvolvimento socioeconômico, mas resgatando o compromisso com o humano na busca da síntese do profissional e o ser humano que há nele, numa perspectiva de educação de valores, capaz de propiciar-lhe um posicionamento ético.

Quanto às Políticas Acadêmicas percebe-se que em 2014, destacamos o crescimento gradativo da universidade, que se apresenta de forma equilibrada buscando propiciar não só os aspectos quantitativos, mas também os qualitativos na oferta dos cursos de graduação. Merece destaque também as ações realizadas pela PROGRAD, para formação continuada dos professores da universidade, em especial ao PROFOR, na busca pela continuidade da atualização dos projetos pedagógicos dos cursos e pelo constante avanço nos programas para a melhoria do ensino.

A comunicação pode ser considerada efetiva porque abrange os diferentes públicos da universidade e trata de estabelecer canais de relacionamento visando aproximar a instituição tanto da comunidade interna quanto da comunidade externa. Nota-se a preocupação em transparecer e manter as ações, os programas, o diálogo, direto e indireto.

O destaque positivo é que a extensão tem contado com a participação da comunidade acadêmica, sobretudo dos docentes, e esse interesse está sendo transformado em ações em prol da sociedade e corroborando para que a universidade cumpra a função social a qual se destina. Destaca-se também a existência de 17 propostas coordenadas por técnicos. A participação de técnicos mostrou-se bastante elevada se considerado que os editais externos, e com fomentos financeiros, somente permitem a atuação de coordenadores docentes, limitando assim a participação de técnicos como coordenadores. Apenas ao edital de fluxo contínuo que não prevê recursos financeiros.

A estruturação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), a estruturação da Editora UFT (EDUFT), o aumento do aporte de recursos para formação de pesquisadores e abertura de editais para melhoria da infraestrutura de laboratórios de pesquisa são certamente pontos de destaque.

Conforme apresentado em nosso diagnóstico, várias patentes foram depositadas por professores da UFT e o NIT tem trabalhado ativamente no processo de incentivar e providenciar suporte legal para o andamento dos processos. Nos últimos relatórios diagnósticos elaborados por esta comissão, o NIT, criado em 2011, parecia desestruturado, uma vez que não se podia listar ações do núcleo que tivessem como objetivo o fomento aos depósitos de patentes e como consequência a inovação e proteção da propriedade intelectual dentro da UFT. A importância dos depósitos de patente é grande. Segundo palestra proferida no Senado pelo Prof. Marcelo Sampaio de Alencar, do Departamento de Engenharia Elétrica da Universidade Federal de Campina Grande (PB), o Brasil responde por 2,4% das publicações científicas mundiais, mas apenas 0,2% da produção de patentes.

No tocante à EDUFT, comparativamente ao ano de 2013, percebe-se que a editora, criada em 2004, finalmente teve sucesso em implantar e consolidar a publicação de livros. Semelhante ao processo observado no NIT, o conjunto de ações iniciadas em 2013 convergiram para o sucesso observado em 2014. A EDUFT finalmente consolidou o processo de disponibilizar material com seu selo. Destaca-se ainda que houve simplificação do processo de submissão de demanda para publicação, que funciona como um incentivo para a comunidade acadêmica utilizar a editora.

Por fim, também merece destaque o aumento do número de recursos destinados à melhoria das condições para produção científica na UFT. Três pontos de relevância: o aumento do número de bolsas para formação de novos pesquisadores e bolsa produtividade (para professores), aporte de recursos para participação em eventos e o lançamento de editais com finalidade de aquisição de equipamentos para laboratórios de pesquisa. Estas ações convergem para melhoria da qualidade de trabalhos produzidos dentro da UFT.

Quanto às Políticas de Gestão da Instituição, a universidade exerce papel fundamental no desenvolvimento socioeducacional da região norte e fundamentalmente para o estado do Tocantins, especialmente se considerarmos a sua forma de organização multicampi, o que permite à UFT exercer um campo de influência em praticamente a totalidade do estado por meio de seus sete câmpus.

Como aspectos positivos podemos destacar a valorização dos espaços deliberativos e colegiados da universidade por todos os segmentos, a política de expansão e interiorização e a boa percepção da gestão, apontada pelos três segmentos com destaque para a dimensão de pessoal.

As pessoas que trabalham na UFT são o seu grande potencial, pois são elas que fazem a instituição existir, contribuindo com o seu bem maior, a educação. A Universidade tem elevado número de doutores e mestres. Entre os docentes são 857 (91,85%) e a maioria trabalha em regime de dedicação exclusiva 769 (81,24%). Em relação ao corpo técnico, 11% são mestres ou doutores (81) e 361 especialistas (47%).

A UFT vem apoiando financeiramente o desenvolvimento de algumas atividades de produção científica, técnica, pedagógica e cultural de seus professores, buscando desta forma valorizar e fixar os profissionais.

A Infraestrutura da UFT passa por um processo contínuo de melhoria. Nos últimos anos foram realizadas melhorias nos sete câmpus. Houve reforma e adequação de espaços físicos existentes na busca de atender às necessidades da comunidade acadêmica.

Merece destaque a política permanente de atualização e expansão do acervo das bibliotecas, ressaltando o quantitativo de 18.747 exemplares adquiridos no período de 2011 e 2012, 3960 exemplares adquiridos no ano de 2013 e, 1407 exemplares adquiridos no ano de 2014.

### **6.3. Aspectos a aprimorar e ações**

Com a atualização e reestruturação do planejamento estratégico da UFT será necessário um esforço sistêmico, coletivo

e contínuo de todos da instituição no sentido de sensibilizar os setores acadêmicos e administrativos para que o planejamento seja implantado e os resultados esperados sejam alcançados.

Assim, diante do Planejamento e a Avaliação Institucional, sabe-se que a responsabilidade pela execução do que foi planejado é compartilhada por todos os servidores que fazem parte da UFT e nela acreditam. Neste sentido, percebemos a necessidade de mudanças, de otimização e valorização de pessoal, de recursos orçamentários, estrutura física, entre outros fatores que resultam de sua própria condição de instituição pública. Todavia, temos a convicção de que as ações expressas no planejamento estratégico, se bem executadas, trarão resultados efetivamente positivos para a instituição. Para tanto faz-se necessário explicitar para todos os atores institucionais que constituem a UFT (discentes, docentes e técnico-administrativos) a sua missão, valores, visão, as metas e objetivos pretendidos, a fim de que tenham o entendimento da parte que lhes cabe e da instituição como um todo.

Um outro desafio para a avaliação da UFT seria fortalecer e ampliar participação da comunidade acadêmica no processo, de modo que toda comunidade possa fazer um melhor acompanhamento das ações institucionais e fortalecer a sensibilização de todos os setores da universidade para a importância da avaliação, pois ainda encontram-se dificuldades na coleta de dados de cada setor. Por fim afastar interpretações que relacionam a avaliação a mera detecção de erros e realçar o caráter construtivo, participativo da avaliação institucional e assim estreitando os canais de interação de todos os segmentos que compõem a comunidade universitária.

Em relação às Políticas Acadêmicas entende-se que um ensino forte e de qualidade se faz com pesquisa e formação continuada dos profissionais. Neste sentido e com o propósito de fortalecer o tripé da universidade (ensino, pesquisa, extensão), sugerimos que de forma conjunta as Pró-Reitorias busquem uma maior efetividade de ações.

Ressaltamos que não basta a criação dos NDEs nos cursos, com suas respectivas portarias. É necessário um trabalho contínuo dos professores no sentido de acompanhar as práticas pedagógicas realizadas em cada curso, bem como as atualizações

necessárias em cada projeto. Sugerimos um estudo no sentido de redução de carga horária de ensino para que houvesse um maior empenho neste trabalho tão importante para o fortalecimento do ensino na UFT.

A política de acompanhamento dos egressos precisa ser fortalecida, de modo que a instituição tenha sempre um canal de comunicação aberto com estes profissionais, com vistas a melhorar e fortalecer a graduação e divulgar os programas de pós-graduação.

Implementar ações/estratégias que incentivem a permanência dos alunos e o retorno dos estudantes que evadiram do curso.

Chama a atenção, como sendo um aspecto a aprimorar, o fato dos projetos de extensão terem tido um aumento significativo em quase todas as áreas de atuação, exceto as subáreas cultura e educação, que em 2013 tiveram percentuais de 23,43% e 33,55% respectivamente, para 13% e 26% em 2014. Já a saúde em 2013 passou de 13,75%, para 23% em 2014.

No que tange aos aprimoramentos, destacamos novamente (como já recomendado nos diagnósticos anteriores) que a PROPESQ implemente um sistema informatizado para o registro da produção das atividades dos pesquisadores. Este ponto crítico tem sido relatado durante alguns anos, mas ainda não foram relatadas ações para sanar este problema. Atualmente, todo o registro de produção é feito manualmente. Por este motivo o relatório deste ano não teve acesso aos indicadores de produtividade científica da UFT. Entendemos que tais informações são vitais para elaboração de políticas para a pesquisa e pós-graduação e, por esta razão, deveria ser uma informação de fácil acesso pela PROPESQ.

Outro ponto a se destacar é a implementação de políticas mais eficazes que permitam que os professores que atuem nos menores câmpus da UFT tenham condições de pleitear cursos de Pós-Graduação, principalmente naqueles câmpus nos quais inexistem estes cursos.

Na condução da política de assistência aos estudantes da UFT, considerando-se as 10 (dez) dimensões apontadas no PNAES (moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais

do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação) percebe-se que a política de assistência estudantil da UFT tem avançado nos últimos anos, porém percebe-se que algumas fragilidades apontadas no relatório 2013 ainda persistem. No relatório da PROEST, a ênfase dada ao programa Bolsa Permanência mostra que este é o “carro chefe” da assistência estudantil na instituição, o que deixa a desejar nas outras dimensões que contemplam os estudantes. As deficiências apontadas nas casas dos estudantes, a presença de restaurantes universitários (RU) em funcionamento somente em dois câmpus, apontados nos diagnósticos, mostram essas fragilidades e sinalizam para além da distribuição de bolsas assistencialistas e para a necessidade de políticas efetivas de assistência. Também, outro aspecto a ser aprimorado na UFT diz respeito ao atendimento aos alunos e à permanência deles na instituição. A Instituição precisa discutir e implementar medidas visando o enfrentamento de algumas questões tais como o atendimento psicopedagógico e social por equipes especializadas multidisciplinar (psicólogo, pedagogo e assistente social) e programas de nivelamento para superar as dificuldades de leitura e escrita, principalmente aos alunos indígenas, que representam um número significativo dentro da universidade e que, na maioria dos casos, apresentam baixo rendimento e alta evasão.

No quesito “comunicação”, entendemos que ainda precisa ser aprimorada, especialmente no sentido de superar barreiras de comunicação internas existentes, especialmente em relação aos câmpus no interior do estado, democratizar o conhecimento acadêmico por meio da divulgação científica e contribuir com o fortalecimento da instituição, promovendo mais transparência administrativa. Nota-se uma fragilidade de integração e aproximação de câmpus para câmpus, ampliando os mecanismos de comunicação aos câmpus, como no caso da Rádio Universitária.

Em relação às Políticas de Gestão, embora a percepção estudantil dos processos de Gestão seja boa, ainda necessita melhorar em virtude dos valores estarem muito próximos da faixa do regular, principalmente no que se refere à participação dos alunos nos processos decisórios e haver um alto índice de desconhecimento por parte dos alunos quanto à atuação das pró-reitorias.

A percepção dos docentes a respeito da gestão é boa, necessitando ainda melhorar no que se refere aos programas de

assistência e qualidade de vida. Na avaliação docente, a disponibilização dos recursos para a execução das atividades e a aplicação dos recursos é ruim. Também foi apontado o desconhecimento por parte destes dos critérios para a distribuição e aplicação dos recursos. Aponta-se que, embora a universidade publique relatórios anuais disponibilizando informações sobre a aplicação dos recursos, visualiza-se que ainda carece de maior divulgação destas informações entre docentes e alunos. Assim, cabe a toda gestão da universidade (Reitoria e Câmpus) ampliar a divulgação dos critérios de distribuição e aplicação e fomentar a participação docente nas decisões referentes a recursos.

A satisfação com o trabalho na UFT foi avaliada como boa, mas percebemos que ainda precisamos avançar com a política de fixação, valorização e melhoria das condições de trabalho de docentes e dos técnicos administrativos da universidade. Também é preciso atualizar o organograma da universidade nos documentos institucionais.

Quanto à sustentabilidade financeira da universidade, a expansão da universidade em número de cursos e em infraestrutura impactou diretamente no aumento das despesas de manutenção da universidade, que aumentam em média 25%/ano nos últimos anos, em virtude do repasse de recursos pelo governo federal não acompanhar este ritmo de crescimento. Precisa-se buscar novas formas captação de recursos em órgãos de fomento, de recursos próprios e outras fontes para que os programas institucionais não sejam afetados.

## Considerações finais

O relatório de avaliação referente ao ano de 2014 expressa o resultado de uma trajetória de discussão, de análise de documentos e interpretação dos dados advindos do processo de auto avaliação. Ainda temos muito no que avançar, nossa participação acadêmica ainda é tímida, porém o aprendizado continua e as conquistas virão com a mesma certeza dos desafios. Ainda é

preciso que todos os segmentos da UFT se engajem e sintam-se responsáveis pelos resultados.

As considerações obtidas no decorrer deste processo avaliativo demonstram o empenho de toda a UFT (alunos, docentes, e servidores) em aprimorar os seus esforços em favor da sociedade, da educação superior e para que a instituição concretize a sua missão.

Atualmente, a gestão reconhece que se a instituição acreditar na auto avaliação será permitido subsidiar a gestão institucional na busca de melhoria na educação superior, realizar-se como um processo de aprendizagem e transformação, oportunizar o autoconhecimento da Instituição, ser um instrumento de identificação das potencialidades e de fragilidades.

A UFT cresce a cada dia e este crescimento é acompanhado da ampliação da responsabilidade de concretizar sua missão institucional. Ao promover a sua autoconsciência institucional a CPA/UFT garante seu compromisso. O que se pretende é dar prosseguimento ao trabalho já iniciado no campo da avaliação institucional - apoiando-se nas experiências exitosas - e a consolidação de uma avaliação contínua e sistemática da qualidade das funções institucionais.

Assim, a CPA conclui este relatório, confiante de ter alcançado o objetivo de conhecer melhor a UFT e subsidiar o planejamento da instituição. Encerra mais um ciclo consciente de que ainda há muito a ser melhorado, redefinido e redirecionado e que é necessário enfrentar o desafio de conjugar mais e melhor a avaliação e mudança e a avaliação e autonomia, desafio este que é o seu princípio e finalidade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL, **Lei 11.091 de 12 de Janeiro de 2005**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.

BRASIL, **Lei Nº 12.772, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; sobre a remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; altera as Leis nºs 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 11.784, de 22 de setembro de 2008, 11.091, de 12 de janeiro de 2005, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 12.702, de 7 de agosto de 2012, e 8.168, de 16 de janeiro de 1991; revoga o art. 4º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012; e dá outras providências.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior, Comissão Especial de Avaliação. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**. Brasília: 2003.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior, TI/DEDES/SESU. **Cálculo do aluno equivalente para fins de análise de custos de manutenção das IFES**. Brasília, 2005.

BRASIL, Ministério da Educação. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**: Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições. Brasília: INEP, 2004.

BRASIL, Ministério da Educação, Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior**. Brasília: INEP, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Diagnóstico do Câmpus de Arraias**. Arraias: Universidade Federal do Tocantins, Comissão Setorial de Avaliação, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Diagnóstico do Câmpus de Araguaína**. Araguaína: Universidade Federal do Tocantins, Comissão Setorial de Avaliação, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Diagnóstico do Câmpus de Gurupi**. Gurupi: Universidade Federal do Tocantins, Comissão Setorial de Avaliação, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Diagnóstico do Câmpus de Miracema**. Miracema do Tocantins: Universidade Federal do Tocantins, Comissão Setorial de Avaliação, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Diagnóstico do Câmpus de Palmas**. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, Comissão Setorial de Avaliação, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Diagnóstico do Câmpus de Porto Nacional**. Porto Nacional: Universidade Federal do Tocantins, Comissão Setorial de Avaliação, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Diagnóstico do Câmpus de Tocantinópolis**. Tocantinópolis: Universidade Federal do Tocantins, Comissão Setorial de Avaliação, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Tocantins 2011-2015**. Palmas: Universidade Federal do Tocantins. Aprovado em agosto de 2010. Disponível em: < [http://www.site.uft.edu.br/component/option,com\\_docman/Itemid,69/task,doc\\_details/gid,3438/](http://www.site.uft.edu.br/component/option,com_docman/Itemid,69/task,doc_details/gid,3438/)> Acesso em: 10 de fevereiro de 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório da Diretoria de Desenvolvimento Humano - DDH**. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, Diretoria de Desenvolvimento Humano, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório da Diretoria de Comunicação**. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, DICOM. DICOM, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório da Vice-Reitoria.** Palmas: Universidade Federal do Tocantins, Vice-Reitoria, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.** Palmas: Universidade Federal do Tocantins, Pró-reitoria de Assuntos Estudantis, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório Pró-Reitoria de Graduação.** Palmas: Universidade Federal do Tocantins, Pró-reitoria de Graduação, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório de Avaliação Institucional – UFT 2013.** Palmas: Universidade Federal do Tocantins, Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento. Diretoria de Avaliação. Comissão Própria de Avaliação, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório de Gestão 2013.** Palmas: Universidade Federal do Tocantins, Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento. Diretoria de Planejamento, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório de alunos matriculados.** Palmas: Universidade Federal do Tocantins, Pró-reitoria de Graduação, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório para Avaliação Institucional 2014: PROEX/UFT.** Palmas: Universidade Federal do Tocantins, Pró-reitoria de Extensão, Cultura, 2013.

